



Avaliação Ambiental Estratégica da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal

VOLUME I – RELATÓRIO AMBIENTAL

Abril 2013

Índice Geral

Volume I – Relatório Ambiental

Volume II – Resumo Não Técnico

Volume I – Relatório Ambiental

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS.....	4
1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	7
3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO.....	10
3.1. Enquadramento Geográfico.....	10
3.2. Objetivos e Fundamentação para a Revisão do PDM do Seixal	10
3.3. Descrição do Plano.....	12
4. FATORES CRITICOS PARA A DECISÃO, CRITÉRIOS E INDICADORES	27
4.1. Quadro de Referência Estratégico.....	27
4.2. Questões Estratégicas	29
4.3. Questões Ambientais.....	31
4.4. Critérios e Indicadores para a AAE.....	31
5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA.....	37
5.1 FCD 1 – Coesão Territorial e Mobilidade.....	38
5.1.1 Tendências de Evolução.....	38
5.1.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas	39
5.1.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação.....	39
5.1.4 Síntese e Recomendações.....	44
5.2 FCD2 – Equilíbrio Ecológico	46
5.2.1 Tendências de Evolução.....	46
5.2.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas	47
5.2.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação.....	47
5.2.4 Síntese e Recomendações.....	55
5.3 FCD3 – Equidade e Coesão Social	58
5.3.1 Tendência de Evolução	58
5.3.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas	60
5.3.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação.....	60
5.3.4 Síntese e Recomendações.....	68

5.4	FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico.....	72
5.4.1	Tendências de Evolução.....	72
5.4.2	Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas.....	73
5.4.3	Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação.....	73
5.4.4	Síntese e Recomendações.....	74
6.	MONITORIZAÇÃO DO PLANO.....	76
7.	CONCLUSÃO.....	85
8.	BIBLIOGRAFIA.....	87

ANEXOS

ANEXO I - Síntese dos pareceres relativos à consulta sobre o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (Definição do Âmbito da AAE da proposta de Revisão do PDM Seixal)

ANEXO II - Relação entre a proposta de Revisão do PDMS e outras Políticas, Planos e Programas relevantes, por FCD e respetivo atendimento no Plano

ANEXO III - Análise da situação atual

FICHA TÉCNICA.....	88
---------------------------	-----------

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2-1 – Sequencia metodológica em AAE.....	8
Figura 2-2 – Fatores Críticos para a Decisão como elemento integrador e estruturante em AAE.....	9
Figura 5-1 – Rede Cicável do Seixal.....	43
Figura 5-2 – Rede Natura 2000 – Proposta de Ordenamento.....	48

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 3-1 – Relação entre os Eixos Estruturantes, respetivos Objetivos Estratégicos e a Proposta de Revisão do PDMS.....	14
Quadro 3-2 – UOPG delimitadas na Planta de Ordenamento.....	24
Quadro 4-1 – FCD identificados para a AAE do Plano.....	27
Quadro 4-2 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE da proposta de Revisão do PDMS.....	28
Quadro 4-3 – Identificação das Questões Estratégicas.....	29
Quadro 4-4 - Relevância do QRE, por FCD.....	30
Quadro 4-5 – Questões Ambientais (QA) relevantes, por FCD.....	31

Quadro 4-6 – Indicadores por FCD.	32
Quadro 4-7 - Correspondência entre Eixo Estratégico da Proposta de Revisão do PDMS, o QRE para a AAE, os critérios de avaliação e os FCD.	35
Quadro 5-1 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Coesão Territorial e Mobilidade.	38
Quadro 5-2 - Quantificação das Classes, Categorias e Subcategorias de Espaço na Proposta de Plano e no PDM em vigor.	40
Quadro 5-3 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Coesão Territorial e Mobilidade.	44
Quadro 5-4 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Equilíbrio Ecológico.	46
Quadro 5-5 – Proposta de adequabilidade das orientações de gestão para o Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira de Rede Natura 2000.	50
Quadro 5-6 – Quantificação das áreas incluídas em REN, por tipologia.	54
Quadro 5-7 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equilíbrio Ecológico.	55
Quadro 5-8 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Equidade e Coesão Social.	58
Quadro 5-9 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.	72
Quadro 6-1 – Indicadores, por FCD.	77

LISTA DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AME	Agência Municipal de Energia
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APL	Administração do Porto de Lisboa
ARH-Tejo	Administração da Região Hidrográfica do Tejo
ARS-LVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ATL	Atividades de Tempos Livres
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
CA	Comissão de Avaliação
CAMS	Carta Ambiental do Município do Seixal
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Lisboa e Vale do Tejo
CDMS	Carta Desportiva do Município do Seixal
CES	Carta Educativa do Seixal
CMC	Comissão Mista de Coordenação
CMS	Câmara Municipal do Seixal
CPCIMS	Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal
CRIPS	Circular Regional Interna da Península de Setúbal (A33/IC32)
CSMC	Carta Social do Município do Seixal
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
INAG	Instituto da Água, IP.
DA	Declaração Ambiental
DL	Decreto-Lei
DR	Decreto Regulamentar
DRAP-LVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
EE	Eixo Estruturante
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais
ENCNB	Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
EP	Estradas de Portugal
ERPVA	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
FCD	Fatores Críticos para a Decisão
FRE	Fonte de Ruído Existente
FRP	Fonte de Ruído Prevista
ICNB	Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, IP
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INAG	Instituto da Água, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística
MST	Metro Sul do Tejo
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais (para fins estatísticos)
OE	Objetivo Estratégico
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PAE	Parques de Atividades Económicas
PEACRS	Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal;
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013
PBHT	Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDSS	Plano de Desenvolvimento Social do Seixal
PDSMS	Plano de Desenvolvimento de Saúde do Município do Seixal
PEMS	Plano Educativo Municipal do Seixal
PEC	Programa de Estabilidade e Crescimento
PEDEPES	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEPS	Programa de Emprego e Proteção Social
PET	Plano Estratégico dos Transportes
PER	Plano Especial de Realojamento
PERAGRI	Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016
PEDTS	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Seixal
PIPS	Plano de Intervenção para a Península de Setúbal
PIRANET	Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo
PIS	Parque Industrial do Seixal
PMES	Plano Municipal de Energia do Seixal
PMEPCS	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Seixal

PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PEPMQA-LVT	Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo
PNA	Plano Nacional da água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNACE	Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PNUEA	Programa Nacional de Uso Eficiente da Água
POE Tejo	Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
PORL	Programa Operacional Regional de Lisboa
PPL	Plano Portugal Logístico
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
PROFAML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROTAML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSRN	Plano sectorial da Rede Natura
PT	Plano Tecnológico
RA	Relatório Ambiental
REM	Rede Ecológica Metropolitana
RDA	Relatório de Definição de Âmbito
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
RFCD	Relatório de Fatores Críticos para a Decisão
RGR	Regulamento Geral do Ruído
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação
RNT	Resumo Não Técnico
SIC	Sítio de Interesse Comunitário
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
TP	Turismo de Portugal, IP
UE	Unidades de Execução
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
ZEC	Zona Especial de Conservação
ZPE	Zona de Proteção Especial
ZS	Zona Sensível
ZM	Zona Mista
ZNC	Zona Não Classificada

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o **Relatório Ambiental (RA)** da **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)** da **proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Seixal (PDMS)**, da responsabilidade da Câmara Municipal do Seixal (CMS).

Em maio de 2002 a Câmara Municipal do Seixal deliberou¹ iniciar o processo de revisão do PDM tendo em conta a necessidade de ponderar um conjunto de fatores, quer internos, face à evolução urbana e socioeconómica do Município, quer externos, decorrentes de alterações estruturais da Área Metropolitana e da emergência de novos instrumentos de ordenamento do território, a fim de se concretizar um Plano, com base em objetivos consentâneos com as atuais orientações da política municipal.

A **proposta de Revisão do PDMS** encontra-se sujeita a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e subsidiariamente com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso a CMS. Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, à determinação do âmbito e alcance da AAE, à consulta de entidades e do público sobre o âmbito e alcance da AAE, à preparação do Relatório Ambiental (RA) e respetivas consultas públicas e institucionais e à apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A identificação dos **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** foi incluída no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) apresentado às entidades com responsabilidades ambientais específicas, em julho de 2008, no qual é estabelecida a estrutura fundamental da AAE da proposta de Revisão do PDMS, desenvolvida no presente documento, incorporando os contributos obtidos junto das entidades consultadas.

Pretende-se que os resultados da AAE que agora se apresentam constituam uma constatação do esforço de integração das questões ambientais e de sustentabilidade na definição da versão final do modelo territorial da proposta de Revisão do PDMS, e na discussão das opções e impactes territoriais que lhe estão subjacentes. A AAE tem sobretudo o papel de facilitador deste processo através do alerta para situações de risco e de oportunidade ambiental e de sustentabilidade.

O presente RA documenta o resultado da AAE e, conjuntamente com a proposta de Revisão do PDM e pareceres emitidos pela Comissão de Acompanhamento e outras Entidades é sujeito a Discussão Pública, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e subsidiariamente do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

¹ Deliberação publicada em Diário da República de 8 de julho de 2002, pelo Aviso n.º 6040/2002 (2ª Série).

2. OBJETIVOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O objetivo da presente AAE consiste em incorporar valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão associado à elaboração da proposta de Revisão do PDMS contribuindo assim, para a “adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrentes da execução do plano”². A metodologia desenvolvida assegura também o cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

No seguimento deste objetivo, a presente AAE utiliza uma abordagem estratégica³ e possui três funções fundamentais:

- Garantir a integração das questões e objetivos ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento urbanístico;
- Permitir a avaliação de potenciais impactes tendo em conta a estratégia definida na sequência da identificação de oportunidades e riscos;
- Validar a qualidade do Plano e as escolhas feitas, através de um programa de seguimento.

Esta abordagem estratégica pressupõe que a AAE seja complementar à conceção da proposta de Revisão do PDMS, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, tendo em conta as estratégias preconizadas, bem como os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público que conferem a função de validação da qualidade do Plano.

Na sequência dos objetivos preconizados, a AAE permitirá concretizar dois tipos de influência no processo de elaboração e implementação da proposta de Revisão do PDMS:

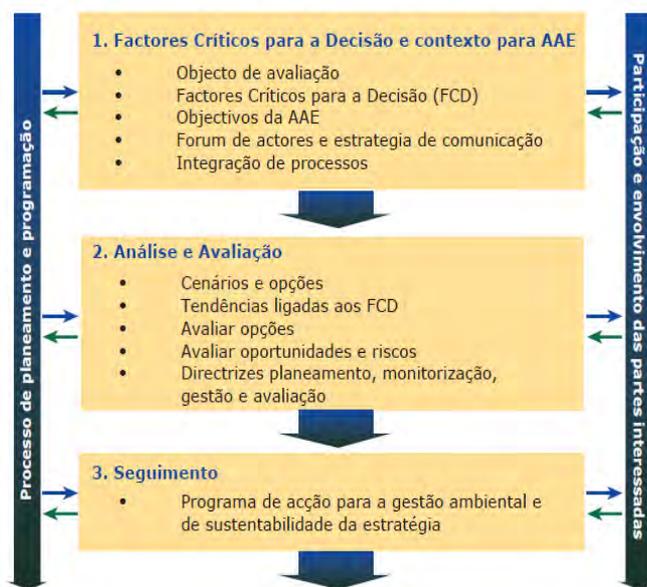
- a) Influência na forma final do Plano, de modo a que este possa privilegiar opções que potenciem efeitos ambientais positivos de natureza estratégica, em alternativa a outras que se identifiquem como causadores de efeitos ambientais negativos;
- b) Influência na implementação e na monitorização estratégica da proposta de Revisão do PDMS, através da apresentação de recomendações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental.

Em síntese, espera-se que os resultados da AAE, incluindo os contributos do respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente a elaboração e implementação da proposta de Revisão do PDMS, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo territorial proposto para o município do Seixal.

² Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

³ Metodologia de AAE de base estratégica baseada em Partidário, MR, 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

Na Figura 2-1 apresenta-se o esquema metodológico global com as principais fases propostas para a AAE, bem como a sua interação com as restantes componentes do processo de planeamento.

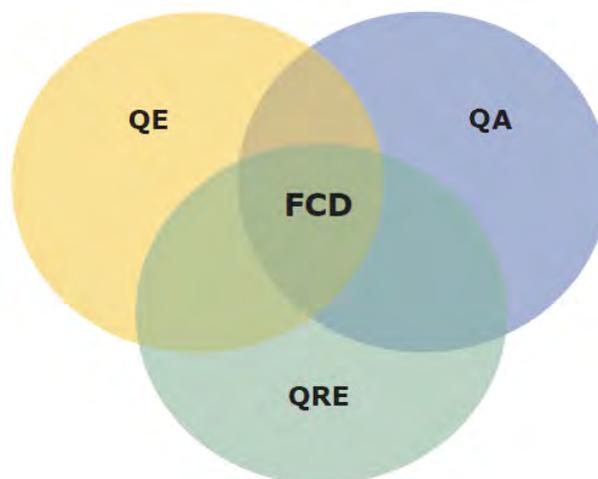


Fonte: Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas (2007).

Figura 2-1 – Sequencia metodológica em AAE.

Numa primeira fase, que correspondeu à preparação do RFCD, o trabalho incidiu na definição dos FCD que refletem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos fatores fundamentais a serem considerados no processo de decisão, na conceção da AAE da proposta de Revisão do PDMS, das opções estratégicas do Plano e das ações que as implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto de elementos (Figura 2-2):

- **Quadro de Referência Estratégico (QRE)**, onde se identificam os planos, programas e outros documentos nacionais de política ambiental, com os quais a proposta de Revisão do PDMS estabelece relações e o seu enquadramento;
- **Questões Estratégicas (QE)** fundamentais da proposta de Revisão do PDMS, que configuram a conjuntura estratégica e linhas de força às quais o Plano tem de dar resposta;
- **Questões Ambientais (QA)**, relevantes, de entre as que estão legalmente identificadas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.



Fonte: Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica (Maria Rosário Partidário, 2007).

Figura 2-2 – Fatores Críticos para a Decisão como elemento integrador e estruturante em AAE.

Em outubro de 2008, o RFCD foi sujeito a consulta junto das seguintes entidades: nomeadamente, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. (ICNB), Instituto da Água, I.P. (INAG), a Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), e ainda de todas as outras entidades que integravam a então Comissão Mista de Coordenação para o acompanhamento da revisão do PDMS. Foram recebidos cinco pareceres⁴, conforme se encontra documentado no Anexo I.

A segunda fase, consubstancia-se neste RA, que integra um conjunto de atividades que materializam a AAE da proposta de Revisão do PDMS, nomeadamente, a avaliação da situação existente e as tendências de evolução na ausência do Plano, a avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no Plano em termos de oportunidades e riscos para o ambiente e sustentabilidade, e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica.

A concluir este processo de avaliação prévia da proposta de Revisão do PDMS, e na sequência da Discussão Pública, será preparada uma **Declaração Ambiental**, dando cumprimento aos requisitos legais nesta matéria.

A AAE deverá prosseguir no acompanhamento da implementação da Revisão do PDM, assegurando, a terceira fase, de seguimento, que fica planeada neste RA.

⁴ Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAP LVT), Administração da Região Hidrográfica do Tejo (ARH-Tejo) e Administração do Porto de Lisboa (APL).

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

3.1. Enquadramento Geográfico

O município do Seixal insere-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em termos estatísticos, na Região de Lisboa (NUT II). A AML é constituída atualmente por 18 municípios, situados entre as margens norte e sul do rio Tejo, repartidos respetivamente pela Grande Lisboa (NUT III) e a Península de Setúbal (NUT III), de acordo com o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro. Confronta com os municípios de Almada, Sesimbra e Barreiro.

O município do Seixal, com cerca de 95 km² de superfície situa-se na margem sul do estuário do Tejo e é constituído por 6 freguesias (Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios, Fernão Ferro e Seixal), localizando-se muito próximo de Lisboa, cidade a que está facilmente ligado por autoestrada, por via fluvial e por ferrovia. Devido à sua localização central, mantém relações privilegiadas com a maioria dos municípios da margem Sul do Tejo.

O âmbito territorial do Plano está definido no artigo 1º do respetivo Regulamento.

3.2. Objetivos e Fundamentação para a Revisão do PDM do Seixal

Aquando da deliberação de Câmara n.º 225/2002-CMS, em 22 de maio⁵, que deu início ao processo de revisão do PDM tinha decorrido quase uma década sobre a entrada em vigor do Plano, tendo sido necessário então, a fim de se concretizar a revisão com base em objetivos mais consentâneos com as orientações da política municipal, ponderar um conjunto de fatores, quer internos, face à evolução socioeconómica e urbanística do Município, quer externos, decorrentes de alterações estruturais da AML ou da emergência de novos instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente a entrada em vigor do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)⁶ que obrigava a alterar “as disposições manifestamente incompatíveis dos PMOT” (número 3, da Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002). Novos desafios se estavam pois colocando, exigindo novas abordagens, que demonstraram a oportunidade de se proceder à revisão deste instrumento urbanístico, estruturante do processo de planeamento municipal.

Os três fatores principais que determinaram o reequacionamento dos objetivos do PDMS no momento de iniciar a sua revisão foram:

- A alteração da base económica da sociedade pós-industrial, em que o setor terciário ganha uma importância crescente, em contraponto com a obsolescência das áreas industriais de primeira geração; atualmente, no entanto, já se verifica alguma revitalização do setor da indústria pesada;

⁵ Publicada pelo Aviso n.º 6040/2002, no Diário da República n.º 155, Apêndice n.º 86, II Série, de 8 de julho.

⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2002, publicada no Diário da República n.º 82, I Série B, de 8 de abril.

- A construção da Ponte Vasco da Gama e a instalação de uma ferrovia na Ponte 25 de Abril contribuíram para melhorar a acessibilidade entre as duas margens do Tejo, atualmente prevê-se para a Península de Setúbal, um conjunto de novas infraestruturas que inclui uma nova travessia do rio Coina, entre o Barreiro e o Seixal, para além de já se encontrar construída a nova via regional – A33/IC32.
- A reestruturação da Área Metropolitana de Lisboa, com o declínio populacional do Centro Histórico de Lisboa e a emergência de novas centralidades, o que tem reflexos na estruturação do eixo ribeirinho Almada/Seixal/Barreiro; atualmente, a aposta de centralidade, a Sul do Tejo, é o Arco Ribeirinho Sul.

No processo de acompanhamento da revisão do PDMS foi constituída uma Comissão Mista de Coordenação (CMC), pelo Despacho nº 20936/2003, de 30 de outubro, do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, publicado no Diário da República nº 252, II Série. Esta Comissão tinha representada 31 entidades da administração central e local e ainda 14 entidades locais, propostas pela CMS, representando organizações económicas, sociais, culturais e ambientais, relevantes na área do Município. Pretendia-se assim atingir um processo de planeamento aberto e participado, que permitisse, sempre que necessário, a concertação entre os atores, tornando-se uma oportunidade para dinamizar um processo de desenvolvimento integrado e sustentável, do Seixal.

Entre 2003 e 2008, período durante o qual ocorreram as primeiras fases de revisão do PDM até à conclusão e entrega de uma versão final da proposta, realizaram-se oito reuniões plenárias da CMC e diversas reuniões sectoriais. A CCDR-LVT, que presidia à CMC, emitiu um parecer sobre o modelo de ordenamento em 2005, outro parecer sobre a primeira proposta do Plano, em 2007 e ainda um parecer sobre a segunda proposta de Plano, em 2009. Várias entidades da CMC emitiram também pareceres ao longo do período de funcionamento desta Comissão. Para agilizar o processo de disponibilização da documentação produzida e dos pareceres emitidos pelas entidades, foi criado um site específico sobre a revisão do PDM, com acesso exclusivo das entidades que acompanham o Plano. Face às profundas alterações legislativas ocorridas após a entrega da versão final da proposta de Plano de 2008 concluiu-se ser também necessário adaptar a CMC, propondo a sua conversão em Comissão de Acompanhamento. Assim, na sua fase final o processo de revisão do PDM foi seguido por uma Comissão de Acompanhamento (CA), nomeada pelo Aviso nº 3784/2011, da CCDRLVT, publicado no Diário da República nº 25, II série, de 4 de fevereiro e composta por 20 entidades da administração central e local. Esta CA realizou três reuniões plenárias. A proposta final de revisão do PDM foi entregue na 2ª reunião; na 3ª reunião, que foi desdobrada em duas sessões, foi analisado o parecer final da Comissão sobre a proposta de Plano e que embora a aceitando na generalidade exigiu a concertação entre algumas das entidades de modo a suprir as desconformidades detetadas e assim poder prosseguir para a discussão pública.

3.3. Descrição do Plano

O **modelo de ordenamento**, elaborado no âmbito da atual revisão do PDMS, reflete as opções de planeamento de nível municipal que foram equacionadas, apresentando propostas em quatro domínios fundamentais:

1. Definição da **estrutura ecológica municipal (EEM)** comum ao sistema urbano e ao sistema natural;
2. Conceção geral do **sistema urbano** tendo em conta o conjunto das redes que estruturam e suportam as atividades no território, nomeadamente a **rede de infraestruturas básicas, incluindo a mobilidade, o abastecimento e saneamento e a energia**;
3. Conceção e implementação de uma **rede integrada de equipamentos de utilização coletiva** de natureza diversa, apoiada em serviços, dispositivos, iniciativas e eventos, que promovam a equidade e a coesão social;
4. Localização das **atividades económicas**, designadamente industriais, comerciais, de serviços, de cultura, recreio e lazer.

Para alguns centros urbanos, ou antigas áreas industriais desativadas ou ainda bairros onde é necessário dinamizar operações de **requalificação urbanística** incluem-se propostas mais pormenorizadas.

A classificação e a qualificação do solo, estabelecendo as regras de ocupação, uso e transformação dos solos, desenvolvendo e concretizando, para a área de intervenção, uma proposta de organização espacial que define com detalhe a conceção da forma de ocupação que servirá de base aos projetos de execução das infraestruturas, edificações e espaços exteriores, constam do artigo 24º da proposta de Regulamento e visam alcançar os objetivos estratégicos e específicos que se encontram descritos no artigo 2.º do mesmo documento

A proposta de Revisão do PDMS define quatro **Eixos Estruturantes (EE)** de desenvolvimento para os quais se atribuíram **Objetivos Estratégicos (OE)**:

EE₁ Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes:

- OE₁ Reequilíbrio da rede urbana**, através da polinucleação do território e redefinição da estrutura urbana, com a afirmação de centralidades secundárias;
- OE₂ Requalificação urbanística**, fundamentada na programação e controle das áreas de expansão urbana, na recuperação da frente ribeirinha, na reformulação do modelo de gestão das áreas de reconversão urbanística, na revitalização das áreas urbanas históricas e centros urbanos deprimidos e na reafectação de usos e integração urbana das grandes áreas industriais, funcionalmente obsoletas ou desativadas;
- OE₃ Melhorar a mobilidade urbana e a articulação entre as diferentes centralidades metropolitanas**, através do reforço do sistema de mobilidade e da diversificação dos modos de transporte.

EE₂ Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental:

- OE₁ Preservação e valorização da estrutura ecológica municipal**, de modo a assegurar a continuidade dos principais corredores ecológicos e de outros valores naturais e paisagísticos locais;
- OE₂ Gestão eficiente dos recursos naturais**, estimulando a racionalização do modo como são explorados, a eficiência energética, a proteção do solo, a preservação dos recursos hídricos e geológicos, a utilização de recursos renováveis e a reutilização dos resíduos.

EE₃ Promoção da Equidade e da Coesão Social:

- OE₁ Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável**, através da criação de uma rede integrada de equipamentos de utilização coletiva e da adoção de estratégias de planeamento urbano, que promovam a equidade, a coesão social e estilos de vida saudáveis;
- OE₂ Incentivar e dinamizar processos de decisão participados;**
- OE₃ Promoção de respostas habitacionais diferenciadas e inclusivas.**

EE₄ Desenvolvimento Económico Sustentável:

- OE₁ Diversificação e reforço da base económica** através da consolidação de uma rede de áreas estruturantes e polos qualificados de atividades económicas, de modo a permitir a captação e instalação de novas atividades, indutoras de novas oportunidades de emprego;
- OE₂ Dinamizar as atividades de turismo** potenciadas pelos recursos endógenos, dando especial relevo a náutica de recreio.

No sentido de seguir o rumo determinado por estas linhas orientadoras, foram definidos **objetivos específicos**⁷ com impacto nos diferentes domínios do desenvolvimento municipal, que depois resultou no modelo de ordenamento territorial, tendo em conta o carácter predominantemente urbano deste Município.

Neste âmbito torna-se relevante conhecer, de que forma a proposta de Revisão do PDMS responde aos objetivos estratégicos propostos (Quadro 3-1).

⁷ Descritos no Relatório da Proposta do Plano da Revisão do PDM Seixal (abril 2013).

Quadro 3-1 – Relação entre os Eixos Estruturantes, respetivos Objetivos Estratégicos e a Proposta de Revisão do PDMS.

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS
<p>1. Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes.</p>	<p>1. "Reequilíbrio da rede urbana".</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ No processo de delimitação de <u>Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)</u> e <u>Unidades de Execução (UE)</u> foi tido em conta as necessidades específicas das áreas do território municipal que deverão ser planeadas de forma integrada, evitando a realização de loteamentos à parcela e permitindo uma melhor estruturação dos espaços destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes; ✓ A execução das orientações das UOPG pode dar-se por via de Plano de Urbanização (PU), Plano Pormenor (PP) e/ou Unidade de Execução (UE). Na presente proposta de Plano, estão delimitadas UE naquelas áreas para as quais já existe um programa definido. ✓ Foram consideradas <u>69 UOPG e 42 UE</u> (em 10 das 69 UOPG), delimitadas na Planta de Ordenamento, e definidas no Capítulo II, Título IV, art.º 83º, do Regulamento: <ul style="list-style-type: none"> UOPG 1 – Quinta do Castelo UOPG 2 – Quinta dos Lobatos UOPG 3 – Quinta do Conde II UOPG 4 – Quinta da Niza UOPG 5 – Quinta Marialva de Fora UOPG 6 – Quinta das Lagoas Norte UOPG 7 – Quinta das Lagoas Poente UOPG 8 – Quinta da Aniza UOPG 9 – Aniza (Fase 2 e 3) UOPG 10 – Fabrica da Pólvora/Vale Milhaços UOPG 11 – Quinta do Albino UOPG 12 – Quinta Coelhoos UOPG 13 – Quinta da Queimada UOPG 14 – Quinta da Fabrica UOPG 15 – Pinhal de Valadares UOPG 16 – Pinhal Conde da Cunha – Fases IV a VI UOPG 17 – Quinta da Princesa UOPG 18 – Quinta do Paço / Quinta da Atalaia UOPG 19 – Frente Ribeirinha da Amora UOPG 20 – Quinta Maria Pires UOPG 21 – Muxito UOPG 22 – Quinta das Lagoas UOPG 23 – SPEL UOPG 24 – Fors de Amora Norte UOPG 25 – Quinta do Rato UOPG 26 – Quinta da Americana UOPG 27 – Poço Bispo II UOPG 28 – Quinta do Belo UOPG 29 – Vale de Santo António UOPG 30 – Vale Loba Nascente UOPG 31 – Vale Loba Poente UOPG 32 – Pinhal Conde da Cunha VII UOPG 33 – Pinhal das Freiras UOPG 34 – Baia Sul UOPG 35 – Murtinheira UOPG 36 – Vale da Romeira UOPG 37 – Quinta do Algarve UOPG 38 – Quinta de Bachelos UOPG 39 – Cavadas UOPG 40 – Quinta da Boavista UOPG 41 – Torre da Marinha / Fogueteiro UOPG 42 – Quinta da Prata UOPG 43 – Pinhal de Frades UOPG 44 – Flor da Mata Norte UOPG 45 – Flor da Mata Sul UOPG 46 – Siderurgia Norte UOPG 47 – Siderparque UOPG 48 – PIS 5 UOPG 49 – PIS 4 UOPG 50 – Zona Industrial do Zemoto UOPG 51 – Brejos da Palmeira UOPG 52 – Zona Industrial de Casal Sapo UOPG 53 – Cucena UOPG 54 – Vale de Rolas Nascente UOPG 55 – Vale de Rolas Poente UOPG 56 – Vinha do Casalinho UOPG 57 – Farinheiras Sul UOPG 58 – Quinta do Marcelino UOPG 59 – Bachelos de Gaio UOPG 60 – Quinta Carlos Costa UOPG 61 – Flor da Mata UOPG 62 – Laranjeiras/Redondos UOPG 63 – Lobateira UOPG 64 – Fernão Ferro Centro UOPG 65 – Fernão Ferro Poente UOPG 66 – Pinhal General UOPG 67 – Fontainhas Norte UOPG 68 – Fontainhas Sul UOPG 69 – Fontainhas Nascente ✓ As <u>classes de espaço</u> estão representadas cartograficamente na <u>Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo</u> e as <u>UOPG</u> e <u>UE</u> na <u>Planta de Ordenamento – Gestão do Território</u>.

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS				
1. Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes. (cont.)	1. "Reequilíbrio da rede urbana" (cont.)	<p>✓ <u>Objetivos específicos da proposta de Revisão do PDMS para o reequilíbrio da rede urbana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover uma imagem geral do Município, enquanto <u>território atrativo para residir e trabalhar</u>, onde a qualidade urbana seja uma marca identitária e diferenciadora no contexto metropolitano; - Assegurar uma <u>lógica de concertação territorial</u>, que potencie complementaridades internas e com a envolvente próxima; - Potenciar a <u>criação programada e a valorização de verdadeiras centralidades</u>, equipadas, infraestruturadas e qualificadas, polos de desenvolvimento de excelência, a sul da Autoestrada (AE), no sentido da construção de uma estrutura polinucleada, combatendo a dispersão urbana; a norte da AE promover centralidades de bairro ou de núcleos de equipamentos coletivos e a qualificação urbana e coesão territorial com a concretização total do Metro Sul-Tejo (MST); - Promover o <u>reforço da coesão e eficácia do sistema urbano</u>, concedendo protagonismo a alguns aglomerados e a sua quantificação urbanística através do tratamento de espaços intersticiais e dos remates das áreas urbanas. - <u>Combater o despovoamento e desqualificação dos centros urbanos tradicionais</u> e a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários, reabilitando e reanimando as áreas urbanas históricas, reabrindo-as aos jovens e integrando diversos grupos sociais; - Reforçar e qualificar a rede urbana, através da <u>dotação de equipamentos de utilização coletiva</u>, maioritariamente de cariz local, mas igualmente de maior espectro e alcance territorial; - Reforçar o <u>relacionamento transversal Norte-Sul</u>, tendo em conta o constrangimento físico que constitui a AE e o eixo ferroviário N/S, e entre os núcleos existentes, de modo a obter massa crítica relevante que justifique a localização de equipamentos estruturantes; - Definir estratégias de <u>reabilitação e revitalização do património cultural edificado</u>. <p>✓ <u>Projetos de Ordenamento do Território e Urbanismo</u>, apresentados no <u>Programa de Execução do Plano</u>:</p> <table border="1" data-bbox="860 1038 1848 1270"> <thead> <tr> <th data-bbox="860 1038 1167 1074">Intervenções prioritárias</th> <th data-bbox="1167 1038 1848 1074">Exemplos de Projetos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="860 1074 1167 1270"> Projetos de Ordenamento do Território e Urbanismo </td> <td data-bbox="1167 1074 1848 1270"> - Plano Pormenor da Baía Sul - UOPG 34 - Siderurgia Norte – UOPG 46 - Siderparque – UOPG 47 - Plano de Pormenor da Torre da Marinha/Fogueteiro - UOPG 41 - Plano de Urbanização e Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Amora – UOPG 19 - Requalificação das "Portas de Concelho" </td> </tr> </tbody> </table>	Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos	Projetos de Ordenamento do Território e Urbanismo	- Plano Pormenor da Baía Sul - UOPG 34 - Siderurgia Norte – UOPG 46 - Siderparque – UOPG 47 - Plano de Pormenor da Torre da Marinha/Fogueteiro - UOPG 41 - Plano de Urbanização e Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Amora – UOPG 19 - Requalificação das "Portas de Concelho"
Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos					
Projetos de Ordenamento do Território e Urbanismo	- Plano Pormenor da Baía Sul - UOPG 34 - Siderurgia Norte – UOPG 46 - Siderparque – UOPG 47 - Plano de Pormenor da Torre da Marinha/Fogueteiro - UOPG 41 - Plano de Urbanização e Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Amora – UOPG 19 - Requalificação das "Portas de Concelho"					

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS				
<p>1. Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes. (cont.)</p>	<p>2 "Requalificação urbanística".</p>	<p>✓ As reclassificações propostas na revisão do PDM resultam essencialmente de três situações: <u>requalificação de áreas de génese ilegal; requalificação urbanística através do remate do tecido urbano em articulação com a realização de grandes infraestruturas e a construção de equipamentos de utilização coletiva; reabilitação de áreas ambientalmente degradadas.</u></p> <p>✓ A requalificação urbana, no caso do Seixal deverá ser assegurada quer através de processos de reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), quer da adequada programação das novas áreas de expansão, tendo em conta a necessidade da definição de objetivos concretos e abrangentes para estas áreas, contemplando a resolução dos problemas existentes nos territórios envolventes, como se apresenta no Programa de Execução do Plano:</p> <table border="1" data-bbox="954 579 1753 722" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th data-bbox="954 579 1274 611">Intervenções prioritárias</th> <th data-bbox="1274 579 1753 611">Exemplos de Projetos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="954 611 1274 722" style="text-align: center;">Parque Habitacional Social</td> <td data-bbox="1274 611 1753 722"> <ul style="list-style-type: none"> - PER – Programa Especial de Realojamento - Vale de Chicharos - Programa Municipal Habitação Jovem - Recuperação dos Núcleos Urbanos Antigos </td> </tr> </tbody> </table> <p>✓ A implementação da estratégia do modelo territorial, operacionaliza-se através de UOPG que identificaram áreas com necessidade de requalificação urbana, às quais se aplicam as regras gerais estabelecidas no Regulamento do PDMS para as Classes e Categorias de solo previstas nas respetivas áreas de intervenção (<i>Anexo I – Parâmetros urbanísticos a adotar nas Unidades Operativas de Planeamento e Gestão e Unidades de Execução UOPG e UE</i>, do Regulamento). Foram identificadas 69 UOPG, adiante descritas no Quadro 3-2 .</p> <p>✓ A delimitação de UOPG com programa próprio, para áreas que podem e devem ser planeadas de forma integrada, evita a realização de loteamentos à parcela, prática que tem resultado na fragmentação do tecido urbano e na sua excessiva monofuncionalidade, permitindo assim uma melhor estruturação da rede de espaços destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes. Para a <u>execução das orientações das UOPG delimitaram-se Unidades de Execução (UE) em áreas para as quais já existe um programa definido</u>. No entanto, face à dinâmica territorial que se venha a verificar ao longo da vigência do Plano estima-se que seja necessário vir a demarcar novas UE.</p> <p>✓ A qualificação da rede urbana passa também pela <u>dotação de equipamentos de utilização coletiva ou infraestruturas viárias</u>, de nível supralocal (referidos nos pontos seguintes).</p>	Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos	Parque Habitacional Social	<ul style="list-style-type: none"> - PER – Programa Especial de Realojamento - Vale de Chicharos - Programa Municipal Habitação Jovem - Recuperação dos Núcleos Urbanos Antigos
Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos					
Parque Habitacional Social	<ul style="list-style-type: none"> - PER – Programa Especial de Realojamento - Vale de Chicharos - Programa Municipal Habitação Jovem - Recuperação dos Núcleos Urbanos Antigos 					

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS												
<p>1. Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes. (cont.)</p>	<p>3 “Melhorar a mobilidade urbana e a articulação entre as diferentes centralidades metropolitanas”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As infraestruturas viárias (Capítulo VII, Secção I, art.º 60º, do Regulamento) <u>são compostas pela Rede Rodoviária e Rede Ferroviária</u> existente e prevista, bem como o espaço canal necessário para a execução das vias identificadas no n.º 2 do artigo 60º; ✓ A <u>Rede Rodoviária e Ferroviária do Município encontram-se ordenadas e hierarquizadas</u>, de acordo com as funções e características (Capítulo VII, Secção I, art.º 61º e art.º 62º), nomeadamente, em rede primária, rede secundária, rede terciária e rede distribuidora local (rede rodoviária); rede ferroviária convencional e rede ferroviária ligeira (rede ferroviária); ✓ No âmbito das infraestruturas de transportes e comunicações, foi definido no <u>Programa de Execução</u> da revisão do PDM <u>um conjunto de propostas e medidas</u> que, uma vez implementadas, permitirão melhorar a acessibilidade e a mobilidade no Seixal; <table border="1" data-bbox="745 579 1962 815" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th data-bbox="745 579 853 611" style="width: 15%;"></th> <th data-bbox="853 579 1106 611">Intervenções prioritárias</th> <th data-bbox="1106 579 1962 611">Exemplos de Projetos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="745 611 853 675" style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg); text-align: center;">Sistema de Mobilidade e Transportes</td> <td data-bbox="853 611 1106 675">Sistema Rodoviário</td> <td data-bbox="1106 611 1962 675">- Construção do Nó de Fors de Amora no IP7/A2 - Construção da alternativa à EN 378</td> </tr> <tr> <td data-bbox="745 675 853 707"></td> <td data-bbox="853 675 1106 707">Sistema Ferroviário</td> <td data-bbox="1106 675 1962 707">- Sistema ferroviário ligeiro (MST - 2ª e 3ª fases)</td> </tr> <tr> <td data-bbox="745 707 853 815"></td> <td data-bbox="853 707 1106 815">Transportes</td> <td data-bbox="1106 707 1962 815">- Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal - Estudo de criação de corredores reservados para Transporte Coletivo (TC) - Estudo de criação de áreas estacionamento junto às estações do Metro Sul Tejo (MST) - Rede Ciclável do Seixal</td> </tr> </tbody> </table> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A representação cartográfica da <u>Rede Rodoviária e Ferroviária</u> encontra-se na <u>Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo</u>. 		Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos	Sistema de Mobilidade e Transportes	Sistema Rodoviário	- Construção do Nó de Fors de Amora no IP7/A2 - Construção da alternativa à EN 378		Sistema Ferroviário	- Sistema ferroviário ligeiro (MST - 2ª e 3ª fases)		Transportes	- Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal - Estudo de criação de corredores reservados para Transporte Coletivo (TC) - Estudo de criação de áreas estacionamento junto às estações do Metro Sul Tejo (MST) - Rede Ciclável do Seixal
	Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos												
Sistema de Mobilidade e Transportes	Sistema Rodoviário	- Construção do Nó de Fors de Amora no IP7/A2 - Construção da alternativa à EN 378												
	Sistema Ferroviário	- Sistema ferroviário ligeiro (MST - 2ª e 3ª fases)												
	Transportes	- Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal - Estudo de criação de corredores reservados para Transporte Coletivo (TC) - Estudo de criação de áreas estacionamento junto às estações do Metro Sul Tejo (MST) - Rede Ciclável do Seixal												

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS																					
<p>2. Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental</p>	<p>1. “Preservação e valorização da estrutura ecológica municipal”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A <u>Estrutura Ecológica Municipal (EEM)</u> é constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos, constituindo uma garantia da salvaguarda dos ecossistemas e da intensificação dos processos biofísicos, decorrendo muitas das áreas da aplicação das orientações do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. (Título III, Capítulo III, Artigo 23º do Regulamento) ✓ A <u>proposta da Estrutura Ecológica Municipal (EEM)</u> para o Seixal apoia-se essencialmente na identificação dos espaços naturais e seminaturais existentes bem como dos espaços residuais ou áreas livres que assumem ou podem vir a assumir a função de espaços verdes públicos. Encontra-se delimitada na Planta de Ordenamento e está enquadrada pelas orientações decorrentes, quer da Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental, definida pelo PROTAML, em vigor, quer da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) definida pelo PROTAML – alteração, por transposição para a escala municipal da respetiva Rede Ecológica Metropolitana (REM). ✓ A <u>EEM do Seixal transposta para a Planta de Ordenamento da revisão do PDM</u>, que integra áreas prioritárias (cerca de 1589 ha), vitais (cerca de 2 676 ha), verdes de proximidade (249 ha) e também corredores estruturantes, incluídos na Rede Ecológica Metropolitana, representa cerca de 47% do território municipal, compreende as seguintes áreas (Título III, Capítulo III, Artigo 23º, número 3, do Regulamento): <table border="1" data-bbox="833 743 1939 1007" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Classe de Espaço</th> <th>Categoria</th> <th>Subcategorias</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="4" style="text-align: center;">Solo Urbano/ Solo Urbanizável</td> <td>- Espaços Verdes</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> <tr> <td>- Espaços de Uso Especial</td> <td>- Cultura, Recreio e Lazer</td> </tr> <tr> <td rowspan="3" style="text-align: center;">- Espaços Residenciais</td> <td>- ER1 – altura máxima 19 m</td> </tr> <tr> <td>- ER2 – altura máxima 13 m</td> </tr> <tr> <td>- ER3 – altura máxima 8 m</td> </tr> <tr> <td>- Espaços de Atividades Económicas</td> <td>- Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial</td> </tr> <tr> <td rowspan="3" style="text-align: center;">Solo Rural</td> <td>- Espaços Naturais</td> <td>- Proteção Paisagística</td> </tr> <tr> <td></td> <td>- Estuário</td> </tr> <tr> <td>- Espaços Agrícolas ou Florestais</td> <td style="text-align: center;">-</td> </tr> </tbody> </table> ✓ A EEM abrange as <u>áreas integradas na estrutura regional de proteção e valorização ambiental</u>, os <u>corredores associados aos principais cursos de água</u>, incluindo margens e faixas de proteção bem como <u>áreas afetas à Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional</u>, e <u>parte significativa do Sítio de Importância Comunitária PTCO0054 – Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira</u>, da Rede Natura 2000. ✓ Entre as áreas prioritárias definidas no PROTAML encontra-se o Sítio de Importância Comunitária Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, da Rede Natura 2000, que no Seixal abrange 1167 ha, cerca de 12% do território municipal. ✓ A <u>Planta da EEM para o Seixal</u> ilustra o modo como foram transferidas para esta estrutura local as áreas e corredores/ligações da REM, utilizando uma lógica semelhante à do PROTAML para hierarquizar o sistema ecológico: 	Classe de Espaço	Categoria	Subcategorias	Solo Urbano/ Solo Urbanizável	- Espaços Verdes	-	- Espaços de Uso Especial	- Cultura, Recreio e Lazer	- Espaços Residenciais	- ER1 – altura máxima 19 m	- ER2 – altura máxima 13 m	- ER3 – altura máxima 8 m	- Espaços de Atividades Económicas	- Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial	Solo Rural	- Espaços Naturais	- Proteção Paisagística		- Estuário	- Espaços Agrícolas ou Florestais	-
Classe de Espaço	Categoria	Subcategorias																					
Solo Urbano/ Solo Urbanizável	- Espaços Verdes	-																					
	- Espaços de Uso Especial	- Cultura, Recreio e Lazer																					
	- Espaços Residenciais	- ER1 – altura máxima 19 m																					
		- ER2 – altura máxima 13 m																					
- ER3 – altura máxima 8 m																							
- Espaços de Atividades Económicas	- Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial																						
Solo Rural	- Espaços Naturais	- Proteção Paisagística																					
		- Estuário																					
	- Espaços Agrícolas ou Florestais	-																					

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS
<p>2. Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental (cont.)</p>	<p>1. “Preservação e valorização da estrutura ecológica municipal” (cont.)</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Área Prioritária 1: <u>Área estruturante de proteção e conservação</u>, que corresponde a parte significativa da Área Estruturante Secundária da REM, delimitada no PROTAML em vigor, localizada no Pinhal das Freiras, integrando grande parte do Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000, a qual deverá ser objeto de um Plano de Gestão. No âmbito do PROTAML – alteração, esta área está incluída na Rede Estruturante Primária, da REM; cerca de <u>609 ha</u>.</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <p>Área Prioritária 2: <u>Área estruturante de proteção e enquadramento</u> compreendida entre a baía do Seixal e o esteiro do Rio Coina, integrando o estuário; cerca de <u>979 ha</u>.</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <p>Corredores Estruturantes Principais: <u>Estruturas lineares</u> que compreendem os <u>leitos e margens de cursos de água correspondentes</u>, no essencial, aos <u>corredores estruturantes secundários do PROTAML</u>, o Rio Judeu, a Ribeira do Vale Longo, a Vala dos Brejos da Palmeira, a Vala da Quinta do Algarve e a Vala de St.^a Marta. Estes corredores, com dimensões consideráveis, funcionam como principais elementos de ligação entre as Áreas Prioritárias 1 e 2.</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <p>Corredores Estruturantes Secundários: <u>Estruturas lineares</u> que compreendem os <u>leitos e margens de cursos de água e valas, livres de edificação e também alguns corredores vitais</u> identificados na REM. Ao longo destes corredores ecológicos há interrupções na sua continuidade que, no entanto, não deixam de permitir a concretização das funções ecológicas destes territórios.</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <p>Áreas Vitais: <u>Áreas urbanas maioritariamente desocupadas</u> que estão, no essencial, localizadas no interior ou junto de áreas vitais ou corredores do PROTAML, com funções ecológicas determinantes. Estes espaços, pela sua dimensão, desempenham a função das áreas vitais, no conjunto urbano, e podem ser destinados a Parques Urbanos ou espaços verdes públicos; cerca de <u>2676 ha</u>.</p> </div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <p>Áreas Verdes de Proximidade: <u>Áreas livres situadas no interior de espaços urbanos consolidados</u>, que, pela sua reduzida dimensão, não foram consideradas Áreas Vitais nem decorrem da delimitação da Rede Ecológica Metropolitana, de nível regional, mas que, ainda assim, foram integrados na EEM, por representarem, ao nível local, espaços de desafogo indispensáveis, quando associados à vivência urbana, como locais privilegiados para a estadia, o lazer ou, simplesmente para garantir o enquadramento paisagístico das áreas edificadas; cerca de <u>249 ha</u>.</p> </div>

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">2. Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental (cont.)</p>	<p>2. "Gestão eficiente dos recursos naturais".</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com a definição da EEM e a delimitação dos ecossistemas da REN, é dada especial atenção à preservação do <u>recurso hídrico</u> e a <u>manutenção das linhas de água superficiais no seu estado natural</u>; ✓ Na proposta de Revisão do PDM foram identificadas, definindo regimes de uso do solo adequados, as <u>áreas inundáveis</u>, os <u>leitões dos cursos de águas e suas margens</u>, assim como <u>situações de estrangulamento do sistema hídrico</u> (Planta da EEM); ✓ No que se refere aos <u>resíduos</u>, a hierarquia de princípios para a sua gestão implica que as ações devam ser dirigidas, para a prevenção (através da redução), seguida de reutilização e reciclagem, de valorização orgânica e/ou energética e, da deposição final/eliminação em aterro controlado. Neste âmbito entrará brevemente em funcionamento uma Unidade de Valorização de Resíduos Orgânicos Biodegradáveis, no Ecoparque do Seixal (aterro sanitário intermunicipal). ✓ Com a proposta de Revisão do PDM pretende-se a implementação de uma <u>política de solos</u> que salguarde os solos de maior capacidade produtiva para a agricultura, para a floresta de produção e proteção, assim como solos importantes para a recarga dos aquíferos subterrâneos e para o controlo das cheias. ✓ De acordo com o Regulamento (Capítulo V, Secção III, Artigo 31.º): "1. Os <u>Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos (ERG)</u> são espaços onde a presença de recursos geológicos se apresenta como significativa, correspondendo, no essencial, a áreas de exploração de massas minerais concessionadas, licenciadas ou em vias de licenciamento, bem como a áreas onde atualmente predomina a exploração intensiva e cujo licenciamento se pretende em face do reconhecido interesse em termos da existência do recurso geológico e da sua importância no contexto da economia regional, dentro dos valores de qualidade ambiental; 2. Esta categoria de espaços integra ainda áreas já exploradas ou degradadas em virtude da interrupção da exploração, devendo proceder-se à sua recuperação ambiental segundo a legislação em vigor, para posterior desafetação." ✓ Na <u>extração de inertes</u>, depois de concluída a exploração, as amplas áreas que resultam da sua recuperação poderão passar a integrar a estrutura ecológica municipal, e algumas a desempenhar uma função relevante no controlo hidrológico de escoamento de águas quando utilizadas como bacias de retenção. ✓ Quanto a este recurso mineral, o Seixal detém áreas de grande interesse caracterizadas pela presença de complexos arenosos de expressão considerável, pelo que foi definida uma <u>área de reserva geológica de interesse regional</u>, constituída ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 1/2007, de 9 de janeiro (complementado pelo Aviso n.º 10850/2008, publicado no Diário da República n.º 69, II série, de 8 de abril), com o objetivo de garantir a salvaguarda desta matéria-prima, não renovável e escassa, para exploração futura. ✓ Na <u>Planta de Condicionantes</u> está delimitada a área de <u>Reserva Geológica de Interesse Regional</u> bem como as <u>pedreiras de areia licenciadas</u>, de acordo com a área efetivamente explorada, que em muitos casos ultrapassa bastante a área licenciada. ✓ Na <u>Planta de Ordenamento</u> da proposta de revisão do plano estão delimitadas como <u>Espaço afeto à exploração de recursos geológicos</u>.

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS
2. Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental (cont.)	2. "Gestão eficiente dos recursos naturais" (cont.)	<p>✓ De acordo com o Regulamento (Capítulo II, Artigo 14.º), "Em concretização da <u>estratégia ambiental definida pela Câmara Municipal</u>, devem ser adotadas práticas de planeamento que promovam:</p> <ol style="list-style-type: none"> A sustentabilidade dos novos desenvolvimentos urbanos desde a sua fase de conceção inicial, considerando os novos desafios da eficiência energético-ambiental ao nível dos edifícios e espaço público e o aproveitamento local de recursos; A eficiência energética dos edifícios quer ao nível do novo edificado, quer ao nível da qualificação do património existente; A eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, iluminação semafórica e outras estruturas urbanas; A integração de tecnologias de aproveitamento de energias renováveis; A interação da rede elétrica com novas fontes de produção de eletricidade; A redução da procura de água potável e reutilização de águas cinzentas e pluviais para usos não potáveis; A redução do consumo de materiais e aumento das taxas de reutilização e reciclagem de materiais; Uma política de mobilidade assente em modos suaves e no transporte coletivo; A minimização das deslocações urbanas, através do equilíbrio funcional dos diversos setores urbanos; A adoção de veículos que permitam reduzir as emissões de poluentes ao nível local." <p>✓ O <u>Programa de Execução</u> da proposta de Revisão do PDM inclui um conjunto de propostas e medidas, que contribuem igualmente para a gestão sustentável dos recursos naturais, nomeadamente nos seguintes domínios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>Sistema de Mobilidade e Transportes</u>: ações propostas para o melhoramento do transporte coletivo disponível; - <u>Infraestruturas Urbanas</u>: ações a empreender no sistema municipal de abastecimento de água, no sistema municipal de drenagem e tratamento de águas residuais; - <u>Recuperação Ambiental</u>: engloba medidas necessárias à manutenção e reabilitação da rede hidrográfica e as ações de recuperação ambiental de áreas ocupadas com resíduos perigosos (ex.: área da antiga Siderurgia Nacional, Terrenos da SPEL, Estudo de Renaturalização do Leito do Rio Judeu e Requalificação das suas Margens e Bacia de descarga de efluentes da antiga SUINAVES); - <u>Espaços Verdes e de Utilização Coletiva</u>: ações propostas para a construção/requalificação de parques ou jardins existentes ou previstos (ex.: Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras e Parque da Cidade).

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS															
3. Promoção da Equidade e da Coesão Social	1. “Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável”.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Urbanisticamente ter em conta no processo de planeamento a reconversão, a revitalização e a requalificação de áreas carenciadas e degradadas, quer na componente social, quer nas funções urbanas instaladas (serviços, equipamentos coletivos, habitação qualificada, infraestruturas básicas, transportes, constantes no Programa de Execução da proposta de Revisão do PDM) é fundamental para reforçar a coesão social, contrariando dinâmicas de exclusão que muitas vezes se instalam. ✓ O planeamento urbano, através da programação de equipamentos de utilização coletiva (Programa de Execução da proposta de Revisão do PDM), tem também necessariamente de assegurar a criação de condições de igualdade de acesso para todos: 															
	2. “Incentivar e dinamizar processos de decisão participados”.	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 5%;"></th> <th style="width: 45%;">Intervenções prioritárias</th> <th style="width: 50%;">Exemplos de Projetos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="6" style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg); text-align: center;">Equipamentos de Utilização Coletiva</td> <td>1 – Equipamentos Educativos</td> <td>- Construção/Remodelação de Escolas</td> </tr> <tr> <td>2 – Equipamentos de Saúde</td> <td>- Hospital do Seixal - Centro de Saúde de Corroios - Extensão de Centros de Saúde - Clínica de Apoio a Álcool-dependentes em Fernão Ferro</td> </tr> <tr> <td>3 – Equipamentos Desportivos</td> <td>- Construção/relocalização/expansão/qualificação de complexos desportivos - Construção de pavilhões municipais - Skate Parque e Circuito de Manutenção - Porto de Recreio - Parque Multiusos - Piscinas Municipais - Polidesportivo - Estádio de Futebol e Campo de Futebol</td> </tr> <tr> <td>4 – Equipamentos Culturais</td> <td>- Espaço Multiusos - Casa da Juventude - Alojamento para jovens - Centro Integrado de Atividades Culturais - Espaço Intercultural Migrações e Cidadania - Museu - Oficina Manuel Cargaleiro: 2ª e 3ª fases</td> </tr> <tr> <td>5 – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social</td> <td>- Creche e Lar de Idosos - Centro de Atividades Ocupacionais - Unidade de Cuidados Continuados - Centro de Reabilitação</td> </tr> <tr> <td>6 – Segurança Pública e Proteção Civil</td> <td>- Criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção civil</td> </tr> </tbody> </table>		Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos	Equipamentos de Utilização Coletiva	1 – Equipamentos Educativos	- Construção/Remodelação de Escolas	2 – Equipamentos de Saúde	- Hospital do Seixal - Centro de Saúde de Corroios - Extensão de Centros de Saúde - Clínica de Apoio a Álcool-dependentes em Fernão Ferro	3 – Equipamentos Desportivos	- Construção/relocalização/expansão/qualificação de complexos desportivos - Construção de pavilhões municipais - Skate Parque e Circuito de Manutenção - Porto de Recreio - Parque Multiusos - Piscinas Municipais - Polidesportivo - Estádio de Futebol e Campo de Futebol	4 – Equipamentos Culturais	- Espaço Multiusos - Casa da Juventude - Alojamento para jovens - Centro Integrado de Atividades Culturais - Espaço Intercultural Migrações e Cidadania - Museu - Oficina Manuel Cargaleiro: 2ª e 3ª fases	5 – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	- Creche e Lar de Idosos - Centro de Atividades Ocupacionais - Unidade de Cuidados Continuados - Centro de Reabilitação	6 – Segurança Pública e Proteção Civil
	Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos															
Equipamentos de Utilização Coletiva	1 – Equipamentos Educativos	- Construção/Remodelação de Escolas															
	2 – Equipamentos de Saúde	- Hospital do Seixal - Centro de Saúde de Corroios - Extensão de Centros de Saúde - Clínica de Apoio a Álcool-dependentes em Fernão Ferro															
	3 – Equipamentos Desportivos	- Construção/relocalização/expansão/qualificação de complexos desportivos - Construção de pavilhões municipais - Skate Parque e Circuito de Manutenção - Porto de Recreio - Parque Multiusos - Piscinas Municipais - Polidesportivo - Estádio de Futebol e Campo de Futebol															
	4 – Equipamentos Culturais	- Espaço Multiusos - Casa da Juventude - Alojamento para jovens - Centro Integrado de Atividades Culturais - Espaço Intercultural Migrações e Cidadania - Museu - Oficina Manuel Cargaleiro: 2ª e 3ª fases															
	5 – Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social	- Creche e Lar de Idosos - Centro de Atividades Ocupacionais - Unidade de Cuidados Continuados - Centro de Reabilitação															
	6 – Segurança Pública e Proteção Civil	- Criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção civil															

EE	OE	Descrição da Proposta de Revisão do PDMS						
3. Promoção da Equidade e da Coesão Social (cont.)	3. “Promoção de respostas habitacionais diferenciadas e inclusivas”	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Intervenções prioritárias</th> <th>Exemplos de Projetos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Parque Habitacional Social</td> <td>- PER – Programa Especial de Realojamento - Programa Municipal Habitação Jovem - Recuperação dos Núcleos Urbanos Antigos</td> </tr> </tbody> </table>	Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos	Parque Habitacional Social	- PER – Programa Especial de Realojamento - Programa Municipal Habitação Jovem - Recuperação dos Núcleos Urbanos Antigos		
		Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos					
Parque Habitacional Social	- PER – Programa Especial de Realojamento - Programa Municipal Habitação Jovem - Recuperação dos Núcleos Urbanos Antigos							
4. Desenvolvimento Económico Sustentável	1. “Diversificação e reforço da base económica”.	<p>✓ O dinamismo económico apreciável que o Município tem apresentado deve-se em parte à crescente terciarização da economia e da política de ordenamento das atividades económicas apoiadas pela Autarquia, favorecendo a sua concentração no <u>Parque Industrial do Seixal (PIS)</u> e em <u>Parques de Atividades Económicas (PAE)</u>, contrariando assim a sua dispersão, de forma indiferenciada;</p> <p>✓ O Seixal tem vindo a incrementar a sua importância no quadro económico metropolitano, <u>com elevado potencial de crescimento e de desenvolvimento para a localização de empresas em vários setores de atividade</u>, designadamente <u>na indústria, na logística e nos serviços</u>. Revela-se, também, uma <u>área com apetência para a fruição de lazeres e para o turismo</u>, desde logo, pelas condições favoráveis que a baía do Seixal proporciona.</p> <p>✓ O <u>Programa de Execução</u> da proposta de Revisão do PDM, no <u>domínio de Promoção do Desenvolvimento</u>, compreende uma variedade de iniciativas, que podem ir desde o apoio a iniciativas locais de emprego e atividades de formação profissional até à promoção do turismo local. Assim sendo, consideram-se como ações deste domínio aquelas cujo impacto extravasa a própria ação em si e cujo objetivo último é o desenvolvimento económico e social.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Intervenções prioritárias</th> <th>Exemplos de Projetos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Património</td> <td>- Mundet-Seixal e Quinta da Trindade: Conservação e recuperação do edificado - Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e Moinho de Maré de Corroios - Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços: Conservação e recuperação do edificado - Quinta da Trindade: Conservação e recuperação do edificado - Recuperação do Alto-Forno da Siderurgia Nacional, da Antiga Fábrica da Seca do Bacalhau e do Moinho Novo dos Paulistas</td> </tr> <tr> <td>Promoção do Desenvolvimento</td> <td>- Náutica de recreio: Núcleo de recreio do Seixal e Amora, Pólo Náutico-Turístico da Ponta dos Corvos, Porto de recreio do Seixal e Amora - Valorização da Frente Ribeirinha do Seixal e Amora</td> </tr> </tbody> </table>	Intervenções prioritárias	Exemplos de Projetos	Património	- Mundet-Seixal e Quinta da Trindade: Conservação e recuperação do edificado - Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e Moinho de Maré de Corroios - Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços: Conservação e recuperação do edificado - Quinta da Trindade: Conservação e recuperação do edificado - Recuperação do Alto-Forno da Siderurgia Nacional, da Antiga Fábrica da Seca do Bacalhau e do Moinho Novo dos Paulistas	Promoção do Desenvolvimento	- Náutica de recreio: Núcleo de recreio do Seixal e Amora, Pólo Náutico-Turístico da Ponta dos Corvos, Porto de recreio do Seixal e Amora - Valorização da Frente Ribeirinha do Seixal e Amora
	Intervenções prioritárias		Exemplos de Projetos					
Património	- Mundet-Seixal e Quinta da Trindade: Conservação e recuperação do edificado - Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e Moinho de Maré de Corroios - Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços: Conservação e recuperação do edificado - Quinta da Trindade: Conservação e recuperação do edificado - Recuperação do Alto-Forno da Siderurgia Nacional, da Antiga Fábrica da Seca do Bacalhau e do Moinho Novo dos Paulistas							
Promoção do Desenvolvimento	- Náutica de recreio: Núcleo de recreio do Seixal e Amora, Pólo Náutico-Turístico da Ponta dos Corvos, Porto de recreio do Seixal e Amora - Valorização da Frente Ribeirinha do Seixal e Amora							
	2. “Dinamizar as atividades de turismo potenciadas pelos recursos endógenos, dando especial relevo a náutica de recreio”.							

Quadro 3-2 – UOPG delimitadas na Planta de Ordenamento.

UOPG	Freguesia	Área Total (ha)	Uso do Solo			Observações
			Solo Rural	Solo Urbano		
				Solo Urbanizado	Solo Urbanizável	
1 Quinta do Castelo	Corroios	18,15			EAE 1; EV	Compromisso Urbanístico - Protocolo
2 Quinta dos Lobatos	Corroios	5,97			ER 2; EV	Área de Reconversão Urbanística
3 Quinta do Conde	Corroios	3,87			ER 2; EV	Área de Reconversão Urbanística
4 Quinta da Niza	Corroios	26,86	EAF		ER 1; EV	Compromisso Urbanístico - Protocolo
5 Quinta da Marialva de Fora	Corroios	9,34	EAF		EAE 1; EV	-
6 Quinta das Lagoas Norte	Corroios	3,20	EAF		ER 2	Compromisso Urbanístico - Protocolo
7 Quinta das Lagoas Poente	Corroios	7,43			ER 2	160 Famílias para realojar
8 Quinta da Aniza	Corroios	25,78			ER 1; EV	Deliberação de elaboração de Plano de Pormenor; Prevista habitação a custos controlados 24 fogos
9 Aniza (fase 2 e 3)	Corroios	34,58			ER 2	Área de reconversão urbanística
10 Fábrica da Pólvora Vale Milhaços	Corroios	57,14	EAF	EUE 1	ER 1	Compromisso Urbanístico - Protocolo
11 Quinta do Albino	Corroios	5,67			ER 2	Área de reconversão urbanística
12 Quinta dos Coelhoos	Corroios	7,53			EUBD	Área de reconversão urbanística
13 Quinta da Queimada	Corroios	36,17			ER 2; EUBD	Área de reconversão urbanística; 3 UE
14 Quinta da Fábrica	Corroios	28,45	EAF		EUBD	Área de reconversão urbanística
15 Pinhal de Valadares	Corroios	4,20			ER2	Área de reconversão urbanística
16 Pinhal C. Cunha (IV a VI)	Corroios	25,43	EAF	EUE 3	ER 2; EV	Área de reconversão urbanística; 2 UE
17 Quinta Princesa	Amora	40,10	EAF		ER 1	Compromisso Urbanístico - Protocolo
18 Qt.ª Paço/Qt.ª Atalaia	Amora	23,97	EAF	ER 3	ER 2; EV	-
19 Frente Ribeirinha Amora	Amora	42,19	EN 2	ER 1; ER 3; EAE 1; EUE 1; EUE 2	EV	Plano de Pormenor em elaboração
20 Quinta Maria Pires	Amora	13,37	EN 2	ER 3; EUE 1; EUE 2	ER 1	Compromisso Urbanístico - Protocolo
21 Muxito	Amora	14,07		EAE 1	EAE 1; EV	-
22 Quinta da Lagoas	Amora	13,06			ER 2; EV	Área de reconversão urbanística
23 SPEL	Amora	42,15			EAE 1; EV	-
24 Foros Amora Norte	Amora	22,38	EAF	EAE 1; EV	ER 2	Compromisso Urbanístico - Protocolo
25 Quinta do Rato	Amora	5,29		ER 3; EUE 1	ER 2; EV	Prevista habitação a custos controlados 16 fogos
26 Quinta Americana	Amora	3,20		EV	ER 2	Área de reconversão urbanística
27 Poço Bispo II	Amora	3,64			ER 2	Área de reconversão urbanística

UOPG	Freguesia	Área Total (ha)	Uso do Solo			Observações
			Solo Rural	Solo Urbano		
				Solo Urbanizado	Solo Urbanizável	
28 Quinta do Belo	Amora	11,10		EUE 1	ER 3	Prevista habitação a custos controlados 16 fogos
29 Vale Sto. António	Amora	43,26	EAF	ER 2; EV	ER 2	Área de reconversão urbanística; 2 UE
30 Vale Loba Nascente	Amora	2,90			EUBD	Área de reconversão urbanística
31 Vale Loba Poente	Amora	5,22			ER 2	Área de reconversão urbanística
32 Pinhal Conde Cunha VII	Amora	9,95			ER 2	Área de reconversão urbanística
33 Pinhal das Freiras	Amora e F. Ferro	844,94	EN 1; EAF	EUE 1; EUE 3	ER1; ER 2; EAE 1; EV	Compromisso Urbanístico - protocolo
34 Baía Sul	Seixal	111,95	EN 1; EN 2	ER 1; ER 2; ER 3; EV; EUE1; EUE 2; EUE 3	ER 1; ER2; EAE 1; EV	Plano de Pormenor em elaboração; 2 UE
35 Murtinheira	Arrentela	4,40			ER 2; EV	–
36 Vale Romeira	Arrentela	19,36			ER 2; EV	Prevista habitação a custos controlados 24 fogos; 3 EU
37 Qt.ª do Algarve	Arrentela	35,36	EAF		ER 1; EV	Compromisso Urbanístico – protocolo: prevista habitação a custos controlados 40 fogos
38 Qt.ª de Bancelos	Arrentela	2,21			ER 2	–
39 Cavadas	Arrentela	5,07			ER 2; EV	–
40 Qt.ª da Boavista	Arrentela	20,23	EAF		ER2	Prevista habitação a custos controlados 16 fogos
41 T. Marinha/Fogueteiro	Arrentela	56,34	EAF	ER 1; ER 2; EV; EUE 1; EAE 1	ER 1; EV	Plano de Pormenor em conclusão
42 Qt.ª da Prata	Arrentela	19,18	EAF		EAE 1	–
43 Pinhal de Frades	Arrentela	15,12	EAF		ER 2; EV	–
44 Flor da Mata Norte	Arrentela	7,29		EUE 4	ER 2; EV	Deliberação de elaboração de plano de pormenor para habitação a custos controlados
45 Flor da Mata Sul	Arrentela	22,83		EAE 1; EUE 3	EAE 1; EV	–
46 Siderurgia Norte	A. Paio Pires	95,36		EUE 2	EAE 1; EV	–
47 Siderparque	A. Paio Pires	67,20		EAE 3; EUE 2; EUE 3	EAE 3	–
48 PIS 5	A. Paio Pires	5,71			EAE 2; EV	–
49 PIS 4	A. Paio Pires	9,26			EAE 2; EV	–
50 Z. I. Zemoto	A. Paio Pires	15,99		EUE 3	EAE 2; EV	–
51 Brejos da Palmeira	A. Paio Pires	24,21			EAE 2; EV	–
52 Zona Industrial Casal Sapo	A. Paio Pires	15,61			EAE 2	–
53 Cucena	A. Paio Pires	34,03	EAF		EAE 2; EV	–
54 Vale Rolas Nascente	A. Paio Pires	13,21			ER 2; EV	Área de reconversão urbanística; 2 UE
55 Vale de Rolas Poente	A. Paio Pires	13,82		EAE 2	ER 2; EV	–
56 Vinha do Casalinho	A. Paio Pires	3,61	EAF		ER 2; EV	Área de reconversão urbanística
57 Farinheiras Sul	A. Paio Pires	3,93	EAF	EUE 1	ER 1; EV	–

UOPG	Freguesia	Área Total (ha)	Uso do Solo			Observações
			Solo Rural	Solo Urbano		
				Solo Urbanizado	Solo Urbanizável	
58 Quinta Marcelino	A. Paio Pires	1,85			ER 2	Área de reconversão urbanística
59 Bacelos de Gaio	A. Paio Pires	10,55			ER 2	Área de reconversão urbanística, em parte; prevista habitação a custos controlados 16 fogos
60 Qt.ª Carlos Costa	Arrentela	27,45		EUE 1; EUE 3	EAE 1; EV	–
61 Flor da Mata	F. Ferro	44,96		EUE 1	ER 2	Área de reconversão urbanística; 2 UE
62 Laranjeiras/Redondos	F. Ferro	674,81	EAF	ER 2; EV; EAE 1; EUE 1; EUE 3	EAE 1; ER 2; EV	Área de reconversão urbanística; 6 UE
63 Lobateira	F. Ferro	356,46	EAF		EUBD; EV	Área de reconversão urbanística
64 Fernão Ferro Centro	F. Ferro	69,89		ER 3; EUE 1; EV	ER 2; ER 3; EV; EAE 1	Área de reconversão urbanística; 7 UE
65 Fernão Ferro Poente	F. Ferro	95,50	EAF		ER 2; EUBD; EV	Área de reconversão urbanística; 13 UE
66 Pinhal do General	F. Ferro	238,09		EUE 1	ER 2; EV	Área de reconversão urbanística
67 Fontainhas Norte	F. Ferro	6,02			ER 2; EV	Área de reconversão urbanística
68 Fontainhas Sul	F. Ferro	3,47			EUBD	–
69 Fontainhas Nascente	F. Ferro	10,72			EUBD	–

Fonte: Adaptado da Proposta de Revisão do PDM do Seixal – Relatório da Proposta do Plano, abril 2013

Notas:

Classificação e Qualificação do Solo

Solo Rural

- EAF – Espaços Agrícolas ou Florestais
- EN 1 – Espaços Naturais de Proteção Paisagística
- EN 2 – Espaços Naturais - Estuário

Solo Urbano

- ER 1 – Espaços Residenciais – altura máxima 19m
- ER 2 – Espaços Residenciais – altura máxima 13m
- ER 3 – Espaços Residenciais – altura máxima 8m
- EAE 1 – Espaços de Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial
- EAE 2 – Espaços de Atividades Económicas – Indústria e Logística
- EAE 3 – Espaços de Atividades Económicas – Indústria Transformadora Pesada
- EUBD – Espaço Urbano de Baixa Densidade
- EV – Espaços Verdes
- EUE 1 – Espaço de Uso Especial – Equipamentos de Utilização Coletiva
- EUE 2 – Espaço de Uso Especial – Cultura, Recreio e Lazer
- EUE 3 – Espaço de Uso Especial - Infraestrutura

4. FATORES CRITICOS PARA A DECISÃO, CRITÉRIOS E INDICADORES

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resultou de uma análise integrada de questões expressas numa base estratégica (Questões Estratégicas, Questões Ambientais e Quadro de Referência Estratégico), tal como aprofundadas preliminarmente no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), de julho de 2008. O Quadro 4-1 apresenta os FCD identificados.

Para cada FCD foram posteriormente definidos critérios de avaliação e indicadores respetivos, de modo a conferir uma dimensão analítica aos FCD, tal como apresentado no sub-capítulo 4.4.

Quadro 4-1 – FCD identificados para a AAE do Plano.

FCD1	Coesão Territorial e Mobilidade
FCD2	Equilíbrio Ecológico
FCD3	Equidade e Coesão Social
FCD4	Desenvolvimento Socioeconómico

4.1. Quadro de Referência Estratégico

Com base num conjunto de documentos estratégicos relevantes, que estão publicados e que fixam políticas, programas e/ou planos sectoriais nacionais e regionais, definiu-se o enquadramento de referência estratégico que estabelece os objetivos e/ou metas de sustentabilidade, aplicáveis à Revisão do PDMS, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Pretende-se identificar potenciais sinergias e/ou conflitos com a Revisão do PDMS, sendo verificada a coerência entre os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos de referência e os objetivos da Revisão do PDMS.

A lista de documentos de referência considerados pertinentes para a avaliação é apresentada no Quadro 4-2 . Foram listados todos os planos e/ou programas que, no contexto, da Revisão do PDMS, efetivamente apresentam objetivos e/ou metas relevantes de sustentabilidade para o Município.

O QRE apresentado para a AAE permite evidenciar a coerência global da Revisão do PDMS com as grandes linhas estratégicas preconizadas nas restantes políticas, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e ao ordenamento do território. A análise da Revisão do PDMS face ao QRE é objeto de avaliação estratégica, nomeadamente através de uma avaliação do nível de atendimento dado pelo Modelo Territorial proposto às orientações de sustentabilidade mais relevantes para cada FCD.

Mais adiante, no Capítulo 5, apresentam-se os resultados obtidos da avaliação estratégica ao Modelo Territorial.

No Anexo II, relaciona-se a proposta de Revisão do PDMS com outras políticas, planos e programas relevantes para a AAE, por FCD, e o respetivo atendimento no Plano.

Quadro 4-2 – Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE da proposta de Revisão do PDMS.

Documentos de Referência Nacionais
<ul style="list-style-type: none"> - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN 2007-2013); - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS 2015); - Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020); - Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013 (ENEAPAI 2007-2013); - Plano Estratégico dos Resíduos Industriais 2001 (PESGRI 2001); - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); - Programa Nacional de Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA 2012-2020) (em Discussão Pública); - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR 2007-2013); - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (PRODER 2007-2013); - Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC 2010-2013); - Programa de Emprego e Proteção Social (PEPS); - Plano Nacional da Água (PNA); - Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2008-2012 (PNALE 2008-2012); - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016 (PNAEE 2016); - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS 2008-2013); - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II); - Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT 2013-2015); - Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015 (PET 2011-2015) - Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000); - Plano Tecnológico (PT); - Plano Portugal Logístico (PPL).
Documentos de Referência Regionais
<ul style="list-style-type: none"> - Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT); - Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo (POE Tejo), em elaboração; - Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000); - Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML); - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROFAML); - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa (PEDPL); - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 (PORL 2007-2013); - Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PEPMQA-LVT); - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES); - Plano de Intervenção para a Península de Setúbal (PIPS), no contexto do Plano Nacional de Emprego; - Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo (PIRANET).
Documentos de Referência Municipais
<ul style="list-style-type: none"> - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI); - Mapa de Ruído do Município do Seixal (MRMS); - Carta Ambiental do Município do Seixal (CAMS), em elaboração; - Carta Educativa do Seixal (CES); - Plano de Circulação do Município do Seixal (PCMS); - Plano de Desenvolvimento Social do Seixal (PDSS); - Carta Social Municipal do Seixal (CSMS), em conclusão; - Plano de Desenvolvimento de Saúde do Município do Seixal (PDSMS); - Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS); - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Seixal (PEDTS); - Carta Desportiva Municipal do Seixal (CDMS); - Plano Municipal de Energia (PME); - Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal (PEACRS); - Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município do Seixal (PMEPCS).

4.2. Questões Estratégicas

Com base no QRE, a CMS procedeu à elaboração da proposta de Revisão do PDMS, após identificação das QE reconhecidas como aspetos cruciais para o desenvolvimento municipal (Quadro 4-3). Os FCD enumerados resultam da identificação das QE fundamentais que definem os aspetos cruciais para o desenvolvimento municipal, que consecutivamente enquadram e sustentam a definição dos objetivos e linhas estratégicas propostas na revisão do PDMS, e consistem nos fatores considerados indutores de potenciais impactes ambientais de natureza estratégica.

Quadro 4-3 – Identificação das Questões Estratégicas.

FCD1	Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade da reestruturação e requalificação urbana; - Estabelecimento de uma hierarquia urbana que contribua para o modelo de ordenamento enunciado pelo PROTAML de criar uma “cidade de duas margens”; - Recuperação de áreas cujos usos foram desativados e que passam a integrar-se na estrutura urbana; - Programação de equipamentos coletivos e de uma rede de espaços verdes urbanos de modo a garantir a articulação entre os diferentes aglomerados.
	Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilidade na rede rodoviária do município já muito insuficiente para servir uma população que tem crescido continuamente nas últimas décadas e o quase inexistente investimento por parte das entidades responsáveis pela execução de vias de nível supra municipal; - Constrangimentos ao desenvolvimento local pelo reduzido nível de serviço da rede existente; - Necessidade de articular a oferta rodoviária com a oferta de transporte público; - Desenvolvimento de redes para meios suaves de transporte.
FCD 2	Equilíbrio Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> - Importância do estuário do Tejo (baía do Seixal e ribeira de Coina) na preservação e valorização do sistema ecológico; - Inclusão de uma área significativa do território na Rede Natura 2000; - Estrutura física atravessada por uma rede hidrográfica que configura vales que devem funcionar como corredores ecológicos; - Gestão dos recursos, nomeadamente geológicos.
FCD 3	Equidade e Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Multiculturalidade que caracteriza a população do Seixal; - Importância da frente ribeirinha e o seu contributo para a identidade local; - Opções urbanísticas que contribuem para melhorar a qualidade de vida; - Valorização cultural para o desenvolvimento da identidade local.
FCD 4	Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização e integração profissional da população e necessidade de diversificação da base económica; - Desenvolvimento do turismo tendo como referência a Baía do Seixal; - Qualificação da dinâmica empresarial de base tecnológica incluindo a oferta de espaço qualificado para instalação de empresas.

No quadro seguinte (Quadro 4-4) estabelece-se, em resumo, a relação que decorre entre cada um dos FCD identificados e o conteúdo dos documentos estratégicos relevantes selecionados.

Quadro 4-4 - Relevância do QRE, por FCD.

QRE \ FCD	Coesão Territorial e Mobilidade	Equilíbrio Ecológico	Equidade e Coesão Social	Desenvolvimento Socioeconómico
QREN 2007-2013	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ENDS 2015	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ENE 2020		<input type="radio"/>		
ENCNB		<input type="radio"/>		
ENEAPAI 2007-2013		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PESGRI 2001		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PNPOT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PNUEA 2012-2020		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PEAASAR 2007-2013		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PRODER 2007-2013		<input type="radio"/>		<input type="radio"/>
PEC 2010-2013				<input type="radio"/>
PEPS			<input type="radio"/>	
PNA		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PNALE 2008-2012			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PNAEE 2016		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PNAAS 2008-2013	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PERSU II		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PENT 2013-2015				<input type="radio"/>
PET 2011-2015	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PRN 2000	<input type="radio"/>			
PT				<input type="radio"/>
PPL				<input type="radio"/>
PBHT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
POE Tejo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PSRN 2000		<input type="radio"/>		
PROT AML	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PROF AML		<input type="radio"/>		
PEDPL	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PORL 2007-2013	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PEPMQA-LVT			<input type="radio"/>	
PEDEPES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PIPS			<input type="radio"/>	
PIRANET	<input type="radio"/>		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PMDFCI		<input type="radio"/>		
MRMS			<input type="radio"/>	
CAMS		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
CES			<input type="radio"/>	
PCMS	<input type="radio"/>			
PDSS			<input type="radio"/>	
CSMS			<input type="radio"/>	
PDSMS			<input type="radio"/>	
CPCIMS			<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PEDTS				<input type="radio"/>
CDMS			<input type="radio"/>	
PME		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PEACRS		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
PMEPCS		<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

4.3. Questões Ambientais

A presente AAE assegura o tratamento das QA indicadas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio relacionando-as à escala da proposta de Revisão do PDMS com os FCD considerados, de forma que se apresenta no Quadro 4-5.

A seleção das QA pertinentes para a avaliação da proposta de Revisão do PDMS foi efetuada em função do alcance e âmbito das QE fundamentais que definem os aspetos cruciais da proposta de Revisão do PDMS bem como em função da informação existente para a caracterização do estado do ambiente.

Quadro 4-5 – Questões Ambientais (QA) relevantes, por FCD.

FCD \ QA	QA												
	Biodiversidade	Fauna	Flora	Solo	Água	Energia	Atmosfera	Fatores Climáticos	População	Saúde Humana	Bens Materiais	Paisagem	Património Cultural
Coesão Territorial e Mobilidade	<input type="checkbox"/>												
Equilíbrio Ecológico	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>								
Equidade e Coesão Social									<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento Socioeconómico				<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					

4.4. Critérios e Indicadores para a AAE

Para cada FCD são definidos, o âmbito e os objetivos de avaliação, tendo em conta a articulação das estratégias do Plano com vetores estratégicos de nível sectorial ou global, e indicadores que possam ser utilizados na avaliação de efeitos e na monitorização do Plano.

Os critérios e indicadores que são considerados na presente AAE estabelecem o âmbito da avaliação e o nível de pormenor da informação analisada. O Quadro 4-6 apresenta o conjunto de critérios e indicadores identificados por FCD.

Os indicadores identificados passaram por um crivo de ajustamento final, em que, por um lado, foram adaptados à existência de informação, e, por outro lado, foram mantidos aqueles que, pese embora a falta de informação relacionada, são relevantes enquanto indicadores de monitorização futura da proposta de Revisão do PDMS (conforme expresso posteriormente nas Diretrizes de Monitorização, ao longo do Capítulo 6).

De notar que os FCD não pretendem descrever exaustivamente a situação existente e tendencial mas sobretudo apontar para aspetos críticos, relevantes e de destaque para a AAE da proposta de Revisão do PDMS.

Quadro 4-6 – Indicadores por FCD.

FCD	Objetivo	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores/Domínios de Análise
FCD1 - Coesão Territorial e Mobilidade	Reequilíbrio da Rede Urbana	Contenção Urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão urbanística - Reabilitação do parque edificado - Reabilitação dos núcleos urbanos antigos - Execução de solo programado - Parque habitacional - População residente em solo urbanizado - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados
		Qualificação Urbana	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão urbanística - Reabilitação do parque edificado - Reabilitação dos núcleos urbanos antigos - Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas - Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina - Execução de solo programado - Parque habitacional - Oferta de habitação a custos controlados - População residente em solo urbanizado - Promoção do modo ciclável - População residente servida por transportes públicos - Continuidade da EEM - Valorização das linhas de água e galerias ripícolas - Degradação e contaminação dos solos - Risco de cheias e inundações - Eficiência energética de edifícios - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados - População servida pelo sistema público de abastecimento de água - Qualidade da água estuarina para uso balnear - População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa - Tratamento de águas residuais recolhidas - Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Gestão do conflito acústico - Dinâmica empresarial
	Consolidação do sistema de mobilidade e transportes	Rede Viária	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão urbanística - Execução de solo programado - Promoção do modo ciclável - Repartição modal dos movimentos pendulares - População residente servida por transportes públicos - Risco de perigos tecnológicos - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados - População residente ativa - Gestão do conflito acústico
		Transportes	<ul style="list-style-type: none"> - População residente em solo urbanizado - Promoção do modo ciclável - Repartição modal dos movimentos pendulares - População residente servida por transportes públicos - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados - População residente ativa
FCD2 – Equilíbrio Ecológico	Concretização da Estrutura Ecológica Municipal (EEM)	Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina - Salvaguarda da aptidão rural do solo - Uso e Ocupação do Solo da EEM - Continuidade da EEM - Conservação da biodiversidade - Valorização das linhas de água e galerias ripícolas
		<i>Continuum naturale</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Salvaguarda da aptidão rural do solo - Uso e Ocupação do Solo da EEM - Continuidade da EEM - Conservação da biodiversidade - Valorização das linhas de água e galerias ripícolas

FCD	Objetivo	Critérios de Avaliação	Indicadores/Domínios de Análise
	Gestão sustentável de recursos naturais	Floresta	<ul style="list-style-type: none"> - Salvaguarda da aptidão rural do solo - Uso e Ocupação do Solo da EEM - Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios
		Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina - Salvaguarda da aptidão rural do solo - Uso e Ocupação do Solo da EEM - Continuidade da EEM - Conservação da biodiversidade - Valorização das linhas de água e galerias ripícolas - Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios - Degradação e contaminação dos solos - Risco de cheias e inundações - Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais - População servida pelo sistema público de abastecimento de água - Eficiência do sistema público de abastecimento de água - Qualidade da água para consumo humano - Qualidade da água estuarina para uso balnear - População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa - Tratamento de águas residuais recolhidas
		Eficiência Energética	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação do parque edificado - População residente em solo urbanizado - Promoção do modo ciclável - Repartição modal dos movimentos pendulares - População residente servida por transportes públicos - Eficiência energética de edifícios - Eficiência do sistema público de abastecimento de água - Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
		Solo	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação do parque edificado - Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas - Parque habitacional - População residente em solo urbanizado - Salvaguarda da aptidão rural do solo - Uso e Ocupação do Solo da EEM - Continuidade da EEM - Continuidade da biodiversidade - Valorização das linhas de água e galerias ripícolas - Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios - Degradação e contaminação dos solos - Risco de cheias e inundações - Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais - Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
FCD3 – Equidade e Coesão Social	Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável	Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas - Execução de solo programado - Salvaguarda da aptidão rural do solo - População residente ativa - Dinâmica empresarial - Desenvolvimento turístico
		Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de habitação a custos controlados - Promoção do modo ciclável - Risco de perigos tecnológicos - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados - População residente ativa - População servida por médico de família - População servida pelo sistema público de abastecimento de água - Qualidade da água para consumo humano - População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa - Tratamento de águas residuais recolhidas - Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Gestão do conflito acústico

FCD	Objetivo	CrITÉrios de Avaliação	Indicadores/Domínios de Análise
		Qualidade Ambiental; Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão urbanística - Reabilitação do parque edificado - Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos - Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas - Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina - Execução de solo programado - Oferta de habitação a custos controlados - População residente em solo urbanizado - Promoção do modo ciclável - Repartição modal dos movimentos pendulares - População residente servida por transportes públicos - Salvaguarda da aptidão rural do solo - Uso e Ocupação do Solo da EEM - Continuidade da EEM - Conservação da biodiversidade - Valorização das linhas de água e galerias ripícolas - Proteção de pessoas e da floresta contra incêndios - Degradação e contaminação dos solos - Risco de perigos tecnológicos - Risco de cheias e inundações - Risco de perigos associados aos movimentos em vertentes e à degradação e contaminação de águas superficiais - Eficiência energética de edifícios - População servida pelo sistema público de abastecimento de água - Eficiência do sistema público de abastecimento de água - Qualidade da água para consumo humano - Qualidade da água estuarina para uso balnear - População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa - Tratamento de águas residuais recolhidas - Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos - Gestão do conflito acústico
		Desporto	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção do modo ciclável - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados
		Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados
		Património e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos - Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados
		Integração	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão urbanística - Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos - Execução de solo programado - Oferta de habitação a custos controlados - População residente servida por transportes públicos - Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados - População residente ativa - População servida por médico de família - População servida pelo sistema público de abastecimento de água - População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa
FCD4 - Desenvolvimento Socioeconómico	Diversificação e reforço da base económica	Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> - Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas - Execução de solo programado - Risco de perigos tecnológicos - População residente ativa - Dinâmica empresarial - Desenvolvimento turístico
		Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coina - Qualidade da água estuarina para uso balnear - Desenvolvimento turístico

Sintetizando, no Quadro 4-7 - apresenta-se uma relação entre os documentos mais relevantes para AAE e que constituem o QRE, os EE e respetivos OE e por sua vez Domínios de Análise/Indicadores e FCD.

Quadro 4-7 - Correspondência entre Eixo Estratégico da Proposta de Revisão do PDMS, o QRE para a AAE, os critérios de avaliação e os FCD.

Objetivos do PDM	QRE	CrITÉrios de AvaliaÇão	FCD
EE1 Reestruturação do Espaço Urbano e Consolidação do Sistema de Mobilidade e Transportes.	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - PNPT - PNAAS 2008-2013 - PET 2011-2015 - PRN 2000 - PBHT - POE Tejo - PROT AML - PEDPL - PORL 2007-2013 - PEDEPES - PIRANET - PCMS 	<ul style="list-style-type: none"> - Contenção Urbana - Qualificação Urbana - Rede Viária - Transportes 	FCD1 Coesão Territorial e Mobilidade
EE2 Proteção do Espaço Natural e Valorização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - ENE 2020 - ENCNB - ENEAPAI 2007-2013 - PESGRI 2001 - PNPT - PNUEA 2012-2020 - PEAASAR 2007-2013 - PRODER 2007-2013 - PNA - PNAEE 2016 - PNAAS 2008-2013 - PERSU II - PBHT - POE Tejo - PSRN 2000 - PROT AML - PROF AML - PORL 2007-2013 - PEDEPES - PMDFCI - CAMS - PME - PEACRS - PMEPCS 	<ul style="list-style-type: none"> - Biodiversidade - <i>Continuum Naturale</i> - Floresta - Recursos Hídricos - Eficiência Energética - Solo 	FCD2 Equilíbrio Ecológico

Objetivos do PDM	QRE	CrITÉrios de AvaliaÇão	FCD
EE3 Promoção da Equidade e da Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - ENEAPAI 2007-2013 - PESGRI 2001 - PNPOT - PNUEA 2012-2020 - PEAASAR 2007-2013 - PEPS - PNA - PNALE 2008-2012 - PNAEE 2016 - PNAAS 2008-2013 - PERSU II - PET 2011-2015 - PBHT - POE Tejo - PROTAML - PEDPL - PORL 2007-2013 - PEPMQA-LVT - PEDEPES - PIPS - PIRANET - MRMS - CAMS - CES - PDSS - CSMS - PDSMS - CPCIMS - CDMS - PME - PEACRS - PMEPCS 	<ul style="list-style-type: none"> - Emprego - Saúde - Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar - Desporto - Educação - Património e Cultura - Integração 	FCD3 Equidade e Coesão Social
EE4 Desenvolvimento Económica Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - QREN 2007-2013 - ENDS 2015 - PNPOT - PRODER 2007-2013 - PNALE 2008-2012 - PEC 2010-2013 - PENT 2013-2015 - PET 2011-2015 - PT - PPL - POE Tejo - PROT AML - PEDPL - PORL 2007-2013 - PEDEPES - PIRANET - CPCIMS - PEDTS - PMEPCS 	<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade - Turismo 	FCD4 Desenvolvimento Socioeconmico

5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Neste capítulo procede-se à avaliação dos efeitos da proposta de Revisão do PDMS relativamente a cada um dos FCD que estruturam a presente avaliação ambiental. A metodologia adotada cruza as medidas e orientações da proposta de Revisão do Plano com os objetivos e metas estabelecidos nos documentos que compõem o QRE considerado neste âmbito, que constitui o referencial da avaliação, permitindo assim identificar os principais efeitos ambientais associados à implementação do Plano.

Para este efeito, foi analisado o Relatório da Proposta de Plano, o Regulamento, a Planta de Ordenamento, a Planta de Condicionantes e todos os outros documentos elaborados no âmbito do Plano.

Neste capítulo, foi também realizada uma análise SWOT, por FCD, com a identificação dos pontos fortes e fracos, da situação tendencial para a área de intervenção, sem a proposta de Revisão do Plano, bem como, as oportunidades e ameaças, que a implementação da proposta de Revisão do Plano introduz no Município.

O Anexo II é constituído por um quadro que indica o nível de atendimento do Plano relativamente aos documentos que integram o QRE, por FCD. Selecionaram-se e analisaram-se as políticas, planos e programas de nível nacional, regional e municipal que se relacionam com a proposta de Revisão do PDMS.

O Anexo III contém uma caracterização da situação atual para o Município do Seixal, por temática.

5.1 FCD 1 – Coesão Territorial e Mobilidade

5.1.1 Tendências de Evolução

O Quadro 5-1 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial para a área do município do Seixal, no âmbito do FCD Coesão Territorial e Mobilidade, estabelecendo-se um comparativo entre os pontos fortes e fracos sem a proposta de Revisão do Plano e as oportunidades e ameaças com a proposta de Revisão do Plano.

Quadro 5-1 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Coesão Territorial e Mobilidade.

FCD	Sem proposta de Revisão do Plano		Com proposta de Revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD1 – Coesão Territorial e Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Alguma requalificação urbana. - Construção, requalificação e beneficiação de equipamentos coletivos. - Melhoria da rede viária existente. - Entrada em funcionamento do Eixo Ferroviário Norte/Sul e do terminal fluvial do Seixal. - Desenvolvimento do “Estudo Preliminar de Acessibilidades Rodoviária e Ferroviária Ligeira entre os Municípios do Barreiro e do Seixal pelo Esteiro de Coina”. - Implementação do Plano da Rede Ciclável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação do território em mancha contínua pouco estruturada. - Desequilíbrio na rede urbana. - Fragmentação do tecido urbano (realização de loteamentos à parcela). - Existência de áreas devolutas (áreas industriais desativadas). - Reduzida capacidade de oferta do parque habitacional. - Recurso a habitação precária. - Proliferação de habitação de génese ilegal. - Défices em algumas das valências de equipamentos coletivos. - Aumento global das emissões de gases que produzem efeito de estufa. - Degradação da qualidade do ar. - Aumento dos níveis de ruído no meio urbano. - Escassa rede de ciclovias. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor estruturação da rede de espaços destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes. - Qualificação urbanística, através da regeneração urbana, reconversão de áreas urbanas de génese ilegal e requalificação do tecido urbano existente. - Reafectação de usos e integração urbana das grandes áreas industriais funcionalmente obsoletas ou desativadas. - Revitalização das áreas históricas e dos centros urbanos deprimidos, combatendo o despovoamento e a desqualificação de centros tradicionais. - Programação e controle das áreas de expansão urbana. - Acréscimo habitacional, por freguesia. - Melhoramento da funcionalidade e qualidade do espaço público, nomeadamente ao longo da frente ribeirinha. - Reversão de solo urbano para solo rural. - Intervenções previstas e propostas de melhoria do Sistema de Mobilidade e Transportes. - Melhoria da qualidade do espaço público. - Melhoria da Rede Ciclável do Seixal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobreposição pontual de solo urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como de risco. - Contiguidade de áreas residenciais (solo urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário.

5.1.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

No Anexo II apresenta-se a avaliação da proposta de Revisão do PDM do Seixal, quanto às orientações de sustentabilidade e metas propostas no QRE para o *FCD Coesão Territorial e Mobilidade*.

5.1.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação

Critério de Avaliação: Contenção Urbana

No Quadro 5-2 apresenta-se a quantificação das classes, categorias e subcategorias de espaço da revisão do PDM estabelecendo uma correspondência, sempre que possível, com a quantificação das categorias do PDM em vigor.

Na totalidade, no que se refere a *Solo Urbano*, a variação entre o PDM em vigor e a proposta de Plano é de apenas 16,8%, ou seja, 860 ha, que representam somente 8,9% do território afeto a esta classe de espaço.

Quando analisado o modelo territorial desta proposta de revisão do PDM, constata-se que para o *Solo Urbanizado*, apenas 24% do município do Seixal corresponde a *Espaços Residenciais e Urbanos de Baixa Densidade*. Os *Espaços de Atividades Económicas* ocupam 5,8% do Solo Urbanizado; 9,4% está destinado a *Equipamentos, Infraestruturas e Cultura e Recreio* e 5,1% são *Espaços Verdes*. A distribuição destas percentagens revela equilíbrio e equidade na gestão do território.

A proposta para o futuro *Solo Urbanizável* (que apenas ocupa 18% do território) evidencia a preocupação de dotar o Município de maior competitividade económica, sustentabilidade ambiental e qualidade urbana, na medida em que as percentagens, refletem um aumento para mais 20% dos Espaços de Atividades Económicas e de mais 22% para os Espaços Verdes.

No modelo territorial proposto, foram identificadas 69 UOPG, que correspondem quer a *Solo Urbanizável*, quer a áreas onde foi identificada a necessidade de requalificação urbana, e para as quais o Regulamento do PDM define os termos de referência e os parâmetros urbanísticos a adotar. A delimitação de UOPG com programa próprio, para áreas que podem e devem ser planeadas de forma integrada, evita a realização de loteamentos à parcela, prática que tem resultado na fragmentação do tecido urbano e na sua excessiva monofuncionalidade, permitindo assim uma melhor estruturação da rede de espaços destinados a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes.

Na Revisão do PDMS, na análise do crescimento urbano esperado resultou uma relação de 64% para 36%, ou seja, do total de *Solo Urbano – Urbanizável* do Município, apenas 36% corresponde a áreas destinadas à expansão urbana e a futuros focos de urbanização para fins residenciais, constituindo os significativos 64%, a situações de reconversão e/ou requalificação.

As UOPG definidas possuem, na sua maioria, índices de utilização máxima de solo de 0.35, ou variáveis até o limite de 0.50, e cêrceas que nunca excedem os 19 m, o que reflete (i) o respeito pelos parâmetros legais; (ii) a devida proteção

de todas as condicionantes do território; (iii) a preocupação por assegurar um desenho urbano e arquitetónico de qualidade e (iv) a salvaguarda dos recursos naturais.

Desta forma, verifica-se que os dados referentes à reconversão urbanística estão fundamentados (i) na programação e controle das áreas de expansão urbana; (ii) na recuperação da frente ribeirinha; (iii) no modelo de gestão das áreas de reconversão urbanística; (iv) na revitalização das áreas urbanas históricas e dos centros urbanos deprimidos, combatendo o despovoamento e a desqualificação dos centros tradicionais; (v) no processo de regularização das áreas de génese ilegal e (vi) na reafectação de usos e integração urbana das grandes áreas industriais funcionalmente obsoletas ou desativadas.

Quadro 5-2 - Quantificação das Classes, Categorias e Subcategorias de Espaço na Proposta de Plano e no PDM em vigor.

PROPOSTA DE PLANO	QUANTIFICAÇÃO (ha)	PDM EM VIGOR	QUANTIFICAÇÃO (ha)
SOLO URBANO	5980,1	SOLO URBANO	5110,9
SOLO URBANIZADO	4251,5	ESPAÇOS URBANOS	2644,7
ESPAÇOS RESIDENCIAIS	2243,2	ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS	1225,3
ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS	558,3	ÁREAS PRÉ-URBANAS PROGRAMADAS	441,8
ESPAÇOS DE USO ESPECIAL	895,9	NÚCLEOS URBANOS ANTIGOS	35,1
EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	443,1	ÁREAS INDUSTRIAIS EXISTENTES	485,4
CULTURA, RECREIO E LAZER	97,3	---	---
INFRAESTRUTURAS	355,5	ÁREAS DE EQUIPAMENTO EXISTENTES	72,1
ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE	52,5	---	---
ESPAÇOS VERDES	491,4	ÁREAS PERIURBANAS	385,6
SOLO URBANIZÁVEL	1708,8	---	---
ESPAÇOS RESIDENCIAIS	779,3	ESPAÇOS URBANIZÁVEIS	2466,2
ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS	362,8	ÁREAS DE EXP. URBANA MULTIFAMILIAR	573,5
---	---	ÁREAS DE EXP. URBANA UNIFAMILIAR	248,1
ESPAÇOS URBANOS DE BAIXA DENSIDADE	253,9	ÁREAS PRÉ-URBANAS NÃO PROGRAMADAS	855
ESPAÇOS VERDES	312,8	ÁREAS INDUSTRIAIS PREVISTAS	467,8
SOLO RURAL	3811,3	ÁREAS DE EQUIPAMENTO PREVISTAS	321,8
ESPAÇOS AGRÍCOLAS OU FLORESTAIS	1380,9	---	---
ESPAÇOS AFETOS À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS	125,5	---	---
ESPAÇOS NATURAIS	2834,9	SOLO RURAL	4269,3
PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA	1992,7	MATAS E MACIÇOS ARBÓREOS	683,4
ESTUÁRIO	842,2	ÁREAS DE USOS AGRÍCOLA	518,6
ESPAÇO DE OCUPAÇÃO TURÍSTICA	112,2	ESPAÇOS PARA INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	237,2
---	---	ÁREAS DE PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA	2125,4
---	---	---	---
---	---	---	---
---	---	ÁREAS RURAIS DE PROTEÇÃO AOS ESPAÇOS URBANOS	441,7
---	---	ESPAÇOS CANAIS	263

Fonte: CMS, Revisão do PDM do Seixal – Relatório da Proposta do Plano, abril 2013.

Critério de Avaliação: Qualificação Urbana

A qualificação urbanística foi entendida segundo três aspetos principais: a regeneração urbana, a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal e a requalificação do tecido urbano existente, através de operações urbanísticas que melhorem a sua funcionalidade e a qualidade do espaço público, nomeadamente ao longo da frente ribeirinha.

No que se refere à regeneração urbana foram identificadas áreas que tiveram já uma atividade mas que atualmente se encontram devolutas. De um modo geral são antigas áreas industriais desativadas que necessitam de operações de regeneração, para adaptação a novas propostas de desenvolvimento num contexto de atividades económicas mais atual, que atraia novos investimentos. As operações de regeneração urbana estão integradas em oito⁸ UOPG (cerca de 446 ha) e cujos termos de referência para o seu desenvolvimento estão definidos no Anexo I do Regulamento da proposta de Revisão.

A reconversão de áreas urbanas de génese ilegal é outro dos aspetos de qualificação urbanística que sempre teve uma forte presença no modelo de ordenamento do território, no Seixal. No entanto, subsistem problemas de gestão pelo que, na revisão do PDM, em algumas zonas ainda foi necessário, para permitir a conclusão do processo, delimitar 27 UOPG⁹ e respetivas Unidades de Execução (cerca de 1 748 ha), ou seja, quase 18% do território do município.

A requalificação das áreas urbanas consolidadas é também um processo exigente a que é dado relevo sobretudo com a qualificação da frente ribeirinha Seixal-Amora. Em *Solo urbanizado* na categoria *Espaços de uso especial* está definida a subcategoria *Cultura, recreio e lazer*, que tem como objetivo principal acolher os referidos projetos de requalificação urbana, que se estendem ao longo da Baía do Seixal e que serão fundamentais para a renovação das áreas mais antigas do Município.

Assim, com características residenciais identificaram-se cerca de 2 245 ha urbanizados (23,5 %, do território) a que devem ser acrescentados os espaços verdes urbanos representados em Planta. Estes, em *Solo urbanizado*, integram também a estrutura ecológica municipal (cerca de 496 ha). Em *Solo urbanizável*, os *Espaços residenciais* delimitados (779 ha) cumprem essencialmente duas funções: reconversão urbanística das áreas de génese ilegal (489 ha) e requalificação de áreas degradadas, onde é necessário investir na recuperação do solo. Algumas das operações urbanísticas propostas permitirão também encontrar solução para colmatar carências identificadas ao nível do parque habitacional social, cerca de 312 alojamentos (indicado nos respetivos termos de referência das UOPG 7, 8, 25, 28, 36, 37, 40 e 59).

Da gestão do PDM atual resultou um significativo número de terrenos destinados a equipamentos de uso coletivo que em muitos casos já se encontram construídos, noutros apenas programados ou protocolados e ainda noutros simplesmente reservados para aquele fim. Na Planta de Ordenamento, em *Solo urbanizado* foram delimitados *Espaços de uso especial – Equipamentos de utilização coletiva*, com os seguintes critérios: predominantemente estão

⁸ Nas seguintes UOPG: 10, 19, 21, 23, 34, 41, 42 e 46.

⁹ As seguintes UOPG: 2, 3, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 54, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67.

representados os terrenos com área superior a 5 000 m² desde que isolados, ou com qualquer dimensão, desde que associados a outros espaços para equipamento. Os espaços delimitados, entre os quais se destaca o terreno destinado à construção do futuro Hospital (cerca de 443 ha), o que corresponde a aproximadamente 5% do território do Seixal. Na categoria de *Espaços de uso especial* destaca-se ainda a subcategoria Cultura, recreio e lazer (97 ha) que ao longo da frente ribeirinha define um zonamento com o objetivo de incrementar atividades compatíveis com a função habitacional e que potenciem a sua revitalização, criando pólos de atração de cultura, recreio e lazer, com especial destaque para o turismo e náutica de recreio e respetivas estruturas de apoio.

Também para a qualificação do espaço urbano é fundamental um sistema de mobilidade e transporte, que será abordado nos próximos critérios de avaliação.

Critério de Avaliação: Rede Viária

As intervenções previstas e propostas de melhoria da Rede Rodoviária pressupõem uma ordenação e hierarquização das rodovias, suscetíveis de serem integradas na revisão do PDM, de acordo com as suas funções e características:

- Rede Rodoviária Principal:

Rede Primária - extensão de vias existentes – 25,8 km; extensão de vias propostas – 10,5 km; total - 36,3 km;

Rede Secundária - extensão de vias existentes – 31,5 km; extensão de vias propostas – 18,2 km; total - 49,7 km;

- Rede Rodoviária Distribuidora: Rede Terciária;

- Rede Rodoviária Local: Rede Distribuidora Local e Rede de Bairro.

No Seixal, a Rede Ferroviária é composta por ferrovia convencional, de passageiros e de mercadorias e por ferrovia ligeira.

Na Planta de Ordenamento – Mobilidade e Transportes estão identificadas as vias, existentes e propostas, integradas nas redes primária, secundária, terciária e distribuidora local. Quando se justifica, o espaço canal de vias propostas das redes primária e secundária está representado na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo. Da mesma forma, encontra-se delimitada em Planta, a rede ferroviária, existente e proposta.

Os parâmetros de dimensionamento e critérios de gestão da rede rodoviária e rede ferroviária encontram-se definidos no Regulamento da revisão do PDM (art.º 61 e art.º 62, respetivamente).

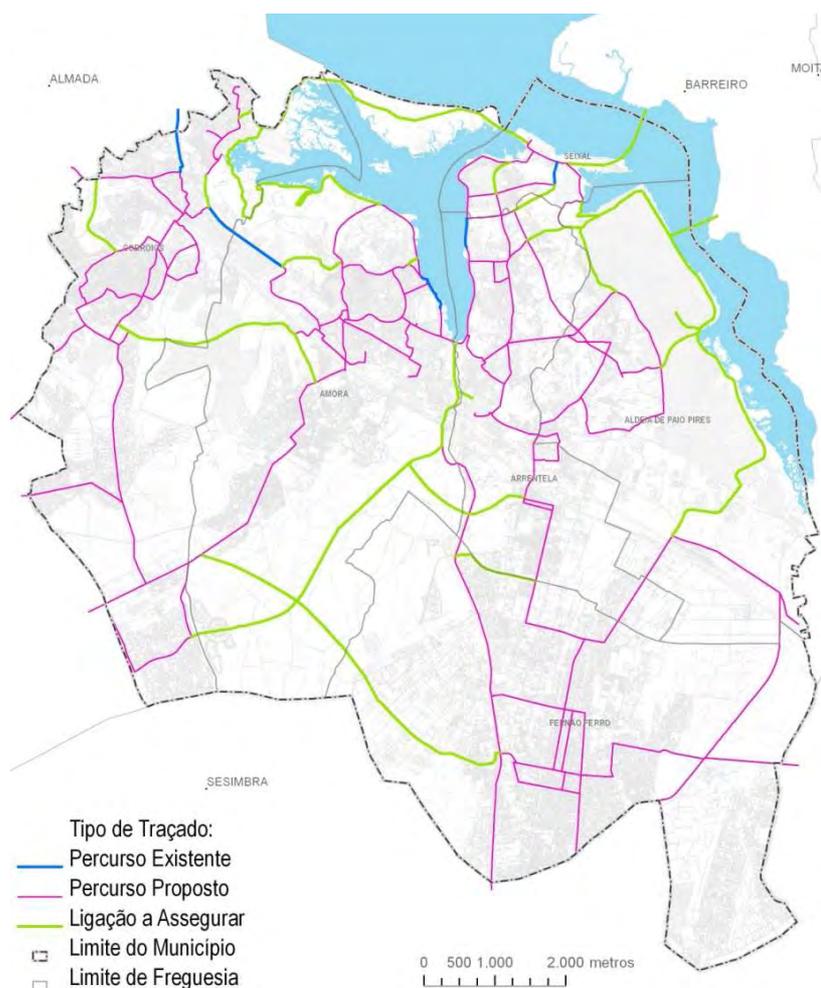
No Programa de Execução, são consideradas as intervenções no âmbito do Sistema de Mobilidade e Transportes, nomeadamente os projetos que dizem respeito à rede viária primária e secundária e à rede ferroviária (ferrovia ligeira).

Critério de Avaliação: Transportes

No Programa de Execução do Plano, são consideradas as intervenções no âmbito do Sistema de Mobilidade e Transportes.

No âmbito da Revisão do PDM do Seixal foi proposta para o território do Seixal uma rede de percursos cicláveis com continuidade que inclui diversas tipologias e que constituirá a Rede Ciclável do Seixal. Para além de prever a ligação entre equipamentos de utilização coletiva, escolas e recintos desportivos, esta rede considera também a associação a áreas de recreio e lazer e ainda a criação de infraestruturas de suporte integrado nos objetivos do planeamento urbano saudável e no âmbito dos projetos de intervenção na frente ribeirinha. O nível de concretização desta rede é ainda reduzido mas continua presente nas propostas de ordenamento do território municipal e nesse sentido o Regulamento (art.º 65) e o Programa de Execução contemplam já disposições para o desenvolvimento da rede ciclável do Município. Está ainda prevista a implementação do projeto BICLAS como forma de promover a utilização de meios alternativos de transporte, a saúde e a sustentabilidade ambiental. Este projeto, estratégico para o desenvolvimento sustentável local, será implementado sobre a referida Rede Ciclável, esquematicamente representada na figura seguinte.

Figura 5-1 – Rede Ciclável do Seixal.



Fonte: CMS – Grupo da Mobilidade Sustentável, Relatório da Proposta – Relatório da Proposta do Plano, abril de 2013.

5.1.4 Síntese e Recomendações

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao FCD1, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, seguido de recomendações, quando necessário.

Quadro 5-3 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Coesão Territorial e Mobilidade.

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Contenção Urbana	QREN 2007-2013 PNPOT PBHT PROT AML PEDEPES	+	<ul style="list-style-type: none"> - Acréscimo de solo urbano da ordem dos 16,8%. - Reversão de solo urbano para solo rural (cerca de 537 ha). - Do total de <i>Solo Urbano – Urbanizável</i>: 36% corresponde a áreas destinadas à expansão urbana e a futuros focos de urbanização para fins residenciais, constituindo os significativos 64%, a situações de reconversão e/ou requalificação. - Delimitação de 69 UOPG, contrariando a fragmentação do tecido urbano e monofuncionalidade. - Exemplos de Intervenções previstas na área de Ordenamento do Território e Urbanismo: Plano de Pormenor de Baía Sul – UOPG 34, Plano de Urbanização e Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Amora – UOPG 19. (Programa de Execução).
Qualificação Urbana	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PNAAS 2008-2013 PERSU II PBHT POE Tejo PROT AML PEDEPES	+	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação urbanística segundo três aspetos principais: a regeneração urbana, a reconversão de áreas urbanas de génese ilegal e a requalificação do tecido urbano existente. - Os <i>Espaços residenciais</i> delimitados em <i>Solo urbanizável</i> (779 ha) cumprem essencialmente duas funções: reconversão urbanística das áreas de génese ilegal (489 ha) e requalificação de áreas degradadas. - Algumas das operações urbanísticas propostas permitirão colmatar carências identificadas ao nível do parque habitacional social (cerca de 312 alojamentos). - Ver os exemplos de intervenções previstas nos Critérios de Avaliação – Contenção Urbana, Rede Viária e Transportes. - Exemplos de intervenções previstas na área dos Equipamentos de Utilização Coletiva: EB1/JI Paio Pires (ampliação) (Equipamentos Educativos), Hospital no Seixal (Equipamentos de Saúde), Complexo Desportivo Cidade do Seixal (Equipamentos Desportivos), Espaço Multiusos (Equipamentos de Cultura), Creche na zona da Amora/Fogueteiro/Paivas/Torre da Marinha (Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social). (Programa de Execução) - Exemplos de intervenções previstas na área do Parque Habitacional Social: PER – Programa Especial de Realojamento, Programa Municipal Habitação Jovem. (Programa de Execução) - Ausência de Mapa de Ruído do Município do Seixal, da situação prevista, não sendo uma obrigatoriedade legal. - O Zonamento Acústico encontra-se cartografado em Planta e regulamentado (art.ºs 21 e art.º 22 do Regulamento), restringindo a intervenção urbanística à execução de estudos de conformidade com o RGR, e execução prévia de medidas de redução e controlo na fonte. - São apresentados os Termos de Referência Específicos para a Redução de Ruído para as UOPG (Anexo I, do Regulamento).

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
			<p>- Exemplos de intervenções previstas na área de Recuperação Ambiental: Plano Municipal de Redução do Ruído. (Programa de Execução)</p> <p>- Sobreposição pontual de Solo Urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como de risco.</p> <p>- As Áreas suscetíveis a Perigos Naturais, Mistos e Tecnológicos encontram-se cartografadas em Planta e as orientações do documento "Risco e Proteção" foram vertidas no Regulamento (nos art.º 15 a art.º 20).</p> <p>- Contiguidade de áreas residenciais (Solo Urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário, devendo assegurar-se que se restringe ao edificado existente, de forma a minimizar conflitos. Foi introduzida regulamentação nas UOPG, de forma a acautelar esta questão.</p>
Rede Viária	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PNAAS 2008-2013 PET 2011-2015 PROT AML PEDEPES	+	<p>- Os parâmetros de dimensionamento e critérios de gestão da Rede Rodoviária e Rede Ferroviária encontram-se definidos no Regulamento (art.º 61 e art.º 62, respetivamente). Em Planta estão identificadas a rede viária e a rede ferroviária, existente e proposta.</p> <p>- Exemplos de intervenções previstas na área da Rede Rodoviária e Ferroviária: construção do Nó de Foros de Amora no IP7/A2 (rede primária); construção da alternativa à EN 378 (rede secundária); sistema ferroviário ligeiro - MST - 2ª e 3ª fase. (Programa de Execução)</p> <p>- Exemplos de intervenções previstas nos Transportes: Rede Ciclável do Seixal, entre outros. (Programa de Execução)</p> <p>- Ver Ruído no Critério de Avaliação – Qualificação Urbana.</p>
Transportes	QREN 2007-2013 PNPOT PNAAS 2008-2013 PET 2011-2015 POE Tejo PROT AML PEDPL PORL 2007-2013 PIRANET	+	<p>- Exemplos de intervenções previstas nos Transportes: Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal, Plano de Mobilidade e Transportes, Rede Ciclável do Seixal. (Programa de Execução do Plano)</p> <p>- Ver Ruído no Critério de Avaliação – Qualificação Urbana.</p>

* Documentos do QRE com convergência com o FCD1.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013;
 ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015;
 PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
 PET 2011-2015 – Plano Estratégico dos Transportes 2011-2015;
 PBHT – Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo;
 POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo;
 PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa;
 PEDPL - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa;
 PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013;
 PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal;
 PIRANET - Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo.

5.2 FCD2 – Equilíbrio Ecológico

5.2.1 Tendências de Evolução

O Quadro 5-4 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial para a área de intervenção do município do Seixal, no âmbito do *FCD Equilíbrio Ecológico*, estabelecendo-se um comparativo entre os pontos fortes e fracos sem a proposta de Revisão do Plano e as oportunidades e ameaças com a proposta de Revisão do Plano.

Quadro 5-4 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Equilíbrio Ecológico.

FCD	Sem proposta de Revisão do Plano		Com proposta de Revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD2 – Equilíbrio Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de parques e jardins, tratados e equipados. - Recuperação/valorização das zonas verdes integradas no tecido urbano. - Arranjo urbanístico da frente ribeirinha, do Seixal à Amora. - Desobstrução de áreas afetadas ao regime hídrico (Rio Judeu). - Preservação e, em alguns casos recuperação, do equilíbrio da rede hidrográfica local (vala do Guarda-Mor e da linha de água que atravessa o Parque do Serrado). - O SIC Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira ocupa cerca de 12% do município do Seixal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação do património natural, alteração da paisagem pela ocupação urbanística desordenada e parques industriais. - Elevada possibilidade dos recursos hídricos superficiais estarem contaminados por matéria orgânica. - Risco de contaminação dos aquíferos. - Aproximadamente 7% do solo do território municipal é avaliado com suscetibilidade de contaminação elevado. - Solos com limitações severas a muito severas, com riscos de erosão elevados a muito elevados e fraca aptidão agrícola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação ambiental e paisagística. - Elaboração da Carta Ambiental do Município do Seixal. - Proposta de Cartografia de Habitats e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN2000, para a área do Sítio Fernão Ferro – Lagoa de Albufeira, no município do Seixal. - Constituição de uma EEM para o Seixal. - Criação de corredores ecológicos <i>non-aedificandi</i>. - Concretização de projetos de parques ou jardins de utilização pública (Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras e Parque da Cidade). - Criação de parques lineares ribeirinhos. - Criação de áreas verdes de proteção e de enquadramento, separando as áreas urbanas, das áreas industriais existentes ou programadas. - Estabelecimento de uma percentagem significativa de áreas de cedência para espaços verdes urbanos no âmbito de operações urbanísticas. - Ações de manutenção e reabilitação da rede hidrográfica. - Atualização do Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal. - Ações de recuperação e descontaminação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de pressão no património natural, em zonas pontuais pelas novas propostas de ocupação. - Perda de solo. - Propostas de usos que envolvem edificação, para o espaço natural envolvente do estuário/frente ribeirinha.

5.2.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

No Anexo II apresenta-se a avaliação da proposta de Revisão do PDMS, quanto às orientações de sustentabilidade e metas propostas no QRE para o *FCD Equilíbrio Ecológico*.

5.2.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação

Critério de Avaliação: Biodiversidade

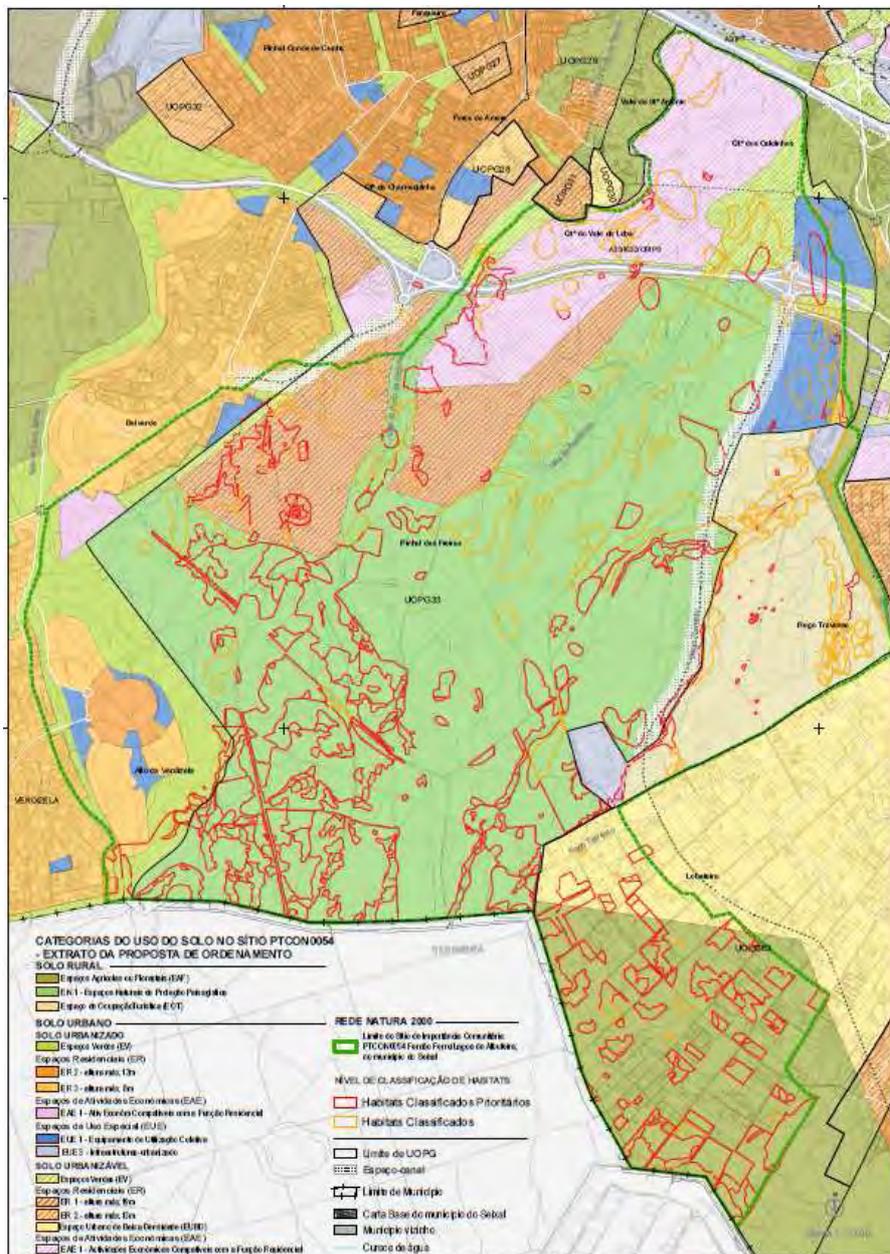
O SIC da região biogeográfica mediterrânica Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, ocupa parcialmente o município do Seixal, numa extensão de 1 167 ha.

De acordo com as orientações estratégicas propostas no PSRN 2000, a CMS elaborou e apresentou ao Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB), (atual ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) em julho de 2008, uma “Proposta de Cartografia de *Habitats* e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN2000”. Sobre este documento, o ICNB emitiu parecer, concordando “com a aplicação assumida pela CMS do processo metodológico indicado pelo ICNB”. O mesmo parecer, para além de tecer algumas considerações de carácter técnico, mencionava ainda a necessidade de “toda a área concelhia inserida no SIC PTCO0054 – Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, (...) ser cartografada nas peças constituintes do PMOT e referenciada em Regulamento como área sujeita ao regime do Plano sectorial da Rede Natura 2000.”

A opção de ordenamento do território, para a área que se integra em Rede Natura 2000, foi a de implementar uma ocupação urbana que permita a requalificação das áreas confinantes com os aglomerados existentes, o desenvolvimento de espaços urbanos que beneficiem e potenciem o sistema de mobilidade existente e permitam a disponibilização de espaços para equipamento público, designadamente o futuro Hospital, garantindo-se ainda o respeito pelos *habitats* naturais classificados que integram o Sítio. A abordagem conjunta destas questões, inclui a proposta de constituição de um Parque Metropolitano com uma área de 400 ha – área que no global abrange a generalidade dos *habitats* prioritários e a grande maioria dos classificados da zona do Pinhal das Freiras – e ainda de um parque urbano com cerca de 25 ha.

Na sequência da análise elaborada a partir do trabalho produzido, foi formulada uma proposta de ordenamento para área integrada do Sítio, contida no cartograma da Figura 5-2:

Figura 5-2 – Rede Natura 2000 – Proposta de Ordenamento.



Fonte: CMS, Relatório da Proposta do Plano, abril de 2013.

Rede Natura 2000 – Proposta de Ordenamento, onde se encontra vertida a proposta de classificação e qualificação do solo da Planta de Ordenamento da proposta de revisão do PDM, para a área do Sítio, à qual se sobrepõe a distribuição espacial dos habitats. Tendo em conta as propostas que foram sendo desenvolvidas e discutidas ao longo da elaboração desta revisão do Plano, as UOPG delimitadas, bem como o enquadramento da área nas

Unidades Territoriais (UT) definidas quer no PROTAML, em vigor, quer nos estudos que sustentam a sua proposta de alteração (não aprovada), a classificação e qualificação do solo resultante foi a seguinte, por UT:

UT 5 – Arco Ribeirinho Sul (UT 7 – Arco Ribeirinho Sul, PROTAML/alteração)

De acordo com o proposto no PROTAML – alteração, a UT 7 estende-se até à A33/IC32/CRIPS.

UOPG 33 – Pinhal das Freiras

Na área do Sítio situada entre a A2/IP7 e a A33/IC32/CRIPS, que abrange duas propriedades – terreno do Ministério da Administração Interna e parte do Pinhal das Freiras, num total de cerca de 100 ha, propõe-se a seguinte classificação do solo:

- Solo Urbano/Urbanizado: *Espaços de uso especial – Equipamentos de utilização coletiva* (3,6 ha, de um total de 10 ha);
- Solo Urbano/Urbanizável: *Espaços de atividades económicas – compatíveis com a função residencial* (66,7 ha);
- *Espaços verdes* (34 ha).

UT 10 – Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra (UT 9C – Matas de Sesimbra e Seixal, PROTAML/alteração)

UOPG 33 – Pinhal das Freiras

A área do Sítio localizada a sul do A33/IC32/CRIPS, integrada nesta UOPG, abrange a maior parte da propriedade do Pinhal das Freiras e uma pequena parte de outra propriedade, numa extensão de 670,6 ha, propondo-se para o local a seguinte classificação do solo:

- Solo Urbano/Urbanizado: *Espaços de uso especial – Equipamentos de utilização coletiva* (17,9 ha);
- Solo Urbano/Urbanizável: *Espaços residenciais – ER 1* (86,6 ha) e *Espaços de atividades económicas – Atividades económicas compatíveis com a função residencial* (27,4 ha)
- Solo Rural: *Espaços naturais – Proteção paisagística* (536 ha): Parque Metropolitano (400 ha) e Parque urbano (25 ha)
- *Espaço canal* para a futura via alternativa à EN 378.

UOPG 63 – Lobateira

Esta UOPG abrange um conjunto alargado de quintinhas de 5000 m², de vários proprietários, das quais apenas uma parte (150 ha) se encontra integrada do Sítio da Rede Natura 2000, propondo-se a seguinte classificação:

- Solo Urbano/Urbanizável: *Espaços urbanos de baixa densidade* (24,4 ha)
- Solo Rural: *Espaços agrícolas ou florestais* (125,9 ha)

Fora de UOPG

- Loteamento de Belverde – Alvará nº 2/67 e aditamentos 6/68 e 1/2000;
- Loteamento da Verdizela – Alvará nº 6/70 e aditamentos 4/1994, 1/2001 e 23/2005;

- Loteamento do Alto da Verdizela – Alvará nº 27/2007;
- Plano de Pormenor do Rego Travesso – aprovado pela Declaração n.º 43/2002, da DGOTDU, publicada no Diário da República nº 35, II série, de 11 de fevereiro;
- Subestação elétrica de Fernão Ferro.

Nas áreas urbanizáveis delimitadas, os *habitats* prioritários serão obrigatoriamente integrados nos espaços verdes urbanos e na estrutura ecológica municipal, e os *habitats* classificados deverão ser preferencialmente integrados nos espaços verdes urbanos. No caso da manutenção total destes *habitats* não ser possível por razões de melhor organização e utilização do espaço urbanizável, salvaguardar-se-á no mínimo 50% da sua área atual, procedendo-se à aplicação de medidas compensatórias dos *habitats* intervencionados, nomeadamente através da sua transposição para áreas do Parque Metropolitano.

Na sequência do trabalho desenvolvido e tendo em conta as orientações de gestão previstas no PSRN2000, foi elaborado o Quadro 5-5 que apresenta uma proposta de adequabilidade destas orientações, cruzando-as com as espécies e *habitats* em causa. Este Quadro contém uma síntese das orientações de gestão gerais e específicas para os *habitats*, flora e fauna ocorrentes no Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, tendo como referência as Fichas Síntese do Sítio, elaboradas no âmbito do PSRN2000, acrescentando-se-lhe, contudo, medidas adicionais que se entende devam ser aplicadas a esta área em concreto.

Quadro 5-5 – Proposta de adequabilidade das orientações de gestão para o Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira de Rede Natura 2000.

ORIENTAÇÕES DE GESTÃO / HABITATS – ESPÉCIES	2150*	2250*	3120	3170*	4020*	4030	5210	6310	6420	7130*	9240	92*0	ARMEROYA*	JONDAÇAU*	THORVERT	MAURLEPR
MANTER / RECUPERAR HABITATS CONTÍGUOS		o	o		o		o			o	o	o	x		x	
CONSERVAR / RECUPERAR ZONAS DE AREIAS EOLICAS	x	x												x		
DEFINIR ZONAS DE PROTEÇÃO PARA ESPÉCIES / HABITATS (MICRO-RESERVAS)		x	o		o					o						
RECUPERAR ZONAS HÚMIDAS				o						o						x
CONDICIONAR INTERVENÇÕES NAS MARGENS E LEITOS LINHAS DE ÁGUA												x				x
PROMOVER A MANUTENÇÃO DE PRADOS HÚMIDOS																x
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO VEGETAÇÃO RIBERINHA AUTÓCTONE		x														x
PROMOVER A RECUPERAÇÃO DE ZIMBRAIS (ÁREAS POTENCIAIS)	o	o						x								
PROMOVER A REGENERAÇÃO NATURAL	o	o			o	o	o	x		o	o		x			
EFETUAR DESMATAÇÕES SELETIVAS									x				x			
EFETUAR GESTÃO / FOGO CONTROLADO						x										
CONDICIONAR QUEIMADAS	x															x
REDUZIR RISCO DE INCÉNDIO	o	o			o	o	o	o		o						x
CONTROLAR PREDACÃO / PARASITISMO /COMPETIÇÃO													o	o	o	x
IMPEDIR INTRODUÇÃO À AUTÓCTONE E CONTROLAR EXISTENTES	x	o		o	o	x	o	o	o	o	o	o	x			x
CONDICIONAR MOBILIZAÇÃO DO SOLO	o	o	o	o	o					o			x			
CONDICIONAR EXPANSÃO DO USO AGRÍCOLA	o	o	o	o	x		o		x	o	o	o	x		x	
CONDICIONAR AGROQUÍMICOS EM ÁREAS CONTÍGUAS AOS HABITATS			o		x					o						
OUTROS CONDICIONAMENTOS ESPECÍFICOS À AGRICULTURA						x		x	x							
MANTER PRÁTICAS DE PASTOREIO EXTENSIVO				x				x	o					x		x
CONDICIONAR A FLORESTAÇÃO	x	x						x				x	x			
ADOPTAR PRÁTICAS SILVÍCOLAS ESPECÍFICAS				x	x		o	x	x	o					x	x
CONDICIONAR A DRENAGEM			o	x						o						x
REGULAR USO DE AQUÍDES E CHARGAS				x	o					x						x
CONDICIONAR A CAPTAÇÃO DE ÁGUA				x	o					x						x
MONITORIZAR / MELHORAR A QUALIDADE DA ÁGUA			o	x						x						x
REGULAR DRAGAGENS E EXTRAÇÃO DE INERTES	x		o	x	o					o						x
CONDICIONAR A CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS	x	x				x				o			x			x
CONDICIONAR EXPANSÃO URBANO-TURÍSTICA	o	o	o	o	o		o	o		o	o	o				
ORDENAR E CONTROLAR ACESSIBILIDADES	o	x	o	o									o	o	o	o
MEDIDAS IMPEÇAM CIRCULAÇÃO NATURAL FORA CAMINHOS ESTABELECIDOS	o	x	o	o	o	o	o	x	o	o	o	o	o	o	o	o
ORDENAR ATIVIDADES DE RECREIO E LAZER	o	x	o	o	o	o	o	o	o	o	o	o				x
ORIENTAÇÕES PREVISTAS PELO PSRN2000										x						
OUTRAS ORIENTAÇÕES PROPOSTAS PARA A ÁREA EM CONCRETO										o						

Fonte: CMS, Relatório da Proposta do Plano, abril de 2013.

Na Planta de Condicionantes da revisão do PDMS encontram-se cartografadas as áreas pertencentes à Rede Natura 2000 (Sítio de Importância Comunitária PTCON00054-Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira). Também no Anexo II do Regulamento apresentam-se as Fichas de Caracterização do Património Cultural e do Património Natural Classificados.

Critério de Avaliação: *Continuum Naturale*

A proposta de modelo territorial possui uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM) muito relevante que permitirá (i) salvaguardar as características biofísicas do território; (ii) aumentar a sua continuidade ecológica; (iii) promover um conjunto de áreas e sistemas vitais e, simultaneamente, complementares para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos. A EEM adotada na proposta de revisão do PDM vem, ainda, permitir a (i) criação de corredores ecológicos *non-aedificandi*; (ii) a criação de parques lineares ribeirinhos e a (iii) qualificação urbana e paisagística do território municipal, reforçando as necessárias ligações ecológicas estruturantes.

Para a definição e delimitação da EEM foram transpostas para o modelo territorial da revisão do PDM as orientações do PROTAML – alteração, designadamente no que respeita à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) concretizada pela Rede Ecológica Metropolitana (REM), mas sempre que possível, tendo como referência a Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental (EMPVA) do PROTAML, em vigor.

A EEM, contida na Planta de Ordenamento da revisão do PDMS, compreende as seguintes áreas:

- Em Solo urbano, as áreas integradas nas categorias *Espaços verdes e Espaços Uso Especial – Cultura, recreio e lazer, Espaços Residenciais e Espaços de Atividades Económicas Compatíveis com a Função Residencial*, cuja continuidade é assegurada por uma rede de ligações/corredores;
- Em Solo rural, as áreas integradas nas categorias:
 - Espaço natural, nas subcategorias: *Proteção paisagística e Estuário*;
 - Espaços agrícolas ou florestais.

Nas categorias e subcategorias referidas incluem-se áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN), e parte significativa do Sítio de Importância Comunitária (SIC) PTCON00054 – Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira.

A EEM, que integra áreas prioritárias (cerca de 1 589 ha), vitais (cerca de 2 679 ha), verdes de proximidade (247 ha) e também corredores estruturantes, incluídos na REM, representa 47% do território municipal. Entre áreas prioritárias definidas no PROTAML encontra-se o SIC Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira.

A regulamentação sobre a EEM foi integrada no Regulamento (art.º 23), tendo sido englobadas no respetivo Programa de Execução, as intervenções no âmbito da Recuperação Ambiental, que contempla entre outros, as ações necessárias à manutenção e reabilitação da rede hidrográfica e as intervenções no que se refere aos Espaços Verdes e de

Utilização Coletiva, onde foram incluídos, pela sua importância e dimensões, o Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras e o Parque da Cidade, consignados na proposta de alteração do PROT AML.

Critério de Avaliação: Floresta

Na Planta de Ordenamento encontram-se cartografados os *Espaços agrícolas ou florestais*. Estes espaços são constituídos por áreas cuja utilização dominante é o desenvolvimento das atividades agrícolas, pecuárias e florestais, com base no aproveitamento do solo vivo, e que tem como principais funções a produção, a conservação, o enquadramento e estética da paisagem e o recreio. Esta categoria de espaço totaliza quase de 1 381 ha que representam 14,4% da área total do Município.

A regulamentação sobre os *Espaços agrícolas ou florestais* foi integrada no Regulamento (art.ºs 29 e 30).

As áreas com risco de incêndio florestal de classe alta ou muito alta foram representadas na Planta de Condicionantes – Servidões e Restrições de Utilidade Pública, sendo devidamente acauteladas por via de legislação própria, bem como pelas orientações do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, pelo que não estão especificamente consideradas em Regulamento.

Critério de Avaliação: Recursos Hídricos

Relativamente aos Recursos Hídricos, com a definição da EEM e a delimitação dos ecossistemas da REN, é dada especial atenção à preservação deste recurso e à manutenção das linhas de água superficiais no seu estado natural. Na revisão do PDM foram identificadas, definindo regimes de uso do solo adequados, as áreas inundáveis no Município, os leitos dos cursos de água e suas margens, assim como as situações de estrangulamento do sistema hídrico. Dos estudos realizados, quer no âmbito da revisão do PDM, quer da elaboração da nova Carta da REN e da revisão da Carta da RAN, foi já detetada a necessidade de vir a ser realizado um estudo de renaturalização do leito do Rio Judeu e requalificação das suas margens, a integrar a Carta Ambiental do Município do Seixal (proposto no Programa de Execução do Plano).

Na EEM, foram privilegiadas as áreas e os sistemas ecológicos associados à rede hidrológica, ou localizados na sua proximidade, bem como áreas marginais ao rio Tejo e aos esteiros de Coina e do Seixal, nomeadamente:

- Área Prioritária 2: área estruturante de proteção e enquadramento compreendida entre a baía do Seixal e o esteiro do Rio Coina integrando o estuário;
- Corredores Estruturantes Principais: compreendem as margens de cursos de água correspondentes, no essencial, aos corredores estruturantes do PROTAML, o Rio Judeu, a Ribeira do Vale Longo, a Vala dos Brejos da Palmeira, a Vala da Quinta do Algarve e a Vala de St.^a Marta;

- Corredores Estruturantes Secundários: compreendem as margens de cursos de água e valas não ocupadas por edificação e também alguns corredores vitais identificados na REM.

São transpostas para o Regulamento as orientações para as áreas com suscetibilidade a cheias e inundações, cartografadas em Planta de Ordenamento – Cartografia de Suscetibilidade a Perigos Naturais, e as orientações para as Zonas Inundáveis, cartografadas em Planta de Condicionantes. Encontram-se igualmente regulamentadas as áreas com suscetibilidade de degradação e contaminação de águas superficiais e do aquífero (art.º 19 do Regulamento), cartografadas em Planta de Ordenamento - Cartografia da Suscetibilidade a Perigos Mistos 2.

Por outro lado, o Regulamento inclui medidas de eficiência ambiental a adotar no planeamento territorial (art.º 14), nomeadamente em termos do Uso Eficiente da Água, que vão ao encontro do PNUEA 2012-2020, como se exemplifica, através da promoção da redução da procura de água potável e da reutilização de águas cinzentas e pluviais para usos não potáveis.

No Programa de Execução, são propostas as ações necessárias à manutenção e reabilitação da rede hidrográfica.

Critério de Avaliação: Eficiência Energética

No Regulamento, foram propostas medidas de eficiência energética a adotar no planeamento territorial (art.º 14), nomeadamente no que diz respeito ao Uso Eficiente da Energia, que vão ao encontro do PNAEE 2016, como se exemplifica, através da promoção da eficiência energética dos edifícios e da integração de tecnologias de aproveitamento das energias renováveis.

Critério de Avaliação: Solo

Na perspetiva da qualificação ambiental, a revisão do PDM defende, não só a salvaguarda dos valores naturais integrados na EEM e noutros sistemas naturais (REN e RAN) como classifica quase 38% da área do Município em Solo Rural (cerca de 3 611 ha), resultando maioritariamente de *Espaços Agrícolas ou Florestais, Espaços Naturais de Proteção Paisagística* e no próprio *Estuário*. Esta percentagem reflete a orientação para uma política de proteção e valorização do solo, assim como a existência de equilíbrio ecológico entre os sistemas humanos caracterizados pelos processos de urbanização, e os sistemas naturais que promovem a salvaguarda dos recursos.

Relativamente à nova Carta da REN, foram agora acrescentados 1484 ha aos 999 ha do território do Seixal que se encontravam inseridos em REN, aquando da primeira delimitação desta reserva em 1993, a que crescem ainda 71,6 km de extensão de Leitos dos cursos de água, passando assim a estar incluído em REN 26% do território municipal.

Quadro 5-6 – Quantificação das áreas incluídas em REN, por tipologia.

TIPOLOGIA DE REN	DIMENSÃO	ÁREA DO MUNICÍPIO (%)
ZONAS COSTEIRAS		
ESTUÁRIO E ZONA HÚMIDA ADJACENTE	977,38 ha	10,2
FAIXA DE PROTEÇÃO AO ESTUÁRIO	313,12 ha	3,3
SAPAL	179,61 ha	1,9
ZONAS RIBEIRINHAS		
ZONAS AMEAÇADAS PELAS CHEIAS	526,61 ha	5,5
LAGOAS	18,63 ha	0,2
FAIXA DE PROTEÇÃO ÀS LAGOAS	28,41 ha	0,3
ÁREAS DE MÁXIMA INFILTRAÇÃO	775,82 ha	8,1
ZONAS DECLIVOSAS		
ÁREAS COM RISCOS DE EROSÃO	262,93 ha	2,7
LEITOS DOS CURSOS DE ÁGUA	71,6 km	
TOTAL DO TERRITÓRIO ABRANGIDO POR REN = 2484,5 HA e 71,6 KM		

Fonte: CMS, Relatório da Proposta de Plano, abril de 2013.

Relativamente à RAN, no âmbito da revisão do PDM, apresentou-se a proposta final de revisão da Carta da RAN, que contempla, na íntegra, o parecer da DRAPLVT.

Assim, dos 230,42 ha correspondentes à área total da RAN delimitada em 1993, apenas cerca de 3% (7,15 ha) foi desafetada até à data. A revisão da carta da RAN concluída no âmbito do processo de revisão do PDM excluiu mais 84,19 ha, o que significa uma redução de cerca de 39,6% relativamente ao contabilizado há 20 anos atrás. A RAN Final abrange assim 139 ha do território municipal. Estes valores traduzem a dificuldade em defender esta Reserva, tendo em conta o facto de incidir num Município que tem continuamente registado consideráveis acréscimos populacionais e, naturalmente, de expansão urbana.

Em termos de contaminação dos solos, estão regulamentadas as áreas com suscetibilidade de degradação e contaminação de solos (art.º 19), bem como cartografadas na Planta de Ordenamento - Cartografia de Suscetibilidade a Perigos Mistos 1.

Também são propostas no Programa de Execução, as ações de recuperação e descontaminação ambiental de áreas ocupadas por resíduos perigosos.

5.2.4 Síntese e Recomendações

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao FCD2, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, seguido de recomendações, quando necessário.

Quadro 5-7 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equilíbrio Ecológico.

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Biodiversidade	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENCNB PNPOT POE Tejo PSRN 2000 PROT AML PORL 2007-2013 PEDEPES	+	<ul style="list-style-type: none"> - O SIC Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira (PTCON0054) ocupa cerca de 12% do município do Seixal. - Na proposta de ordenamento para o Sítio considerou-se os valores naturais em presença (habitats classificados e prioritários, áreas de REN e rede hidrográfica), a rede viária existente e prevista, ocupações existentes, servidões e restrições de utilidade pública e os limites cadastrais das propriedades abrangidas; e as orientações, decorrentes do PSRN 2000 para a proposta de solo urbanizável. - Elaboração de uma “Proposta de Cartografia de <i>Habitats</i> e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN 2000”. - Exemplos de intervenções previstas na área da Recuperação Ambiental: Elaboração da Carta Ambiental do Município do Seixal. (Programa de Execução) - Implementar as orientações de gestão, propostas no quadro de adequabilidade das orientações de gestão previstas para o Sítio Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira da Rede Natura 2000. - Risco de pressão na Biodiversidade, em zonas pontuais pelas novas propostas de ocupação.
Continuum naturale	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENCNB PNPOT PSRN 2000 PROT AML PROF AML PORL 2007-2013 PEDEPES PMEPCS	+	<ul style="list-style-type: none"> - A proposta de EEM para o Seixal está enquadrada pelas orientações decorrentes do PROTAML, em vigor, quer do PROTAML – alteração. - A EEM proposta ocupa por cerca de 46% do município do Seixal. - A EEM inclui áreas de REN e RAN, e parte significativa do SIC PTCON0054 – Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira, da Rede Natura 2000. - A delimitação da EEM foi hierarquizada da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> > Área Prioritária 1 (cerca de 609 ha); > Área Prioritária 2 (cerca de 979 ha); >. Corredores Estruturantes Principais; > Corredores Estruturantes Secundários; > Áreas Vitais (cerca de 2676 ha); > Áreas verdes de proximidade (cerca de 249 ha). - O Solo afeto à EEM encontra-se cartografado em Planta de Ordenamento e regulamentado. (art.º 23 do Regulamento) - Ver os exemplos de intervenções previstas nos Critérios de Avaliação – Biodiversidade. - As Áreas suscetíveis a Perigos Naturais, Mistos e Tecnológicos encontram-se cartografadas em Planta de Ordenamento e regulamentadas. (art.º 15 a art.º 20, do Regulamento)

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Floresta	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PRODER PROT AML PROF AML PORL 2007-2013 PEDEPES PMDFCI PMEPCS	+	<ul style="list-style-type: none"> - Os Espaços agrícolas ou florestais encontram-se cartografados em Planta de Ordenamento e regulamentados (art.º 29 e art.º 30.º do Regulamento) - Os Espaços agrícolas ou florestais representam 14,4% da área total do Município.
Recursos Hídricos	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENCNB ENEAPAI 2007-2013 PNPOT PNUEA 2012-2020 PEAASAR 2007-2013 PNAAS 2008-2013 PBHT POE Tejo PROT AML PEDEPES PMEPCS	+	<ul style="list-style-type: none"> - Na EEM, foram privilegiadas as áreas e os sistemas ecológicos associados à rede hidrológica, ou localizados na sua proximidade, bem como as áreas marginais ao rio Tejo e aos esteiros de Coina e do Seixal, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> > Área Prioritária 2: área estruturante de proteção e enquadramento compreendida entre a baía do Seixal e o esteiro do Rio Coina, integrando o estuário; > Corredores Estruturantes Principais: compreendem margens de cursos de água correspondentes, no essencial, aos corredores estruturantes do PROTAML, o Rio Judeu, a Ribeira do Vale Longo, a Vala dos Brejos da Palmeira, a Vala da Quinta do Algarve e a Vala de St.ª Marta; > Corredores Estruturantes Secundários: compreendem as margens de cursos de água e valas não ocupadas por edificação e também alguns corredores vitais. - Existência de propostas de edificação para o espaço natural envolvente do estuário/frente ribeirinha, atendendo a salvaguarda dos valores em presença. Esta questão foi salvaguardada no Regulamento (art.º 37). - Medidas de eficiência ambiental propostas, em termos de Uso Eficiente da Água (art.º 14 do Regulamento). - Exemplos de intervenções previstas na área de Recuperação Ambiental: Qualificação das praias estuarinas e Estudo de Renaturalização do Leito do Rio Judeu e Requalificação das suas Margens. (Programa de Execução) - São transpostas para o Regulamento, as orientações para a suscetibilidade a cheias e inundações (art.º 16) e cartografadas em Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes, as áreas referentes a leitos dos cursos de água e zonas inundáveis. - Encontram-se também regulamentadas as áreas de suscetibilidade de degradação e contaminação de águas superficiais e do aquífero (no art.º 19 do Regulamento) e cartografadas em Planta.
Eficiência Energética	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PNAEE 2016 PERSU II PORL 2007-2013 PME	+	<ul style="list-style-type: none"> - No Regulamento, foram propostas medidas de eficiência energética a adotar no planeamento territorial, nomeadamente no que diz respeito ao Uso Eficiente da Energia (art.º 14).

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Solo	QREN 2007-2013 PNPOT PRODER PEAASAR 2007-2013 PERSU II PROT AML PORL 2007-2013 PEACRS PMEPCS	+	<ul style="list-style-type: none"> - Aposta numa política de proteção e valorização do solo. - Qualificação ambiental: salvaguarda dos valores naturais integrados na EEM e noutros sistemas naturais (REN e RAN). - Cerca de 38% da área do Município em Solo Rural. - Na proposta de REN foram acrescentados mais 1484 ha, passando assim a estar incluído em REN 26% do território municipal. - A proposta de RAN provoca uma redução de cerca de 39,6% relativamente ao contabilizado há 20 anos atrás. - Risco de perda de solo (áreas englobadas na RAN). - Estão regulamentadas as áreas com suscetibilidade de degradação e contaminação de solos (art.º 19), bem como cartografadas em Planta.

* Documentos do QRE com convergência com o FCD2.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013;
ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015;
ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade;
ENEAPAI 2007-2013 - Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013;
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
PNUEA 2012-2020 – Plano Nacional de Uso Eficiente da Água 2012-2020;
PEAASAR 2007-2013 - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013;
PRODER 2007-2013 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013;
PNAEE 2016 - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016;
PERSU II - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016,
PBHT – Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo;
POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo;
PSRN 2000 – Plano sectorial da Rede Natura 2000;
PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa;
PROF AML - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa;
PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013;
PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal,
PMDFCI – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
PEACRS - Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal;
PME - Plano Municipal de Energia;
PMEPCS – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Seixal.

5.3 FCD3 – Equidade e Coesão Social

5.3.1 Tendência de Evolução

O Quadro 5-8 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial para a área de intervenção do município do Seixal, no âmbito do *FCD Equidade e Coesão Social*, estabelecendo-se um comparativo entre os pontos fortes e fracos sem a proposta de Revisão do Plano e as oportunidades e ameaças com a proposta de Revisão do Plano.

Quadro 5-8 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Equidade e Coesão Social.

FCD	Sem proposta de Revisão do Plano		Com proposta de Revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD3 – Equidade e Coesão Social	<ul style="list-style-type: none"> - Realojamento de famílias. - Existência da Carta Educativa, Carta Desportiva e Carta Social do Seixal. - Obras de construção, de requalificação e beneficiação de equipamentos coletivos. - Aumento da oferta da rede pública de jardim-de infância. - Melhoria das condições do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico. - Oferta cultural diversificada, descentralizada, educativa e integrada. - Desenvolvimento de projetos no sentido de amenizar e ajudar a resolver muitos problemas de cariz social. - Melhoria do saneamento básico e higiene urbana e recolha de resíduos. - Recolha seletiva, reciclagem e valorização orgânica dos resíduos. - Realização do Mapa de Ruído (2005) e atualizado (2007). - Criação da Agência Municipal de Energia (AME) e do Plano Municipal de Energia do Seixal (PMES). 	<ul style="list-style-type: none"> - Surgimento de barracas. - Problemas de exclusão social (elevadas taxas de desemprego, pobreza, delinquência, violência e toxicoddependência). - Inexistência de bolsa de terrenos, por parte do Município que lhe permita a gestão da construção de habitações de caráter social. - Necessidade de dar continuidade ao processo de realojamento da população que ainda vive em barracas. - Núcleos urbanos antigos do Seixal: habitações degradadas e/ou sem condições de habitabilidade que necessitam de obras de conservação e de reabilitação. - Existência de edifícios inacabados, ocupados ilegalmente, sem condições de habitabilidade (Vale de Chicharos). - Défice de resposta da atual rede de equipamentos de cuidados primários de saúde às necessidades da população. - Existência de unidades de saúde, em que o número de médicos é insuficiente para o total da população inscrita. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solução para o alojamento de baixo custo. - Melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população - Reserva de terrenos, que fazem parte da bolsa de terrenos municipais para equipamentos coletivos. - Propostas de Equipamentos de Utilização Coletiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. - Construção de um Hospital no Seixal. - Implementação de propostas de cariz social, com base na Carta Social do Município do Seixal. - Melhoramento das infraestruturas urbanas no Município do Seixal - Eliminação das fossas sépticas existentes. - Práticas de eficiência ambiental no planeamento territorial. - Valorização do património. - Elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído do Seixal, no sentido de garantir a gestão e controlo dos conflitos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de mapa de ruído previewional.

FCD	Sem proposta de Revisão do Plano		Com proposta de Revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD3 – Equidade e Coesão Social (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> - Existência do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do município Seixal (PMEPCS). 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca expansão da oferta de equipamentos desportivos. - O abastecimento de água garantido apenas pelos recursos hídricos subterrâneos. - Existência de fossas sépticas e de locais contaminados. - Utilização reduzida de energias renováveis. - Aumento global das emissões de gases que produzem efeito de estufa. - Degradação da qualidade do ar e dos níveis de ruído no meio urbano. - Risco sísmico, risco de inundação por tsunamis e risco de cheias e inundações elevado. - Risco de degradação e contaminação dos aquíferos, de águas superficiais e dos solos de moderado a elevado. - Zona com considerável concentração de indústrias, principalmente a Este do Seixal (maior risco de acidentes industriais). - Entre 2001 e 2011, começa já a verificar-se uma desaceleração do ritmo de crescimento demográfico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo ao transporte sustentável (Rede Ciclável do Seixal). - Redução dos gases de efeito de estufa. - Ações de reabilitação do património edificado municipal. - Equilíbrio no mercado de emprego. - Elaboração do documento “Riscos e Proteção Civil” contendo orientações e Cartografia de Suscetibilidade. - Criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sobreposição pontual de solo urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como de risco. - Contiguidade de áreas residenciais (solo urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário.

5.3.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

No Anexo II apresenta-se a avaliação da proposta de Revisão do PDMS, quanto às orientações de sustentabilidade e metas propostas no QRE para o *FCD Equidade e Coesão Social*.

5.3.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação

Critério de Avaliação: Emprego

Com a implementação das medidas e ações estratégicas propostas na Revisão do PDM para as atividades económicas, nomeadamente, a Indústria, Comércio e Serviços e Cultura, Recreio e Lazer, estando definidas no respetivo Programa de Execução, as várias intervenções, pretende-se contribuir para um maior equilíbrio no mercado de emprego.

Critério de Avaliação: Saúde

No que se refere a Equipamentos de Saúde pretende-se para os próximos anos:

- Assegurar a todos os munícipes, de forma integral, o acesso a cuidados de saúde, ajuda médica e a tratamento imediato;
- Assegurar a articulação da rede de equipamentos de saúde com o sistema de mobilidade e de transportes, com a rede de equipamentos sociais bem como adequar os equipamentos públicos à mobilidade de pessoas com dificuldades motoras e/ou com necessidades especiais;
- Concretizar a instalação de um Hospital;
- Reconfigurar a rede de equipamentos públicos de saúde, nomeadamente com a construção de dois novos edifícios, em St.^a Marta do Pinhal e Foros de Amora;
- Ampliar a Rede de Cuidados Continuados, concretizando, por um lado, os projetos que foram alvo de candidatura ao programa MODELAR, nomeadamente uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, na freguesia de Amora, com capacidade para 30 utentes e que entrou em funcionamento em setembro de 2011 e uma Unidade de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação, na freguesia de Arrentela, cuja candidatura está em fase de aprovação de projeto.

Para a qualificação da oferta de equipamentos de saúde será também necessário fomentar a melhoria do estado de conservação e a adequação de alguns dos equipamentos, com particular atenção à mobilidade de pessoas com dificuldades físicas, bem como o arranjo paisagístico externo dos edifícios, proporcionando serenidade e conforto aos utentes.

No Programa de Execução da revisão do PDM, em termos de Equipamentos de Saúde, foram considerados essencialmente os projetos que, sendo da responsabilidade da administração central, são de importância fundamental para aumentar e melhorar a qualificação da oferta de equipamentos de saúde que o Município tem vindo a reivindicar e para os quais já disponibilizou terrenos, com especial relevância para a construção do Hospital.

CrITÉRIOS de Avaliação: Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar

A proposta de Revisão do Plano prevê, dando cumprimento ao disposto no artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído (RGR), a elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído (proposto em Programa de Execução), no sentido de garantir a gestão e controlo de conflitos identificados no âmbito da revisão do PDM. Oportunamente, será também, e pela segunda vez, atualizado o Mapa de Ruído do Município do Seixal. A regulamentação sobre a gestão de conflitos foi integrada no Regulamento (art.º 21 e art.º 22), restringindo a intervenção urbanística à execução de estudos de conformidade com o RGR, e execução prévia de medidas de redução e controlo na fonte. Foram também estabelecidas orientações nos termos de referência das UOPG (anexo I, do Regulamento).

A CMS, não possui atualmente as condições técnicas necessárias para a realização de um mapa de ruído prospetivo, que não decorre de uma obrigatoriedade legal.

No âmbito da proposta de Revisão do Plano, é apresentada a Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico e Áreas de Conflito LN.

Em termos de Infraestruturas de Abastecimento de Água, considera-se prioritário:

- Concretização da instalação da conduta adutora intermunicipal;
- Continuação das intervenções na rede com a construção de um novo centro distribuidor de água, em Fernão Ferro, ampliação dos CDA existentes e remodelação e beneficiação da rede existente;
- Proteção do aquífero.

Todas as infraestruturas já identificadas e sujeitas a servidão encontram-se vertidas para a Planta de Condicionantes. Na Planta de Ordenamento está definido um espaço canal para a conduta adutora prevista com uma largura de 15 metros.

No que diz respeito ao Sistema de Drenagem de Águas Residuais Domésticas “em baixa” e de forma a assegurar o cumprimento do PEAASAR II (2007-2013), a revisão do PDM prevê a implementação de um conjunto de medidas que visam atingir a total cobertura do Município com sistemas adequados de drenagem, tais como:

- Compatibilizar a rede municipal de drenagem de águas residuais domésticas com a rede da SIMARSUL, de modo a permitir a interligação entre duas redes de forma integrada;

- Promover a ampliação da rede municipal tendo em vista a eliminação das fossas sépticas existentes;
- Aprovar e implementar o Regulamento do Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais, que contemplará também normas de descarga de águas residuais industriais, após pré-tratamento, nos coletores da rede de drenagem de águas residuais domésticas;
- Concluir a elaboração de cadastro das fossas sépticas existentes;
- Proceder à atualização do cadastro das redes;
- Mitigar problemas relacionados com a inundação de áreas urbanas, em parte decorrentes da sua progressiva impermeabilização, não só com a implementação de medidas corretivas, no que diz respeito à execução de um correto dimensionamento das redes de drenagem, mas também com a implementação de medidas preventivas, como sejam a execução anual do plano de limpeza de valas.

A estratégia para a Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) mantém a aposta na AMARSUL –Valorização e Tratamentos de Resíduos Sólidos S.A., como forma de assegurar, a recolha e o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, tanto quanto possível seletivamente separados. Além disso, pretende-se dar continuidade às iniciativas em fase de implementação e introduzir novas medidas, nomeadamente:

- Apostar na motivação dos utentes, baseada na “Política dos 3 R” (Reduzir, Reciclar, Reutilizar);
- Desenvolver projetos no âmbito dos resíduos sólidos urbanos que incluam a requalificação de espaços públicos e lúdicos e a introdução de uma política integrada de educação ambiental;
- Reforçar as soluções já existentes relativas à redução de resíduos biodegradáveis destinados a aterros, por parte da AMARSUL (ex.: unidades de compostagem, unidades de digestão anaeróbia);
- Dar continuidade à implementação de sistemas de recolha porta a porta em zonas de habitação unifamiliar e sistemas de contentorização semienterrados e enterrados, em zonas de grande densidade populacional.

No que diz respeito aos de resíduos industriais, a Revisão do Plano propõe:

- A descontaminação do Poço do Talaminho, identificada e considerada prioritária no PEACRS;
- Implementar uma estratégia integrada de gestão de resíduos industriais;
- Avaliar tecnologias de tratamento, de forma a optar pelos melhores sistemas de tratamento de resíduos industriais banais.

A regulamentação sobre as Infraestruturas Básicas (abastecimento de água e rede de águas residuais) foi integrada no Regulamento da revisão do PDM (art.º 74, art.º 75 e art.º 76º).

No respetivo Programa de Execução, no que diz respeito às redes de águas e esgotos são considerados para efeitos de investimento municipal as obras de remodelação ou reabilitação das redes instaladas e as obras novas nos sistemas em alta.

Relativamente à Gestão do Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, o Regulamento não evidencia medidas concretas de gestão de resíduos que vá ao encontro das orientações estratégicas promovidas pelo PERSU II, no entanto o Programa de Execução, propõe ações de recuperação e descontaminação ambiental de áreas ocupadas por resíduos perigosos.

Relativamente aos Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos, no âmbito da revisão do PDM, elaborou-se o documento “Riscos e Proteção Civil” (CMS, abril de 2013). Este documento foi vertido para a proposta Revisão do PDM da seguinte forma:

- Planta de Ordenamento – Cartografia de Suscetibilidade, onde estão representados os dois níveis superiores de suscetibilidade de cada perigo identificado, com exceção do risco de incêndio florestal;
- Planta de Condicionantes – Servidões e Restrições de Utilidade Pública, onde estão representados os dois níveis superiores de risco de incêndio florestal e as faixas de combustível e ainda dois estabelecimentos com substâncias perigosas.
- Regulamento, onde estão vertidas as orientações para a gestão do território (Secção I, Capítulo II, Título III do Regulamento).

Cruzando a Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo com a Cartografia de Suscetibilidade, verificam-se algumas situações em que foram propostos espaços residenciais e espaços de atividades económicas, em áreas classificadas com suscetibilidade a cheias e inundações e a Tsunami. São exemplos a UOPG20 (onde se inserem espaços residenciais) e UOPG47 (onde se enquadram espaços de atividade económica), com suscetibilidade de inundação por Tsunami; a UOPG15 e UOPG22 (onde se inserem espaços residenciais) com suscetibilidade de cheias e inundações (acresce na UOPG22, também suscetibilidade por inundação por Tsunami). As áreas classificadas com suscetibilidade a cheias e inundações encontram-se regulamentadas no art.º 16.º do Regulamento, que verte, na generalidade, as orientações da APA e da Lei da Água, encontrando-se bastante condicionada qualquer intervenção que recaia sobre as referidas áreas. Também se verifica a reserva de espaços verdes, em solo urbanizável, nas proximidades de linhas de água e que integram a EEM do município do Seixal, contribuindo para atenuar as consequências em caso de inundação.

Em solo urbanizável, também se verifica, simultaneamente, a existência de propostas para espaços de atividades económicas, quer em áreas classificadas com suscetibilidade à degradação e contaminação de águas superficiais, aquíferos e solos, quer em áreas consideradas como potenciais para acidentes industriais, estando esta questão devidamente salvaguardada em Regulamento (art.º 19.º).

Para prevenção e mitigação de perigos naturais, mistos e tecnológicos, está prevista em Programa de Execução, a criação, em local estratégico, de um centro municipal de operações de emergência e proteção civil devidamente equipado, quer de recursos humanos, quer de meios técnicos e tecnológicos.

Relativamente à Qualidade do Ar, e no âmbito da Recuperação Ambiental, prevê-se a criação do Parque Metropolitano e do Parque da Cidade, no Pinhal das Freiras (*Espaços Verdes de Utilização Coletiva*).

Relacionadas com o setor do recreio e lazer, estão previstas ações, como a qualificação do Parque do Serrado e do Passeio Ribeirinho de Amora, na freguesia de Amora, a qualificação do Passeio Ribeirinho do Seixal e a criação do Parque Urbano Dona Ana, na freguesia do Seixal, entre outros. Estas intervenções são importantes pelo seu contributo para o equilíbrio ecológico e paisagístico em meio urbano, nomeadamente através do contributo para a redução de gases de efeito de estufa na atmosfera.

Critério de Avaliação: Desporto

Na Rede de Equipamentos Desportivos, são objetivos prioritários para os próximos anos:

- Criar condições físicas de acesso à prática desportiva numa lógica de democratização desta atividade;
- Apostar, de forma fundamentada, em equipamentos desportivos de âmbito supramunicipal, com aptidões para práticas de competição e cuja dimensão e capacidade de atracção de utilizadores contribua para a criação ou reforço de centralidades no Município, assim como para a coesão urbana;
- Reforçar a aposta nos equipamentos desportivos informais e de proximidade, com destaque para os espaços verdes e os parques urbanos.

Na proposta de Revisão do PDM, os espaços destinados a Equipamentos Desportivos (Equipamentos de Utilização Coletiva) são identificados na Planta de Ordenamento ou nos termos de referência das UOPG em que se inserem (Regulamento).

A política municipal de desenvolvimento desportivo assenta na Carta Desportiva do Seixal e no Plano Municipal de Desenvolvimento Desportivo. Assim, no Programa de Execução foram consideradas as intervenções que pela sua pertinência e dimensão estratégica contribuem diretamente para a criação de uma rede integrada de equipamentos para a prática desportiva, formal e informal, e para uma distribuição equilibrada no território da oferta desportiva.

Critério de Avaliação: Educação

Na área da Educação pretende-se, em termos do Ensino Pré-escolar e Básico:

- Continuar o processo de alargamento e generalização da rede pública de educação pré-escolar, contribuindo assim para a coesão e inclusão social;
- Generalizar condições que providenciem um normal funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico, incluindo a ampliação da rede;
- Continuar o processo de expansão da oferta ao nível dos 2º e 3º ciclos do ensino básico com vista à estabilização da relação entre a oferta e a procura, incluindo a construção de novas escolas que permitam cobrir os locais mais deficitários em oferta e a criação de novos agrupamentos de escolas;

- Apostar na continuação da dotação de pavilhões desportivos nas escolas, espaços para refeitórios, bibliotecas/centro de recursos, salas de estudo, salas polivalentes/ginásios, espaços de recreio, e ainda, criação de espaços que respondam mais eficazmente às necessidades de educação especial e na criação de salas devidamente equipadas para o ensino e utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Em relação ao Ensino Secundário e Formação Profissional pretende-se:

- Adequar os estabelecimentos de ensino secundário e formação profissional à realidade e às necessidades futuras, em consonância com o desenvolvimento económico pretendido para o Município e com o enquadramento da Península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa;
- Qualificar e expandir o parque escolar do ensino secundário de maneira a que acompanhe e responda ao crescimento demográfico do Seixal, e para o qual estão reservados terrenos, quer do ponto de vista dos equipamentos, quer do apetrechamento e das infraestruturas de apoio;
- Articular a rede de estabelecimentos de ensino secundário, de forma a proporcionar complementaridade e alternativas opcionais nos programas curriculares, não somente entre as escolas do Município, mas também com as dos municípios limítrofes, em particular com Almada;
- Qualificar e diversificar a oferta ao nível dos programas curriculares do ensino secundário, tendo em vista marcar e reforçar o papel de elo de ligação entre o ensino básico e o ensino superior;
- Criar condições de ampliação da oferta de ensino profissional, promovendo, atraindo e acolhendo centros de formação profissional, cujos cursos ministrados possam constituir valor acrescentado para o Município; para tal, para além de existirem terrenos delimitados na Planta de Ordenamento com dimensão para acolher este tipo de equipamento, existe a proposta concreta de instalar a Escola Profissional Bento de Jesus Caraça num espaço localizado na ex-Siderurgia Nacional, freguesia de Aldeia de Paio Pires, que poderá ser contemplada no âmbito de um estudo de regeneração urbana da zona.

Os espaços destinados para Equipamentos de Educação (Equipamentos de Utilização Coletiva), encontram-se identificados na Planta de Ordenamento ou nos termos de referência das UOPG em que se inserem (Regulamento).

No Programa de Execução relativamente aos Equipamentos Educativos, as intervenções apresentadas constam da Carta Educativa do Seixal ao nível do ensino pré-escolar e básico e do ensino secundário. No que respeita ao Ensino Superior apresenta a proposta de uma Escola Superior de Música nos edifícios da antiga fábrica Mundet.

Critério de Avaliação: Património e Cultura

Para os Equipamentos Culturais, pretende-se prosseguir e impulsionar um conjunto de objetivos prioritários, para os próximos anos:

- Criar um espaço cultural de grande dimensão, multiusos, que permita atrair ao Seixal a realização de grandes eventos e acolher iniciativas de grupos culturais locais independentes, devendo a sua localização ser entendida no sentido de criar ou reforçar uma centralidade, bem como contribuir para a coesão urbana;
- Reforçar e difundir a atividade cultural local, como forma de promover o Município e o seu património cultural, divulgando e conservando a memória e a identidade do Município nas gerações mais jovens, através da continuação da aposta em parcerias entre a Autarquia e outros atores e agentes culturais na organização e participação em eventos e iniciativas.

Neste âmbito, no Programa de Execução da revisão do PDM relativamente aos Equipamentos de Cultura, foram consideradas propostas de intervenção que vêm no seguimento da dinâmica já implementada e que consignam o projeto cultural municipal.

A regulamentação sobre o Património Cultural Imóvel do município do Seixal foi integrada no Regulamento do Plano (art.º 8, art.º 9, art.º 10 e art.º 11).

Foi elaborada uma Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS), que integra os Monumentos, Conjuntos e Sítios Arquitetónicos ou Arqueológicos classificados, Núcleos Urbanos Antigos (Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires, Amora de Cima e de Baixo) e Outros Imóveis, Conjuntos e Sítios Arquitetónicos ou Arqueológicos que, embora não se encontrem classificados, se destacam pelo seu valor cultural.

No Anexo II do Regulamento são apresentadas as Fichas de Caracterização do Património Cultural Imóvel e do Património Natural Classificado. Todos os imóveis até agora inventariados constam da Lista Geral de Sítios, Imóveis ou Conjuntos que constitui o Anexo III, do Regulamento.

Os núcleos urbanos antigos do Seixal, Arrentela, Aldeia de Paio Pires, Amora de Cima e Amora de Baixo estão delimitados na Planta de Ordenamento, enquanto aglomerados urbanos que, pela sua especificidade, história e características globais merecem especial proteção. Nesse sentido irão dispor, na CPCIMS, de regulamentação própria com vista à proteção das suas características arquitetónicas.

Na Planta de Condicionantes encontra-se identificado o Património Edificado, Zona geral de proteção e Zona especial de proteção.

No Programa de Execução são apresentadas ações de reabilitação do património edificado municipal, maioritariamente decorrentes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Município do Seixal (PEDTS).

Critério de Avaliação: Integração

Na quantificação das áreas urbanizáveis, considerando apenas as áreas urbanas de génese ilegal, estima-se que os 268 ha de área bruta de construção prevista, permitam cerca de 12 700 novos alojamentos, aplicando as especificações contidas nos Termos de Referência para as respetivas UOPG (Anexo I, do Regulamento). No caso das novas áreas urbanizáveis de carácter residencial destinadas a requalificação urbanística, remate e expansão urbana, na maior parte dos casos com efetivo compromisso urbanístico, estão em causa cerca de 97 ha de área bruta de

construção que poderão dar origem a um número de alojamentos da ordem dos 7 400¹⁰. Nesta estimativa não está incluída a capacidade da área urbanizável para habitação (106 ha) da UOPG 33 – Pinhal das Freiras, e que no futuro poderá gerar cerca de 4 mil fogos, dado que a sua concretização está condicionada pelos respetivos Termos de Referência (Anexo I, do Regulamento).

Com estes cálculos é possível estimar que, no total, as áreas urbanizáveis residenciais da proposta de revisão do PDM permitem receber cerca de 20 100 fogos.

Na revisão do PDM, foram encontradas soluções para o alojamento de baixo custo, que constitui, para famílias de rendimentos reduzidos, uma alternativa ao mercado tradicional de habitação. Assim, em oito das UOPG delimitadas, está prevista a construção de cerca de 312 alojamentos para solucionar os casos sinalizados para realojamento.

Não obstante o que já foi referido é também de salientar como principal linha de ação a colaboração com as Associações de Moradores para a viabilização dos processos de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal.

Quadro 5-1 – Estimativa de acréscimo habitacional, por freguesia. (Fonte:)

Freguesias	Estimativa de Acréscimo do Número de Fogos			
	Para reconversão urbanística	Para remate e expansão urbana	Total	
Aldeia de Paio Pires	372	427	799	(inclui 16 fogos para realojamento)
Amora	560	1319*	1879*	(inclui 32 fogos para realojamento)
Arrentela	0	2413	2413	(inclui 80 fogos para realojamento)
Corroios	1488	2294	3782	(inclui 184 fogos para realojamento)
Fernão Ferro	10 296	118	10 414	
Seixal	0	894	894	
Total do Município	12 716	7 465*	20 181*	(INCLUI 312 FOGOS PARA REALOJAMENTO)

* Não estão incluídos valores relativos à UOPG 33 – Pinhal das Freiras.

Fonte: CMS, Relatório da Proposta, abril de 2013.

No Programa de Execução do Plano, em termos do Parque Habitacional Social, foram incluídas, além das questões relacionadas com o PER – Programa Especial de Realojamento, as situações que justificam prioridade de integração social.

No que se refere aos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social, com base na Carta Social do Município do Seixal, já concluída, são apresentadas diversas propostas de intervenção que contribuirão para a reestruturação da rede, através da criação de mais equipamentos e com a ampliação dos já existentes.

Em termos de equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil, no âmbito da revisão do PDM, são criadas condições para prosseguir e dar um forte impulso a um conjunto de objetivos prioritários:

¹⁰ Valor calculado com base numa área média de 120 m²/fogo. No entanto este valor pode ser mais reduzido se a área média de fogo considerada for mais elevada, o que no Seixal se justifica dada a predominância de moradias.

- Garantir a viabilidade de cobertura total do Município no que se refere à instalação das forças de segurança, disponibilizando espaços para os equipamentos necessários;
- Implementar o Plano Municipal de Emergência (PME), bem como as medidas técnicas a seguir, quer na prevenção quer na mitigação dos potenciais acidentes;
- Fomentar a articulação estreita, quer política quer técnica, entre os agentes dos setores público e privado, com vista a minorar os riscos e a potenciar a eficácia e eficiência das suas ações.

No Programa de Execução, foi importante considerar, em termos de Equipamentos de Segurança Pública e Proteção Civil, a criação, em local estratégico, de um centro municipal de operações de emergência e proteção civil devidamente equipado, quer de recursos humanos, quer de meios técnicos e tecnológicos.

Na Planta de Ordenamento da revisão do PDM, estão delimitadas áreas do território destinadas à construção de novos equipamentos, uns afetos a uso específico por via das propostas da cartas de equipamentos, outros por via de projetos de nível superior, como é o caso do futuro Hospital, outros ainda, sem uso específico atribuído, mas que se considerou importante reservar como forma de precaver situações de escassez de solo disponível ou de desadequação locativa e de garantir um adequado enquadramento urbanístico.

5.3.4 Síntese e Recomendações

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao FCD3, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, seguido de recomendações, quando necessário.

Quadro 5-2 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Equidade e Coesão Social.

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Emprego	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PEPS PROT AML PIPS PDSS	++	- Relacionado com a avaliação realizada para o FCD4. - Aumento da oferta de emprego no município do Seixal com a implementação das propostas. - Intervenções previstas nas diferentes áreas, apresentadas no Programa de Execução.
Saúde	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PEDEPES PDSS	+	- Exemplos de intervenções previstas na área de Equipamentos de Saúde: Hospital no Seixal, Centro de Saúde de Corroios. (Programa de Execução) - Proposta do Hospital do Seixal em zona classificada como suscetível de cheias e inundações. No entanto, o Regulamento (art.º 16) apresenta orientações para áreas suscetíveis a cheias e inundações, de acordo com o documento “ Riscos e Proteção Civil”.

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Qualidade Ambiental	QREN 2007-2013 ENDS 2015 ENEAPAI 2007-2013 PNPOT PNUEA 2012-2020 PEASAR 2007-2013 PNAEE 2016 PNAAS 2008-2013 PERSU II PET 2011-2015 PBHT POE Tejo PROT AML PORL 2007-2013 PEPMQA-LVT PEDEPES PEACR PDSS PMEPCS	+	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionado com as avaliações realizadas para o FCD1 e FCD2. - Ausência de Mapa de Ruído do Município do Seixal, da situação prevista, não sendo uma obrigatoriedade legal. - Oportunamente, dando cumprimento ao artigo 8.º do RGR, será elaborado o Plano Municipal de Redução de Ruído (Programa de Execução), para a gestão e controlo de conflitos identificados na revisão do PDM, e atualizado pela 2.ª vez, o Mapa de Ruído do Município do Seixal. - Exemplos de intervenções previstas na área das Infraestruturas Urbanas: Construção de uma nova conduta adutora (Casal do Sapo – Santa Marta de Corroios) (Sistema de Abastecimento de Água), Elaboração de estudo para solucionar situações de risco ambiental e de cheias (Sistema de Drenagem e Tratamento de águas Residuais). (Programa de Execução) - Medidas de eficiência ambiental propostas, em termos da Eficiência Energética e Uso Eficiente da Água. (art.º 14, do Regulamento) - Ausência de medidas na área de gestão de resíduos, no Regulamento e Programa de Execução. - Recomenda-se a proposta de medidas de gestão de resíduos, de acordo com as orientações estratégicas do PERSU II. - Exemplos de intervenções previstas na área de Recuperação Ambiental: Terrenos da SPEL, Selagem dos antigos aterros sanitários (Resíduos e Contaminação do Solo) e Plano Municipal de Redução do Ruído (Ruído). (Programa de Execução) - Atualização do PEACRS do município do Seixal. - Contiguidade de áreas residenciais (Solo Urbanizável) a espaços afetos a exploração de recursos geológicos e ao aterro sanitário. - Sobreposição pontual de Solo Urbanizável (residencial ou atividades económicas) com áreas identificadas como de risco. - Reserva de Espaços Verdes em Solo Urbanizável, que minimizam os efeitos na ocorrência de cheias e inundações/tsunami. - As Áreas suscetíveis a Perigos Naturais, Mistos e Tecnológicos encontram-se cartografadas em Planta de Ordenamento e regulamentadas (art.º 15 a art.º 20 do Regulamento). - Exemplos de intervenções previstas na área de Equipamentos de Proteção Civil: criação de um centro municipal de operações de emergência e proteção civil. (Programa de Execução) - O Parque Metropolitano do Pinhal das Freiras e o Parque da Cidade e por outro lado, as propostas relacionadas com o setor do recreio e lazer (qualificação do Passeio Ribeirinho do Seixal) são importantes pelo seu contributo para o equilíbrio ecológico e paisagístico em meio urbano e redução de gases de efeito de estufa na atmosfera.
Desporto	PROT AML PEDEPES PIRANET	++	<ul style="list-style-type: none"> - Exemplos de intervenções previstas na área Equipamentos Desportivos: Construção/ relocalização/ expansão /qualificação de complexos desportivos, Skate, Piscinas Municipais, Estádio de Futebol. (Programa de Execução) - Exemplos de intervenções previstas na área de Transportes: Rede Ciclável do Seixal. (Programa de Execução)

Crítérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Educação	QREN 2007-2013 PROT AML PEDEPES PIPS PDSS	++	- Exemplos de intervenções previstas na área de Equipamentos Educativos: Construção/Remodelação de Escolas, Escola Superior de Música. (Programa de Execução)
Património e Cultura	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PROT AML PEDPL PEDEPES	++	- Elaboração da Carta do Património Cultural Imóvel do Município do Seixal (CPCIMS). - O Património Cultural Imóvel do Município do Seixal encontra-se identificado e regulamentado (art.º 8 a art.º 11 do Regulamento). - São apresentadas no Regulamento, as Fichas de Caracterização do Património Cultural Imóvel e do Património Natural Classificado (Anexo II) e Lista Geral de Sítios, Imóveis ou conjuntos/Numeração e Tipologias do Património Cultural Imóvel (Anexo III). - Exemplos de intervenções previstas na área de Património: Mundet-Seixal: Conservação e recuperação do edificado, Recuperação da Antiga Fábrica da Seca do Bacalhau. (Programa de Execução) - Exemplos de intervenções previstas na área de Equipamentos Culturais: Espaço Multiusos, Casa da Juventude, Museu - Oficina Manuel Cargaleiro: 2ª e 3ª fases. (Programa de Execução)
Integração	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PROT AML PORL 2007-2013 PEDEPES	+	- Conceção e implementação de uma rede integrada de equipamentos de utilização coletiva de natureza diversa, que promovam a equidade e a coesão social. - Algumas das operações urbanísticas propostas permitirão colmatar carências identificadas ao nível do parque habitacional social (cerca de 312 alojamentos). - Exemplos de intervenções previstas na área do Parque Habitacional Social: PER - Programa Especial de Realojamento, Programa Municipal Habitação Jovem. (Programa de Execução) - Exemplos de intervenções previstas na área de Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social: Creche e Lar de Idosos, Centro de Atividades Ocupacionais. (Programa de Execução)

* Documentos do QRE com convergência com o FCD3.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013
ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015
ENEAPAI 2007-2013 – Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2007-2013
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNUEA 2012-2020 – Plano Nacional do Uso Eficiente da Água 2012-2020
PEAASAR 2007-2013 – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007-2013
PEPS - Programa de Emprego e Proteção Social
PNAEE 2016 – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016
PNAAS 2008-2013 - Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde 2008-2013
PERSU II – Plano Estratégico para Resíduos Sólidos 2007-2016
PET 2011-2015 – Plano Estratégico de Transportes 2011-2015
POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa

PEDPL – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa
PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013
PEPMQA-LVT – Programa de Execução do Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo
PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PIPS - Plano Intervenção para a Península de Setúbal
PIRANET – Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de recreio no Estuário do Tejo
PEACRS – Plano Estratégico de Avaliação da Contaminação e Reabilitação dos Solos do Município do Seixal
PDSS - Plano de Desenvolvimento Social do Seixal
PMEPCS – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Seixal

5.4 FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico

5.4.1 Tendências de Evolução

O Quadro 5-8 apresenta uma análise SWOT da situação tendencial para a área de intervenção do município do Seixal, no âmbito do *FCD Desenvolvimento Socioeconómico*, estabelecendo-se um comparativo entre os pontos fortes e fracos sem a proposta de Revisão do Plano e as oportunidades e ameaças com a proposta de Revisão do Plano.

Quadro 5-9 – Análise SWOT da situação tendencial para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.

FCD	Sem proposta de Revisão do Plano		Com proposta de Revisão do Plano	
	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
FCD4 – Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de algumas explorações de aquacultura (setor primário). - Setores mais expressivos no setor secundário: indústria transformadora e a construção civil. - Os setores do comércio, da restauração e dos serviços e atividades financeiras vêm tendo um grande impulso no setor terciário e, mais recentemente o setor dos transportes e logística. - Realização de intervenções urbanísticas e paisagísticas ao longo da baía do Seixal. - Criação de parques de atividades económicas e do Parque Industrial do Seixal (PIS). - Elaboração do Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desaceleração do ritmo de crescimento demográfico (entre 2001 e 2011). - Perda de expressão do setor primário dada a forte tendência para a terciarização da base económica do Município. - Perda de expressão do setor secundário também o que está muito relacionado com a reestruturação industrial que tem vindo a ocorrer. - Encerramento de unidades industriais instaladas no Seixal (Siderurgia Nacional). - Existência de áreas devolutas (áreas industriais desativadas). - Défices em algumas das valências de equipamentos coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconversão industrial e de reordenamento de espaço afeto às atividades económicas. - Requalificação da área da ex-Siderurgia Nacional (atual Siderparque) - Implementação do Projeto Arco Ribeirinho Sul. - Diversificação do setor industrial. - Desenvolvimento e de ordenamento do território relativa à atividade da indústria extrativa. - Dinamizar, revitalizar e criar densidades comerciais. - Reforçar a qualidade e diversificar a oferta das atividades de comércio e de serviços. - Reforçar a aposta estratégica no turismo, dando especial relevo à náutica de recreio. - Dinamizar, diversificar e qualificar os equipamentos coletivos e a oferta turística. - Crescimento do setor terciário. - Dinamização dos equipamentos e dos espaços públicos. - Aumento, da procura nos setores comerciais e de serviços. - Criação de emprego. - Valorização do património. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de expressão do setor primário e secundário. - Propostas de Espaços de Atividades Económicas localizados em zonas de risco.

5.4.2 Avaliação das Orientações de Sustentabilidade e Metas Propostas

No Anexo II apresenta-se a avaliação da proposta de Revisão do PDMS, quanto às orientações de sustentabilidade e metas propostas no QRE para o *FCD Desenvolvimento Socioeconómico*.

5.4.3 Efeitos Significativos das Propostas do Plano por Critério de Avaliação

Critério de Avaliação: Competitividade

Uma característica do território do Seixal prende-se com a disponibilidade de áreas para o desenvolvimento de atividades económicas. A revisão do PDM reforça essa componente fazendo uma abordagem detalhada ao nível da classificação do uso do solo. Assim, em *Solo Urbano*, na categoria de *Espaços de atividades económicas*, foram delimitadas três subcategorias, designadamente: *Atividades económicas compatíveis com a função residencial*, *Indústria e logística* e *Indústria transformadora pesada*. A necessidade de criar estas três subcategorias demonstra que foi tido em consideração o objetivo que consiste na diversificação da atividade económica.

Assim, e atendendo a que no Seixal a indústria siderúrgica se mantém, podendo mesmo vir a ser expandida, e que é ainda possível acolher no Siderparque novas unidades industriais de grande dimensão, foi definida a subcategoria *Indústria transformadora pesada*. Por outro lado foi considerado necessário manter uma subcategoria de *Indústria e logística* que permitisse a continuidade da oferta industrial indiferenciada, que caracteriza o Seixal e também dinamizar a área da logística. Tendo em conta o interesse em atrair novas atividades económicas, nomeadamente do setor dos serviços foi criada a subcategoria *Atividades económicas compatíveis com a função residencial*, que complementa os usos previstos em espaços urbanos residenciais e privilegia a proximidade dos interfaces. Concretizando, na revisão do PDM a categoria *Espaços de atividades económicas* representa 9,7% do total da área do Município, sendo que 556 ha são em solo urbanizado e 368 ha são em solo urbanizável.

Critério de Avaliação: Turismo

De acordo com o PEDTS a estratégia municipal para o setor económico da cultura, recreio e lazer, onde se enquadra o turismo assenta na construção da imagem “Seixal Cultural”, consagrando a criação de duas rotas – a Rota da Arqueologia Industrial e a Rota da Ecologia e Faina do Tejo – e de um Motor de Animação, envolvendo um vasto património industrial e natural e ainda um leque variado de recursos e eventos nas áreas da cultura, lazer e recreio, numa perspetiva educacional e de consciencialização e proteção ambiental. Assim, a frente ribeirinha é um local privilegiado para o desenvolvimento de várias atividades, designadamente as que se relacionam com a prática desportiva e o lazer. O aumento do interesse pelos desportos náuticos e a ligação ao rio Tejo são claramente

importantes mais-valias. Daí a necessidade de concretizar um conjunto de projetos, dos quais se destacam portos de recreio na Amora e no Seixal, que poderão estar associados a estabelecimentos de comércio e de restauração e ainda a estabelecimentos hoteleiros ou meios complementares de alojamento.

Para além da implementação dos projetos do PEDTS, deverão guiar a intervenção no domínio do turismo para os próximos anos, as seguintes ideias-força:

- Incentivar a aposta na construção de unidades hoteleiras qualificadas;
- Promover a recuperação e revitalização das áreas urbanas históricas, designadamente no âmbito de projetos de urbanismo comercial;
- Desenhar as “portas do concelho”: melhoria e qualificação das principais “entradas” rodoviárias do Município, através de projetos concretos que visem a reabilitação destes espaços, principalmente nos domínios da sinalética e do mobiliário urbano.

Os Espaços de Atividades Económicas encontram-se regulamentados no Plano (art.º 46 a art.º 48 do Regulamento) e cartografados na Planta de Ordenamento. O Programa de Execução apresenta intervenções referentes à Promoção do Desenvolvimento, constituindo uma variedade de iniciativas, que podem ir desde o apoio a iniciativas locais de emprego e atividades de formação profissional, passando pela promoção de projetos de urbanismo comercial, até à promoção do turismo. Incluíram-se também, devido à sua importância estratégica, essencialmente projetos da frente ribeirinha relacionados com a fileira da náutica de recreio (Projeto do Arco Ribeirinho Sul).

5.4.4 Síntese e Recomendações

Seguidamente apresenta-se um quadro síntese da avaliação relativa ao FCD3, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, seguido de recomendações, quando necessário.

Quadro 5-3 – Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD Desenvolvimento Socioeconómico.

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
Competitividade	QREN 2007-2013 ENDS 2015 PNPOT PRODER 2007-2013 PEC 2010-2013 PT PPL PROT AML PORL 2007-2013 PEDEPES PIRANET PMEPCS	+	- A principal medida de ordenamento proposta é a consolidação da maior mancha industrial do Seixal (Aldeia de Paio Pires e Arrentela). - Prevê-se uma nova tipologia de espaço para atividades económicas destinada sobretudo aos serviços e à indústria compatível com a função residencial. - A estratégia de desenvolvimento económico municipal assenta na diversificação da base económica, com o crescimento do setor terciário.

Critérios de Avaliação	QRE*	Convergência do PDMS com o QRE	Observações
			<p>- Afirmação e a consolidação de novas centralidades, reduzindo a dependência relativamente à capital, quer em termos de emprego, quer de serviços especializados.</p> <p>- Implementação dos projetos do PEDTS, no domínio do turismo.</p> <p>- Incentivar a aposta na construção de unidades hoteleiras qualificadas.</p> <p>- Promover a recuperação e revitalização das áreas urbanas históricas.</p> <p>- Desenhar as “portas do concelho”: melhoria e qualificação das principais “entradas” rodoviárias do Município, através de projetos que visem a reabilitação destes espaços.</p> <p>- Algumas propostas de Espaços de Atividades Económicas situam-se em zonas classificadas como sendo potenciais a acidentes industriais.</p> <p>- As Áreas suscetíveis a Perigos Tecnológicos encontram-se cartografadas em Planta de Ordenamento e regulamentadas (art.º 20 do Regulamento).</p>
Turismo	PNPOT PRODER 2007-2013 PENT POE Tejo PROT AML PEDPL PORL 2007-2013 PIRANET	++	- Exemplos de intervenções previstas na área de Promoção do Desenvolvimento: Núcleo de Náutica de Recreio do Seixal, Valorização da Frente Ribeirinha do Seixal.

* Documentos do QRE com convergência com o FCD4.

LEGENDA:

- ++ As propostas do Plano convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do Plano convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do Plano não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do Plano não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do Plano contrariam os objetivos e metas do QRE.

Nota:

QREN 2007-2013 - Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013
 ENDS 2015 – Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2015
 PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
 PRODER 2007-2013 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013
 PEC 2007-2011 - Programa de Estabilidade e Crescimento 2007-2011
 PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo.
 PT – Plano Tecnológico
 PPL – Plano Portugal Logístico
 POE Tejo – Plano de Ordenamento do Estuário do Tejo
 PROT AML – Plano Regional de Ordenamento do Território da área Metropolitana de Lisboa
 PORL 2007-2013 - Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013;
 PEDEPES - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
 PIRIANRET – Plano Integrado da Rede de Infraestruturas de Apoio à Náutica de Recreio no Estuário do Tejo
 PEDTS – Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Seixal
 PMEPCS – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Seixal

6. MONITORIZAÇÃO DO PLANO

Esta AAE permitiu identificar os riscos e oportunidades decorrentes da implementação da proposta de Revisão do PDMS.

Para monitorizar a evolução da aplicação da proposta de Revisão do PDMS e a prossecução dos objetivos de sustentabilidade preconizados, no âmbito de cada FCD, foram estabelecidos os indicadores que se apresentam no Quadro 6-1.

O Quadro 6-1 apresenta os indicadores selecionados por FCD e o respetivo “modo de cálculo”, bem como a “tendência ou meta”, que se pretende alcançar. A “tendência ou meta” estabelecida para cada Indicador refere-se ao resultado do modo de cálculo. Na matriz, é também indicada a frequência de amostragem para cada FCD.

Quadro 6-1 – Indicadores, por FCD.

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO				FCD1 - Coesão Territorial e Mobilidade				FCD2 Equilíbrio Ecológico					FCD3 - Equidade e Coesão Social						FCD4 - Desenvolvimento Socio-Económico		Tendência ou Meta	Frequência de amostragem (registo)					
OBJETIVO				Reequilíbrio da Rede Urbana		Consolidação do sistema de mobilidade e transportes		Concretização da EEM			Gestão sustentável dos recursos naturais		Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável						Diversificação e reforço da base económica								
ID	INDICADORES	DESCRIÇÃO	MODO DE CÁLCULO	UN	Contenção Urbana	Qualificação Urbana	Rede Viária	Transportes	Biodiversidade	Continuum naturale	Floresta	Recursos Hídricos	Eficiência Energética	Solo	Emprego	Saúde	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	Desporto	Educação	Património e Cultura			Integração	Competitividade	Turismo		
1	Reconversão urbanística	Planos e loteamentos aprovados em área de reconversão urbanística	Área reconvertida ¹ /Área total para reconversão	%	X	X	X										X					X			100%	Bienal	
2	Reabilitação do parque edificado	Avaliar as dinâmicas de reconstrução, alteração e ampliação de edifícios situados em solo urbanizado	N.º de licenças emitidas pela CMS para reconstrução, alteração, ampliação / N.º total de licenças de obras de edificação emitidas em solo urbanizado	%	X	X							X	X			X									↑	Bienal
3	Reabilitação dos Núcleos Urbanos Antigos	Avaliar as dinâmicas de revitalização dos Núcleos Urbanos Antigos (NUA) e o seu poder de atração, através da quantificação das obras de reconstrução, alteração, ampliação e obras novas	N.º de licenças de obras de edificação e de demolição emitidas pela CMS / Núcleo Urbano Antigo (NUA)	N.º	X	X											X			X	X					↑	Bienal
4	Regeneração de Áreas Industriais Obsoletas ou Degradadas	Avaliar a dinâmica de regeneração das áreas industriais obsoletas ou degradadas	N.º de áreas industriais obsoletas ou degradadas regeneradas	N.º		X								X	X		X						X			↑	Bienal
5	Revitalização das Frentes Ribeirinhas do Rio Tejo e do Rio Coia	Percentagem de frentes ribeirinhas revitalizadas em Espaço de uso especial 2 - Cultura, recreio e lazer	Área de frente ribeirinha revitalizada inserida na categoria Espaço de uso especial 2 - Cultura, recreio e lazer / Área total da categoria Espaço de uso especial 2 - Cultura, recreio e lazer	%		X			X				X				X			X			X			↑	Bienal

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO				FCD1 - Coesão Territorial e Mobilidade				FCD2 Equilíbrio Ecológico					FCD3 - Equidade e Coesão Social						FCD4 - Desenvolvimento Socio-Económico		Tendência ou Meta	Frequência de amostragem (registo)				
OBJETIVO				Reequilíbrio da Rede Urbana		Consolidação do sistema de mobilidade e transportes		Concretização da EEM			Gestão sustentável dos recursos naturais		Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável						Diversificação e reforço da base económica							
ID	INDICADORES	DESCRIÇÃO	MODO DE CÁLCULO	UN	Contenção Urbana	Qualificação Urbana	Rede Viária	Transportes	Biodiversidade	Continuum naturale	Floresta	Recursos Hídricos	Eficiência Energética	Solo	Emprego	Saúde	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	Desporto	Educação	Património e Cultura			Integração	Competitividade	Turismo	
6	Execução de solo programado	Avaliar a concretização do solo programado em UOPG	Solo programado concretizado ² / Área total de solo programado	%	X	X	X								X		X						X	X	100%	5 anos
7	Parque habitacional	Avaliar a dinâmica de procura de habitação	N.º de fogos vagos para habitação / N.º total de fogos edificadas para habitação	%	X	X								X												Momento censitário
8	Oferta de habitação a custos controlados	Avaliar a concretização do n.º de fogos de habitação a custos controlados programados em UOPG	N.º de fogos de habitação a custos controlados concretizados em UOPG	N.º		X										X	X								312 fogos	Bienal
9	População residente em solo urbanizado	Avaliar a densificação do solo urbano	Densidade populacional na área classificada como solo urbano face à densidade populacional do município no território municipal	%	X	X		X					X	X			X									Momento censitário
10	Promoção do modo ciclável	Avaliar a concretização da rede ciclável	N.º de operações urbanísticas que envolvam obras de urbanização viária que concretizam a rede ciclável / N.º de operações urbanísticas que envolvam obras de urbanização viária	%		X	X	X					X			X	X	X								
			Extensão concretizada de rede ciclável	Km		X	X	X						X			X	X	X							

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO				FCD1 - Coesão Territorial e Mobilidade				FCD2 Equilíbrio Ecológico					FCD3 - Equidade e Coesão Social						FCD4 - Desenvolvimento Socio-Económico		Tendência ou Meta	Frequência de amostragem (registo)					
OBJETIVO				Reequilíbrio da Rede Urbana		Consolidação do sistema de mobilidade e transportes		Concretização da EEM			Gestão sustentável dos recursos naturais		Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável						Diversificação e reforço da base económica								
ID	INDICADORES	DESCRIÇÃO	MODO DE CÁLCULO	UN	Contenção Urbana	Qualificação Urbana	Rede Viária	Transportes	Biodiversidade	Continuum naturale	Floresta	Recursos Hídricos	Eficiência Energética	Solo	Emprego	Saúde	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	Desporto	Educação	Património e Cultura			Integração	Competitividade	Turismo		
24	Equipamentos públicos de utilização coletiva, edificados	Avaliar a construção de equipamentos públicos de utilização coletiva, de acordo com o Programa de Execução	N.º de equipamentos públicos de utilização coletiva edificados / N.º de equipamentos públicos de utilização coletiva previstos no Programa de Execução	%	X	X	X	X								X		X	X	X	X				100%	5 anos	
25	População residente ativa ⁴	Avaliar a dimensão da população residente ativa empregada	População residente ativa empregada / População residente ativa	%			X	X							X	X										↑	Momento Censitário
			População residente ativa empregada no município / População residente ativa	%			X	X								X	X					X	X				↑
26	População servida por médico de família	Quantificar o n.º de médicos de família por 1000 habitantes	Número de médicos de família por 1000 habitantes	N.º												X					X					↑	Bienal
27	População servida pelo sistema público de abastecimento de água	Avaliar a cobertura da população residente servida por sistema público de abastecimento de água	População servida por sistema público de abastecimento de água / População total residente	%		X						X				X	X				X				100%	Anual	
28	Eficiência do sistema público de abastecimento de água	Avaliar as perdas de água do sistema de abastecimento	Perdas reais do sistema (m³/ano)/Total de água entrada no sistema (m³/ano)	%								X	X				X								< ou = 15% ⁵	Anual	
29	Qualidade da água para consumo humano	Avaliar a qualidade da água para consumo humano	De acordo com o estipulado no DL n.º 306/2007, de 27 de agosto)	%								X				X	X								> ou = 99% de água segura	Anual	

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO				FCD1 - Coesão Territorial e Mobilidade				FCD2 Equilíbrio Ecológico					FCD3 - Equidade e Coesão Social						FCD4 - Desenvolvimento Socio-Económico		Tendência ou Meta	Frequência de amostragem (registo)					
OBJETIVO				Reequilíbrio da Rede Urbana		Consolidação do sistema de mobilidade e transportes		Concretização da EEM			Gestão sustentável dos recursos naturais		Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável						Diversificação e reforço da base económica								
ID	INDICADORES	DESCRIÇÃO	MODO DE CÁLCULO	UN	Contenção Urbana	Qualificação Urbana	Rede Viária	Transportes	Biodiversidade	Continuum naturale	Floresta	Recursos Hídricos	Eficiência Energética	Solo	Emprego	Saúde	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	Desporto	Educação	Património e Cultura			Integração	Competitividade	Turismo		
30	Qualidade da água estuarina para uso balnear	Avaliar a qualidade da água do estuário, através dos procedimentos legais exigidos, de modo a permitir o uso balnear	De acordo com o Decreto-lei n.º 135/2009, de 3 de junho ⁶ , alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de maio	-		X						X				X	X							X	Aceitável / Bom, de acordo com a legislação em vigor	Anual	
31	População servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	Avaliar a cobertura de população residente servida pelo sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa	População residente servida por sistema público de drenagem de águas residuais, em baixa / População residente total	%		X						X				X	X				X				100%	Anual	
32	Tratamento de águas residuais recolhidas	Avaliar a cobertura de população residente servida por ETAR	População servida por ETAR / População residente total	%		X						X				X	X								100%	Anual	
33	Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos	Avaliar a quantidade anual de resíduos recolhidos seletivamente (em ecopontos), per capita	Quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (em ecopontos) / População residente total / ano	Kg/hab		X							X			X	X								36.04 ⁷	Momento censitário	
		Avaliar a quantidade anual de resíduos depositados em aterro sanitário face ao total de resíduos recolhidos no Município	Total de resíduos depositados em aterro sanitário (Ton) / Total de resíduos recolhidos no Município (Ton)	%										X	X		X	X									↓
34	Gestão do conflito acústico	Monitorizar as áreas classificadas como zona sensível e como zona mista, expostas a níveis sonoros superiores aos valores-limite	Áreas classificadas como zona sensível e zona mista expostas a níveis sonoros superiores aos valores-limite / Área total classificada como zona sensível e como zona mista	%		X	X									X	X									↓	Bienal

FATOR CRÍTICO PARA A DECISÃO				FCD1 - Coesão Territorial e Mobilidade				FCD2 Equilíbrio Ecológico					FCD3 - Equidade e Coesão Social						FCD4 - Desenvolvimento Socio-Económico		Tendência ou Meta	Frequência de amostragem (registo)				
OBJETIVO				Reequilíbrio da Rede Urbana		Consolidação do sistema de mobilidade e transportes		Concretização da EEM			Gestão sustentável dos recursos naturais		Desenvolvimento de uma sociedade urbana sustentável						Diversificação e reforço da base económica							
ID	INDICADORES	DESCRIÇÃO	MODO DE CÁLCULO	UN	Contenção Urbana	Qualificação Urbana	Rede Viária	Transportes	Biodiversidade	Continuum naturale	Floresta	Recursos Hídricos	Eficiência Energética	Solo	Emprego	Saúde	Qualidade Ambiental: Ruído; Saneamento Básico; Qualidade do Ar	Desporto	Educação	Património e Cultura			Integração	Competitividade	Turismo	
		Monitorizar a população exposta às classes de níveis sonoros: <45; 45-50; 50-55; 55-60; 60-65; 65-70; >70 dbA	População exposta às classes de níveis sonoros: <45; 45-50; 50-55; 55-60; 60-65; 65-70; >70 dbA / População residente total	%		X	X									X	X								↓ da % da popul. exposta a valores superiores aos limites legais	Bienal
35	Dinâmica empresarial	Avaliar a atratividade das áreas classificadas como <i>Espaços de atividades económicas</i> , através da quantificação do n.º de empresas instaladas nessa categoria de espaço	N.º de empresas criadas na categoria <i>Espaços de Atividades Económicas</i>	N.º		X									X								X		↑	Bienal
36	Desenvolvimento turístico	Avaliar a evolução da oferta de empreendimentos e de alojamentos turísticos	N.º de empreendimentos turísticos	N.º											X							X	X	↑	Bienal	
			N.º de camas	N.º												X							X	X	↑	Bienal

Notas sobre o preenchimento da matriz:

"X" - Critérios em que o Indicador incide; "X" - Critério em que o Indicador tem maior incidência.

A "tendência" ou "meta" estabelecida para cada Indicador refere-se ao resultado do Modo de Cálculo.

¹ "área reconvertida" = área com Plano ou Loteamento aprovados

² "concretizado" = áreas com plano, loteamento ou reparcelamento aprovados

³ "Variação da EEM" = Considerou-se a variação das áreas a integrar ou a excluir na EEM, na próxima revisão do PDM, de acordo com a presença ou não de sistemas de proteção e valorização ambiental, respetivamente.

⁴ "População residente ativa" = Considerou-se os indivíduos residentes empregados e os indivíduos residentes desempregados

⁵ < ou = 15% Fonte: SIERAR - Sistema de Indicadores da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos

⁶ Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho (alterado pelo DL n.º 113/2012, de 23 de maio) - estabelece o regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas

⁷ Fonte: Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de julho e Diretiva 2004/12/CE

7. CONCLUSÃO

A AAE da proposta de Revisão do PDMS procurou constituir-se como um instrumento prospetivo de sustentabilidade através da identificação de fatores que permitiram desenvolver uma avaliação que fosse ao encontro dos objetivos estratégicos da região onde se insere a área de intervenção do Plano e que respeitasse o contexto local da atuação do Plano. Com a revisão do PDM veem-se criadas condições para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e para o desenvolvimento socioeconómico do município.

A proposta de Revisão do PDMS apresenta um conjunto de oportunidades que resultam, nomeadamente, da consolidação da rede rodoviária incluindo a ligação aos nós ferroviários (o que representa oportunidades ao nível da dinamização das atividades económicas locais), da requalificação e conservação do edificado, da formação de uma rede urbana complementar e da valorização das áreas florestais e ribeirinhas do município.

Para além disso, o Plano representa uma oportunidade de incremento da proteção dos valores naturais presentes no município e, conseqüentemente, das atividades ligadas ao turismo sustentável, com o possível aumento da intensidade turística associada ao turismo em espaço rural e da natureza, sendo que o Solo Rural do município ocupa cerca de 38% da sua área total e representado a área dedicada à Estrutura Ecológica Municipal cerca de 47%. Relativamente à Reserva Ecológica Nacional, esta ocupa cerca de 26% da área total do município, o que representa um incremento significativo, tendo em conta a área de REN atualmente delimitada (cerca de 11%, apresentada na Carta da REN aprovada desde 1993 e publicada desde 1999).

De igual modo, a proposta de Revisão do PDMS contribui para a correção e eliminação de situações de dissonâncias ambientais e degradação da qualidade urbana, convertendo-as em área de interesse paisagístico e de lazer, salientando-se a requalificação dos centros históricos associados à Baía do Seixal e a recuperação de áreas urbanas mais degradadas, incluindo as de génese ilegal e as antigas zonas industriais atualmente desativadas. Ainda neste contexto, importa referir a oportunidade de implementação de medidas de prevenção e manutenção contra a contaminação e fenómenos de poluição das zonas mais sensíveis.

Por outro lado, e em situações pontuais, não devem ser descuradas algumas potenciais ameaças decorrentes da pressão urbanística, nomeadamente na envolvente de áreas incluídas na Estrutura Ecológica Municipal e na possível fragmentação de habitats ou perda de valores naturais de elevada relevância a nível local e regional pela sua funcionalidade na estrutura ecológica.

As apostas estratégicas da proposta de Revisão do PDMS perspetivam ainda uma evolução positiva ao nível dos sistemas de prevenção contra incidentes naturais e conseqüentes danos materiais e humanos bem como na criação de condições de segurança para pessoas e bens.

Identificam-se assim oportunidades significativas ao nível da qualificação e adequabilidade do solo urbano quanto às suas funções não só residenciais mas também sociais e de lazer, proporcionando a adequada gestão dos recursos

naturais e um incremento significativo na qualidade de vida da população e na utilização do solo. Identificam-se também oportunidades significativas na conservação e recuperação dos valores naturais, designadamente na minimização e eliminação de situações ou atividades que contribuem para a degradação das condições ambientais e dos valores naturais presentes.

As apostas enunciadas permitem antever uma melhoria da sustentabilidade no ordenamento territorial e uma melhoria do equilíbrio ambiental na gestão do solo no município do Seixal. Destaca-se, igualmente, a oportunidade para proceder à renaturalização de espaços degradados para futuro usufruto pelas populações e visitantes associada à oportunidade para incremento das atividades de sensibilização e educação ambiental e o incremento do turismo de natureza, como influência da maior disponibilidade dos recursos naturais e da biodiversidade.

8. BIBLIOGRAFIA

- CMS – Divisão da Plano Diretor Municipal (abril 2013). *Revisão do PDM do Seixal – Regulamento*, Seixal;
- CMS – Divisão da Plano Diretor Municipal (abril 2013). *Revisão do PDM do Seixal – Programa de Execução*, Seixal;
- CMS – Divisão da Plano Diretor Municipal (abril 2013). *Revisão do PDM do Seixal – Relatório da Proposta de Plano*, Seixal;
- CMS e AFLOPS (julho 2008). *Plano Diretor Municipal do Seixal (Revisão, Proposta de Plano) - Proposta de Cartografia de Habitats e de Adequabilidade das Orientações de Gestão do PSRN 2000*, Seixal;
- CMS (abril 2013). *Plano Diretor Municipal do Seixal (Revisão) - Proposta de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional*, Seixal;
- CMS (agosto 2012). *Plano Diretor Municipal do Seixal, Revisão | Proposta de Plano - Proposta de Revisão da Carta da Reserva Agrícola Nacional*, Seixal;
- CMS (outubro 2011). *Plano Diretor Municipal do Seixal – Carta de Zonas Sensíveis e Mistas*, Memória Descritiva, Seixal;
- CMS (abril 2013). *Riscos e Proteção Civil*, Seixal;
- CMS (novembro 2009). *Plano Municipal da Emergência de Proteção Civil*. Serviço Municipal de Proteção Civil do Seixal, Seixal;
- dBLab – LABORATÓRIO DE ACÚSTICA E VIBRAÇÕES, LDA. (dezembro 2007). *Mapa de Ruído do Município do Seixal*. Resumo Não Técnico. Seixal;
- CMS (2007). *Relatório de Estado do Ambiente*. Município do Seixal.

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Susana Morais | Arqt.^a Paisagista

Alexandra Betâmio de Almeida | Eng.^a do Território

Equipa Técnica:

Cristina Santos | Eng.^a do Ambiente